



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FERNANDA BRAVO RODRIGUES

**IDENTIDADE E METAMORFOSE DE UMA TRANSFADA EM BUSCA POR
RECONHECIMENTO EM UM CONTEXTO SOCIAL DE CAÇA ÀS BRUXAS**

FORTALEZA

2022

FERNANDA BRAVO RODRIGUES

IDENTIDADE E METAMORFOSE DE UMA TRANSFADA EM BUSCA POR
RECONHECIMENTO EM UM CONTEXTO SOCIAL DE CAÇA ÀS BRUXAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R.613i Rodrigues, Fernanda Bravo.
Identidade e metamorfose de uma transfada em busca por reconhecimento em um contexto de caça às bruxas / Fernanda Bravo Rodrigues. – 2022.
112 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Aluisio Ferreira de Lima.
1. Psicologia social. 2. Mulher trans. 3. Identidade metamorfose. 4. Reconhecimento. 5. Transfeminismos. I. Título.

CDD 150

FERNANDA BRAVO RODRIGUES

IDENTIDADE E METAMORFOSE DE UMA TRANSFADA EM BUSCA POR
RECONHECIMENTO EM UM CONTEXTO SOCIAL DE CAÇA ÀS BRUXAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima.

Aprovada em: 23/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) - Psicologia

Profa. Dra. Juliana Fernandes Eloi

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu noivo e companheiro de vida, Marcus Ângelo Alves da Costa Silva.

A minha querida mãe, Ana Suely Bravo Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

A FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que financiou esta pesquisa, sem este investimento seria impossível sua concretização.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima, por suas valiosas orientações e por acreditar nesta pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP - UFC), pelas excelentes discussões e dedicação a pesquisa.

A querida colaboradora da pesquisa, que com sua linda forma de ser, topou desde o início a fazer parte e construir juntamente este estudo, nos presenteando com sua forma única de narrar a si e sua compreensão do que a cerca dentro da nossa sociedade. Desejo a você toda energia para que possa continuar sendo essa pessoa forte, destemida e tão potente, voa o mundo é seu minha transfada.

A banca avaliadora que com muita presteza se prontificou a essa tarefa que foi composta pela Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus e pela Pós doutoranda, Juliana Fernandes Eloi.

A minha Psicóloga Arlene de Oliveira Lima, que no momento da pandemia acolheu de forma integral as minhas necessidades.

Ao Dr. Henrique Luz, que durante a pandemia também me amparou de forma integral.

Ao Grupo de Pesquisa Paralaxe, bem como todos os projetos de extensão que participei ajudando-me a caminhar nas teorias, como também nas trocas de afetos.

Ao meu grande amor e companheiro de vida, Marcus Ângelo Alves da Costa Silva, que não soltou minha mão em nenhum momento, mas sim atravessou essa ponte comigo. A você todo meu respeito, amor e dedicação.

A minha mãe, Ana Suely Bravo Rodrigues, que nunca desistiu de mim. A minha história se complementa ao seu modo único de contá-la a partir do seu lugar de mãe. A senhora minhas imensas gratidões.

A Stephanie Ferreira de Lima, que sempre esteve disposta a somar com seus conhecimentos a ampliação do meu campo de visão com muita empatia e sensibilidade.

A minha amiga Conceição Gomes, que nessa trajetória se tornou alguém extremamente importante tanto por sua acolhedora amizade, quanto por suas generosas aberturas de universos em nossas discussões acadêmicas.

Às amigas Tatiana Souza Neves e Geovana Dara, que me acolheram com perspectivas incríveis a partir das reivindicações postas pelo Feminismo Negro, como também pela disponibilidade de diálogos para além dos muros da academia.

Ao meu admirável amigo, José da Silva Oliveira Neto, que sempre esteve aberto aos nossos diálogos e trocas de ideias aliviando muitas vezes o fardo da pandemia, bem como a sua atitude ímpar de emprestar seu notebook para que eu pudesse fazer a proficiência de língua estrangeira, gesto que serei eternamente grata a você e ao seu marido Marcos Bruno.

A todas as travestis e transexuais que com suas trajetórias históricas de resistências tornaram possível a nossa transfada ousar em ensaiar novos personagens dentro do CISTema capitalista.

RESUMO

O presente trabalho tem como campo de problematização a identidade e a luta por reconhecimento de uma mulher trans frente às instituições sociais. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as personagens no processo de metamorfoses e luta por reconhecimento subjetivo a partir da narrativa de história de vida da nossa colaboradora. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir com a colaboradora como são construídas/negociadas maneiras de reconhecimento em sua trajetória de vida; b) perceber como ela metamorfoseia suas subjetividades frente ao discurso social que a (des)reconhece como feminina; c) compreender como o processo de resistência a cisheteronorma por uma mulher trans, produz ou não um reconhecimento coletivo. No intuito de atingir os objetivos, esta pesquisa se fundamentou em cinco aportes teóricos e/ou metodológicos, a saber: os estudos de Identidade sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, os estudos feministas pós-estruturalistas, a teoria do estigma, a teoria do Reconhecimento e do Transfeminismo que, por sua vez absorve as perspectivas do feminismo decolonial e o feminismo negro interseccional. O estudo tem abordagem qualitativa, cujo método de coleta utiliza as narrativas de história de vida enquanto materialidade da identidade, bem como objeto analítico para os estudos pretendidos. Por isso, a dissertação está composta por quatro seções: 1) Introdução; 2) Identidade como metamorfose e as reverberações desses estudos nas Identidades Trans; 3) História e “Estórias” - Mulheres trans: da Inquisição aos movimentos sociais; 4) Em um contexto político de caça às bruxas: uma contranarrativa resistente de uma transfada que se autodefine Luana. Em virtude da pandemia de Covid-19, o convite à colaboradora foi feito via rede social digital (WhatsApp), como também sua entrevista aconteceu pela plataforma Google Meet. Isto posto, pretende-se analisar como nossa narradora negocia suas subjetividades identitárias em sua trajetória de vida, a partir dos limites discursivos cisheteronormativos. Esse estudo contribui para as discussões críticas sobre identidade e os estudos transfeministas e também fomentar políticas públicas para diminuição de opressões naturalizadas às trans-identidades femininas. Percebemos, a partir da narrativa de nossa colaboradora, metamorfoses no percurso de sua luta por reconhecimento, bem como processos sociais em devir, que estão se metamorfoseando frente à intolerância social a tudo que foge aos padrões cisheteronormativo.

Palavras-chave: Psicologia social. Mulher trans. Identidade metamorfose. Reconhecimento. Transfeminismo

ABSTRACT

The present work has as its field of questioning the identity and the struggle for recognition of a trans woman in front of social institutions. Thus, the general objective of this research is to analyze the metamorphoses in the process by subjective recognition from the life story narrative of our participant. As specific objectives, we seek to: a) discuss with the participant how ways of recognition are constructed/negotiated in her life trajectory; b) perceive how she metamorphoses her subjectivities in front of the social discourse that (de)recognizes her as feminine; c) understand how the process of resistance to cisheteronorm by a trans woman, produces or not a collective recognition. In order to achieve the objectives, this research was based on five theoretical and/or methodological contributions: Identity studies from the perspective of Critical Social Psychology, post-structuralist feminist studies, the stigma theory, the Recognition and Transfeminism theory, which absorbs the perspectives of decolonial feminism and intersectional black feminism. This study has a qualitative approach, whose collection method uses life story narratives as a materiality of identity, as well as an analytical object for the intended studies. Hence, the dissertation is composed of four sections: 1) Introduction; 2) Human identity as metamorphosis and the reverberations of these studies on Trans Identities; 3) History and “Stories” - Trans women: from the Inquisition to social movements; 4) In a political context of witch-hunting: a resistant counter-narrative of a trans fairy who defines herself as Luana. Due to the Covid-19 pandemic, the invitation to the participant was made via digital social network (WhatsApp), as well as her interview took place through the Google Meet platform. We intend to analyze how our narrator negotiates her identity subjectivities in her life trajectory, from the cisheteronormative discursive limits. This study contributes to critical discussions about identity and transfeminist studies and to fostering public policies to reduce oppressions naturalized to female trans identities. From the narrative of our collaborator, we perceive metamorphoses in the course of her struggle for recognition as well as social processes in becoming that are metamorphosing in the face of social intolerance to everything that escapes cisheteronormative standards.

Keywords: Social psychology. Trans woman. Metamorphosis identity. Recognition. Transfeminism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e transexuais do Brasil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DCE	Diretório Central Estudantil
UFC	Universidade Federal do Ceará
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual (+) - infinitas identificações em devir ...
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IDENTIDADE COMO METAMORFOSE E AS REVERBERAÇÕES DESSES ESTUDOS NAS IDENTIDADES TRANS	27
2.1	Novos rumos para os estudos críticos de identidade	29
2.2	Feminismo negro e transfeminismos: aproximações possíveis.....	36
3	HISTÓRIA E “ESTÓRIAS” - MULHERES TRANS: DA INQUISIÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS	52
3.1	A invenção da transexualidade.....	53
3.2	Não existe pecado do lado de baixo do Equador? As terras denominadas Brasil e os Tribunais da Inquisição.....	58
3.3	As “Inquisições” nossas de cada dia e o “retorno” de Xica Manicongo.....	62
4	EM UM CONTEXTO POLÍTICO DE CAÇA ÀS BRUXAS: UMA CONTRANARRATIVA RESISTENTE DE UMA TRANSFADA QUE SE AUTODEFINE LUANA.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

A escrita de uma dissertação, na qual se espera a obtenção do título de mestre, seria a conclusão de um processo muitas vezes visto como árduo, pesado e cansativo. Há quem também afirme ser o ápice da realização esperada por dois anos, o *gran finale*, deixando de lado a percepção dessa máxima anteriormente mencionada. Não sei em qual das duas assertivas me encaixo, ou se é preciso. O que aqui eu gostaria de tentar transparecer talvez seja sobre como esse momento experienciado por mim pode, de alguma forma, alcançar um entendimento bem mais amplo. Espero, portanto, que essa escrita ultrapasse os muros da academia e chegue de forma suave ao mundo cotidiano em que estamos inseridos, mergulhados, mas não anestesiados frente ao crescimento das desigualdades que desumanizam as pessoas.

Almejo que minha escrita possa dialogar com uma diversidade de saberes de forma compreensível e acessível, que reflita numa aprendizagem coletiva acerca dos diversos problemas que dão significados ao processo de transformação social. Essa minha postura se construiu no desenvolvimento das atividades teóricas juntamente a prática metodológica, que num exercício constante de autorreflexão, me inundou com uma ação política posicionada, situada em relação às inúmeras falas que me convocam a exercer uma atividade de escrita potente na pós-graduação, acredito. Uma percepção que até então, no decorrer de minha trajetória acadêmica na graduação, ainda não havia me questionado acerca da potência em escrever. Mas o que seria uma escrita potente?

Para pensar em ensaiar uma resposta a esta indagação acredito ser necessário que eu conte um pouco da história de como surgiu o desejo de fazer essa pesquisa, o que me instigou a prestar um concurso de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), da Universidade Federal do Ceará (UFC). Desse modo, essa escrita nasce a partir de aspectos pessoais que associados ao meu desenvolvimento educacional dão subsídios à compreensão da minha trajetória. Começarei, então, situando de onde falo - sou uma mulher de 43 anos que sempre foi apaixonada pela Educação e sempre acreditou, também, que essa não seria a única responsável pela transformação do mundo, mas um critério fundamental a todos.

Muito inspirada e mergulhada nas ideias freirianas, eu acreditava que diante do que está posto na sociedade e que constantemente nos cega o entendimento, a educação teriam tal qual as lutas por legitimar existências, um ato político diante do negacionismo a alguns corpos de acessá-la. Mas é sobre o ato político que se fundamenta essa escrita tendo por localização científica estudos psicossociais acerca das R(ex)istências humanas.

Mesmo com toda essa percepção a respeito da educação, percebi no exercício como pesquisadora que algumas pessoas ainda enfrentam diversos problemas não somente em acessá-la, mas sobretudo em permanecer nela. Nesse sentido, compreender os mecanismos que as expulsam desse *lócus* na contemporaneidade me impulsionaram a este estudo. Essa luta que alguns corpos travam para serem inseridos nos ambientes educacionais foram me afetando a partir da percepção específica de corpos trans que ousam permanecer na escola. Digo melhor, a partir da coragem que tais corpos têm em cruzar os limites determinados por um sexo e performatizar aquele personagem que emerge por uma latência em ser materializado no mundo da vida, no caso desse trabalho, uma mulher.

Acompanhando esse movimento de pesquisar determinado recorte, inúmeras questões na contemporaneidade começaram a tomar formatos mais espantosos para mim no que tange a essas identidades na educação. Não que em outros momentos da minha vida, na escola, por exemplo, já não existissem tais punições, rejeições, assujeitamentos e negociações em virtude da homofobia institucional presentes nos modelos sistêmicos (BRAVO, 2021).

Porém, com as transidentidades, eu percebia que as coisas eram mais explícitas, aconteciam sem desfaçatez, ao ponto de pessoas apontarem o dedo na cara de pessoas trans e dizerem em bom tom, e perversos xingamentos - aqui não é seu lugar! Mas como assim, a educação não é um direito garantido a todos em nossa Constituição, em qual parágrafo está dizendo que pessoas trans não podem acessá-la? Indagava, ainda meio inocente por acreditar que tudo que se colocava em uma teoria corresponderia, automaticamente, à prática.

O fôlego que eu tinha para fazer esses questionamentos aos poucos foi sendo vencido, silenciado e, assim, o tempo passou e somente quando pensei em cursar uma pós-graduação, agora mais ciente de como as coisas funcionam, fui com mais calma, silenciosa e silenciada galgando uma nova trajetória.

A crença de que a educação é um direito acessível a todos permanecia vívida em mim, mas as perguntas haviam mudado, elas não eram feitas mais tão inocentes ou pelo menos eu acredito que de um modo ou de outro eu trabalhava em aperfeiçoá-las, e esse exercício ainda é uma constante no meu processo educacional inacabado. Lembro de participar de um projeto de educação em Direitos Humanos, promovidos pela Universidade e voltado para estudantes de ensino médio, que abraçava uma diversidade de subtemáticas que acentuam problemas que apontam para uma sociedade extremamente desigual como a questão da fome, da violência contra mulheres, da LGBTfobia dentre outros, que aumentavam cada vez mais minha compreensão de como a educação se estruturava muitas vezes como um braço reprodutor do

Estado, a fim de excluir tudo aquilo que não se enquadra nos *scripts* de normas arbitrárias e excludentes.

Digo isso ao refletir o sentido macro dessa estrutura, pois, no que diz respeito às ações micropolíticas advinda de alguns Professores/Educadores, na escola onde o projeto foi executado naquele ano, era perceptível que uma boa parte “vestia a camisa” da responsabilidade social, vistas por muitos como utópica, e arregaçavam literalmente as mangas na busca de um ensino menos engessado, menos encaixado, ampliando os horizontes do saber, pluralizando vozes exercendo numa prática pedagógica de fato autônoma.

Porém, algumas coisas me incomodavam nas interações com os alunos, como também com o corpo acadêmico, ou seja, me afetavam diretamente - tratava-se de uma ausência: ainda existiam poucas pessoas trans na educação básica e, conseqüentemente, no ensino superior. Havia um confronto de estranhamento perceptível em minhas interações nas oficinas em sala de aula, um desconforto em tocar em feridas ilustradas por corpos vistos como dissidentes, corpos trans acessando direitos.

Para ilustrar o que estou dizendo certa vez um estudante, do 2º ano do ensino médio, após a apresentação de um vídeo que mostrava mulheres trans acessando o mercado formal de trabalho, e nele havia o depoimento de uma professora e mulher trans, em sala de aula, com semblante assombrado ele me perguntou: “professora, como uma trans pode ser Professora? Eu aprendi que pessoas assim trabalham nas ruas porque gostam de ser assim.” Quantas problemáticas em uma só frase, quanto trabalho ainda pela frente em pleno século XXI, pensei.

Por outro lado, eu também estranhava como o processo a respeito de algumas temáticas sociais eram extremamente lentos, como a nossa educação superior ainda era deficiente “ou eficaz/eficiente” em naturalizar as estruturas de opressões acerca de algumas existências humanas que, conseqüentemente, ainda são condicionadas a um “*habitat* natural”, às margens.

A partir desses conflitos re-vivenciados, das aprendizagens captadas em locais de educação pública, foi que minha postura como pesquisadora retomou o fôlego e me direcionou politicamente frente às questões educacionais e os acessos de pessoas trans ao ensino superior, já que a pergunta daquele aluno até hoje me faz pensar e, martela minhas concepções ao refletir o mundo que, se desdobram em outras questões. Entretanto para aquele momento tornei eleita essa: o que pode uma mulher trans para além do esperado socialmente construído e naturalizado? Ao jovem instigante e brilhante em seu questionamento, dei uma resposta propositiva com alguns exemplos que o fizesse pensar o quanto aquela dúvida, acompanhada de seu aprendizado acerca dos lugares naturalizados que limitam as mulheres trans, não era tão

solidificada como ele imaginava a começar por inúmeras presenças de mulheres trans, no mercado de trabalho formal, como havia sido demonstrado naquela oficina.

Meu foco, e isso é muito importante dizer, perante a uma situação que historicamente é construída como natural, é sempre a mensagem cuja crítica me instiga a transformar, em por dúvidas nessas assertivas estáticas e exercitar na prática uma educação emancipadora, crítica, que dinamize um social aparentemente fixo.

Nessa perspectiva, é preciso entender que o diálogo foi aberto pelo jovem, o que condicionou a discussão sobre o assunto para além das questões já debatidas em intervenções feitas nas aulas voltadas para temática dos Direitos Humanos. E é exatamente sobre a questão em si, sobre a transfobia e qualquer outra forma de intolerância e discriminação que estão solidificados em nosso contexto social no cotidiano das relações; não era sobre aquela professora ou sobre ele unicamente, mas sim, sobre as relações sociais, dos tensionamentos que o encontro com a diferença causa em relação as matrizes estruturadas de pensamentos apreendidas por uma cultura que distingue pessoas por marcas do que se interpreta como possibilidade de humanidade ou não.

Questões, essas, de construções sociais que nos antecede e que estão nas raízes de nossa constituição social o que nos move a compreensão desses fenômenos macroestruturais sempre numa postura política antirracista, anticapitalista, antissexista, antimachista, antihomofóbica, antigordofóbica e no caso específico do nosso diálogo, antitransfóbica, mesmo tendo ciência de que esses tentáculos de opressão não podem ser analisados sem interseccioná-los, sob risco de reproduzirmos uma especificidade que limita a compreensão das complexas estruturas de poder em que estamos, enquanto sociedade, imersos.

No decorrer da minha vida, como estudante e pesquisadora, essas tensões foram se acentuando em forma de angústia acerca da compreensão dessa lógica que dá legitimidade aos significados normativos em detrimento às diferenças. Uma incógnita sempre se fazia presente e nos diálogos, possíveis de serem construídos, fortalecia-se a ideia de que aqueles lugares/instituições não comportavam corpos que transbordavam os limites normativos, que rompiam os quadros esperados. Diante dessa sensação percebi que discussões ainda muito no âmbito do sensível do empiricamente particular cercavam meu raciocínio.

Percebi também que algo maior precisava ser revelado e tensionado, e que havia uma ferramenta da qual eu poderia fazer uso: uma pesquisa acerca das transidentidades. Na construção desse entendimento soma-se minha presença ser solicitada para mesas de discussões em algumas escolas toda vez que havia na instituição de ensino uma pessoa trans, tendo em vista o aprofundamento que construí ao longo de minha trajetória acadêmica e de vida sobre

essa temática. Aspectos comuns eram percebidos na relação das escolas com seus estudantes trans como, por exemplo, o respeito ao uso do nome social, o uso de banheiros condizente com sua autoidentificação de gênero, dentre outros.

Certa vez, em uma dessas mesas, para as quais corriqueiramente eu era convidada, a fim de sensibilizar as instituições e os sujeitos institucionalizados, havia uma mulher trans cuja narrativa me chamou muito atenção, ela se apresentava como uma Professora de uma Universidade do interior de São Paulo. Ela contava, anteriormente a minha fala, suas experiências situando tempo e espaço, no sentido de exemplificar como sua história se deu até que ela se tornasse uma Doutora e Professora de uma renomada Universidade.

Naquele instante algo me invadiu para além da identificação com sua trajetória, alguma coisa havia dado um estalo na minha mente, mas não sabia como desenvolver ainda, só sabia que aquele *insight* me direcionava para uma questão que poderia ser, quem sabe, a temática de um projeto para um futuro mestrado. Lembro-me que quando terminou o evento, mesmo com o pouco tempo que eu tive com ela, em virtude de nossos compromissos, foi enriquecedor e me fortaleceu a pensar numa pesquisa que pudesse escutar essas narrativas como retalhos que, costurados, daria uma imensa colcha reflexiva. E escutá-la para além das dores e da morte, mas a partir de uma luta por reconhecimento com seus modos resistentes de exercerem suas trajetórias de vida na sociedade.

Comecei, então, a fazer dois movimentos: um em relação ao amadurecimento da ideia dessas múltiplas experiências de mulheres trans com a educação, outra uma busca por quem estudasse essas questões acerca de narrativas/identidades nos Programas de Pós-graduação da UFC. Recordo que ao conversar com uma conhecida da Psicologia - sobre minhas inquietações e desejo de estudar a temática que relacionasse o contexto educacional e as identidades trans femininas com um subsídio de narrativas - ela me aconselhou a pesquisar os estudos desenvolvidos pelo Professor Dr. Aluísio Ferreira de Lima, Coordenador do grupo de pesquisas Parallaxe. Assim, me direcionei para o *lattes* do professor que havia sido recomendado, e ao ler suas publicações pude enxergar uma imensa aproximação com o que eu gostaria de, *a priori*, pesquisar.

Desse encontro, me debrucei na construção do projeto e pude chegar a um título. O título e objetivo que elegi, como ponto de partida dessa pesquisa, a qual foi aprovada: “Mulheres Transexuais e Travestis nas Instituições Federais de Ensino do Ceará: construção de uma identidade de resistência através da Educação”, com objetivo de compreender as vicissitudes

das narrativas de história de vida de pessoas trans, como potencial de resistência a cisheteronormatividade¹ e ao lugar de marginalização social que esta impõe.

Menciono, nesta escrita, como título e objetivo de partida da pesquisa, para que possamos ter esse exercício como horizonte, tendo em vista que um projeto aprovado passa por inúmeras idas e vindas no processo tanto teórico quanto prático na execução da pesquisa, pois as reflexões que vão dando contornos aos nossos estudos necessitam de reformulações constantes em busca de darmos conta de um trabalho final que contribua para uma área de estudos de maneira a potencializar discussões já existentes e também vindouras. O mesmo exercício deve ser pensado para as outras partes que constituem um projeto de pesquisa.

Isto posto, informamos que esse trabalho sempre que necessário, deu conta de explicar o processo de reconstrução de alguns ou de todos os seus tópicos, a fim de desconstruir imaginários de fixidez que também estão subentendidos na construção de textos finais de submissão a um título: uma ideia de que aquele produto “acabado” não passou por um processo, seja esse árduo ou não como outrora citamos. Coadunamos, dessa maneira, tanto com a ideia que aprendemos com o desenvolvimento teórico dessa pesquisa quanto com a prática, de que um texto tem seu início com processos anteriores ao seu formato “final” o que justifica nossa atitude perante a esse posicionamento de escrita.

Esse aprendizado, que hoje tento disseminar, já que foi absorvido de maneira positiva no que tange aos aspectos de transformações teóricas não estarem dissociados da prática, me chegaram por três vias: a) nas aulas ministradas pelos professores Aluísio, Carla e Walberto na disciplina de Seminário de Pesquisa, que me ajudaram por demais em algumas reformulações do projeto; b) nos encontros semanais com o grupo de estudos paralaxe; c) e no encontro com nossa colaboradora de pesquisa que com sua maneira excepcional de narrar sua história me fez compreender que uma reformulação geral do projeto necessitaria ser feita, nos aspectos alcançados a partir do método de narrativa de história de vida.

Havia algo tanto no método quanto na pesquisa que até aquele momento eu não havia percebido - a ideia de que a pesquisa ao chegar na prática daria conta de uma conformação do que eu havia escrito no projeto. Inconscientemente e/ou com alguns vícios de correntes filosóficas mais tradicionais do pensamento, minha atitude era de uma “verificação” para

¹ Cisheteronormatividade, diz respeito a um conjunto de práticas sistêmicas que excluem indivíduos que não se conformem em ditames limitantes de discursos hegemonicamente instituídos, no processo de construção social, como normal. Didaticamente, aponta-se para o prefixo cis e hetero, a fim de desnaturalizar que o que transborda a cisgeneridade e a heterossexualidade nas estruturas de sexo/gênero são anormais/patológicos. Diz respeito, portanto, a uma luta política de feministas, transfeministas, ativistas intelectuais e movimentos sociais. Ver: Vergueiro (2015); Jesus (2018a); Nascimento (2021).

certificar os fatos ao invés de deixá-los fluir e perceber como os critérios do método atuam sobre suas perspectivas.

Recordo, hoje com alívio, que durante a entrevista com nossa colaboradora, me senti incomodada por ela, na sua fala, não passar por pontos que eu julgava necessários a este meu “mapeamento.”

Cabe aqui fazer um adendo de que esse procedimento de entrevistas foi feito realizado *Google Meet*, em virtude do momento pandêmico vivenciado pela Covid-19, o que modificou as estruturas de como era feito anteriormente as entrevistas, com encontros presenciais com as colaboradoras, agora neste contexto a única possibilidade dos encontros se restringia ao ambiente virtual. Após o término do nosso encontro, um universo de coisas se abriram ao meu olhar acerca da dialética do trabalho que, projetado em suas teorias, havia se encontrado com a prática no exercício da narrativa de nossa colaboradora.

Com a ajuda do meu orientador pude perceber que algo muito mais rico estava presente na narrativa de história de vida dela. Assim, um novo redesenho me incumbia de voltar ao projeto, naquele exercício de idas e voltas como anteriormente mencionei, pois, em uma breve análise, ainda impactados com sua narrativa, ficava perceptível que a educação diante de sua trajetória que ali fora narrada se tornava um aspecto diante do conjunto de coisas que seriam importantes que desenvolvêssemos neste estudo.

Em permanecermos, portanto, com a temática corríamos o risco de reduzirmos a discussão a uma única instituição apagando passagens marcantes de sua fala que nos convoca a uma imensa reflexão como quando ela diz: “[...] *eu nunca tive um relacionamento de pai e filha com ele, pra tu ter noção eu nunca nem abracei meu pai, ele nunca me chamou de filha*”. Uma delicada questão que envolve os relacionamentos primários de uma pessoa, que ultrapassa os muros da escola, o que pedia uma observação mais ampla acerca de como dali para frente seria reconstruído aquele projeto.

Dessa compreensão, o título desse trabalho, que também vivenciou suas metamorfoses, chegou a essa convenção: “*Identidade e Metamorfose de uma Transfada em busca por reconhecimento em um contexto social de caça às Bruxas.*”

Sendo assim, após os reajustes no percurso da pesquisa, chegamos a uma questão que dá base mais real àquilo que se queria encontrar com a pesquisa. Para isso, convenciamos a seguinte **pergunta de partida: Como nossa narradora negocia sua subjetividade identitária em sua trajetória de vida, a partir dos limites discursivos cisheteronormativos?** Propomos, como objetivo geral, analisar as metamorfoses no processo por reconhecimento subjetivo a partir da narrativa de história de vida da nossa colaboradora. Como objetivos

específicos pretendemos: a) discutir com a colaboradora como são construídas/negociadas maneiras de reconhecimento em sua trajetória de vida; b) perceber como ela metamorfoseia suas subjetividades frente ao discurso social que a (des)reconhece como feminina; c) compreender como o processo de resistência a cisheteronorma por uma mulher trans, produz ou não um reconhecimento coletivo.

Como aportes teóricos, este estudo se ancora na Psicologia Social Crítica, mas precisamente no que diz respeito aos estudos desenvolvidos na contemporaneidade acerca de identidade-metamorfose-emancipação e reconhecimento que tem se desenvolvido desde Antônia da Costa Ciampa (1998) com sua tese: *A Estória Do Severino e A História Da Severina*, tendo se ampliado com a tese de Aluísio Ferreira de Lima (2010): *Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: Um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*; a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) e as contribuições de Judith Butler (2015; 2019a; 2019b) sobre cisheteronormatividade e vidas precárias. Para dar subsídios a assuntos e reflexões de situacionalidade no que concerne às marcas corporais que compõem as corporalidades, utilizamos as epistemologias de Feministas Negras e Transfeministas que fazem uso da ferramenta analítica da interseccionalidade a exemplo de: Angela Davis (2016), Patrícia Hill Collins (2016), Jaqueline de Jesus (2018) e Letícia Nascimento (2021).

A fim de tensionar aspectos de nossa constituição social, enquanto brasileiros, e de como essas estruturas de poder, que dão conta de distinguir as pessoas a partir de limites discursivos inscritos nos corpos como: sexo/gênero, raça, classe, sexualidade (s) entre outros que emergem em nossa localidade, trabalhamos com a chave teórica da decolonialidade tanto para essa compreensão quanto, no sentido, de deslocar do centro categorias que outrora seriam inquestionáveis, a saber: a branquitude, a cisgeneridade e a heterossexualidade que foram nomeadas a partir de um exercício político de ativistas acadêmicas e movimentos sociais para desmistificar a naturalidade e a normalidade dessas categorias histórica e socialmente construídas. Nesse intuito, bebemos de fontes autorais como Maria Lugones (2014), Viviane Vergueiro (2015) e Françoise Vergès (2020).

A metodologia da pesquisa teve abordagem qualitativa, com foco em uma narrativa de história de vida (LIMA, 2014). Além disso, fizemos uso das teorias interseccionais feministas e transfeministas decoloniais como ferramenta de análise (AKOTIRENE, 2018; JESUS, 2018; VERGUEIRO, 2015). Damos ênfase, aqui, que nossa colaboradora da pesquisa, que nos presenteou com sua narrativa, foi um achado. Digo isso porque minha busca se iniciou em universidades federais, inclinada pela primeira versão da pesquisa, em que estudaria sobre o

acesso de pessoas trans ao Ensino Superior. Com o avanço da pandemia de Covid-19 e os decretos de distanciamento social, essa busca tomou outros rumos. Comecei, então, a divulgar minha pesquisa em grupos acadêmicos de que participo no *WhatsApp*, tanto em grupos feministas e transfeministas como em alguns grupos compostos especificamente por pessoas trans, embora neles não houvesse nenhuma estudante trans em universidade pública.

No aguardo da manifestação de alguma resposta e no exercício de enviar convites às possíveis colaboradoras já identificadas em algumas universidades, resolvi vasculhar alguns vídeos de conferências registradas em canais de redes sociais, mas não encontrei nenhuma pessoa interessada. Algumas que convidei não quiseram participar por fatores particulares, mas outras nem deram resposta. A procura continuava.

Nesse meio tempo, o Diretório Central Estudantil (DCE) estava mobilizando uma campanha na Universidade Federal do Ceará, que tinha por objetivo o respeito ao nome social de estudantes travestis e transexuais. Por ser considerada uma estudante com visibilidade, nossa colaboradora foi convidada para gravar um vídeo com uma fala de aproximadamente 3 minutos, como demonstração da eficácia da política do nome social que estava assegurando sua permanência saudável na instituição. Outras pessoas trans também foram convidadas a se posicionarem diante da importância da continuidade dessa política, uma vez que o momento político o qual estamos atravessando está marcado por retrocessos, posturas reacionárias e negações constantes de direitos conquistados por pessoas minorizadas. Com uma longa trajetória de lutas, o direito ao nome social também se tornou alvo de ameaça aos “bons costumes” de conservadores.

A cada novo vídeo que o DCE divulgava nas redes, chamou minha atenção o fato de mais pessoas trans lidarem com questões que também atravessavam nossa interlocutora no âmbito acadêmico. Mesmo que o foco central da minha pesquisa não fosse a análise de vídeos, eu entendia que, de alguma maneira, aquele assunto apareceria nas falas. E minha investigação estava, naquele momento, direcionada unicamente aos aspectos educacionais. Reparei que a maioria dos vídeos eram com pessoas trans não-binárias, o que correspondia à pesquisa da Andifes de 2018, que informa que o número de pessoas trans no Ensino Superior de universidades federais corresponde a 0,7% dentre o total de estudantes.

De acordo com a mais recente Pesquisa do Perfil dos Graduandos das Instituições Federais da Andifes, mulheres e homens cisgêneros, que se identificam com o sexo biológico, são maioria dos estudantes matriculados em 2018, com 48,1% e 40,15%, respectivamente. Não binários (0,6%) e homens e mulheres trans (0,1%) ficam quase invisíveis nesse panorama. O macroperfil, traçado em parceria com Fórum Nacional

de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), envolveu mais de 420 mil alunos, o que corresponde a 78% da rede. (CAPITU, 2018)

Esses dados são de uma grande valia, embora ainda seja perceptível a sutileza da dualidade na escrita entre natureza X cultura, bem como a necessidade de uma nova investigação e uma formulação mais recente. Todavia, essa minha análise inicial dos vídeos em nada era profunda nem tampouco serviria concretamente a minha busca por colaboradoras da pesquisa. Mas foi justamente, em meio a essas conclusões primárias que fui surpreendida por esta mulher trans, ao assistir mais um dos diversos vídeos postados, chamou-me atenção sua facilidade em se expressar, sua formulação da questão ali posta pelo objetivo da campanha, suas implicações e afetações causaram um impacto de difícil compreensão e foi justamente isso que me levou a convidá-la para narrar sua história de vida para nossa pesquisa.

Ao convidar uma pessoa para narrar sua história de vida é disparada uma relação intersubjetiva em que as identidades pressupostas do entrevistador (que quer escutar a história) e do narrador (que imagina que o entrevistador quer saber algo específico sobre sua história) operam em torno do tema da pesquisa (LIMA; CIAMPA, 2017, p.5).

Esse trecho traduz bem o que eu conseguia interpretar daquele encontro, era uma mistura de identificação com coisas corriqueiras, experienciadas e relatadas por pessoas trans, que se repetiam ainda na contemporaneidade, como também uma sensação e empolgação em suspeitar que eu havia encontrado uma boa narradora para nosso estudo. Assim, bastava algumas pontes para que eu pudesse me por em contacto com ela e lhe fazer o convite para participar da construção desse trabalho.

Recordo que na mesma hora fui ao privado (*WhatsApp*), do professor Aluísio, meu orientador, ansiosa para dividir com ele que eu havia encontrado uma moça que possivelmente poderia ser nossa companheira de pesquisa e se eu poderia ao entrar em contato com ela, já marcar um encontro via *Google Meet*. Como sempre, e em todo o processo dessa pesquisa em circunstâncias extraordinárias, que vivenciamos com a presença da pandemia, ele segurou minha mão e seguimos para aplicação do método. Nossa colaboradora acolheu a ideia da pesquisa de prontidão e a reciprocidade desse encontro, embora virtual, era perceptível.

O mínimo que posso adiantar, aos caros interlocutores, é que ela nos inspira com sua forma de narrar o que se aproxima do que Walter Benjamin, dava falta em seu tempo - de um bom narrador “são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente” (BENJAMIN, 1987, p. 197), pois “o bom narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo” (BENJAMIN, 198, p. 221).

Diante do encontro e de todos os acertos firmados, nossa entrevista ocorreu no período da manhã e foi sensacional ouvi-la, especialmente pela maneira como, ainda que tão jovem, teve que amadurecer para sobreviver à intolerância e à violência. Duas coisas me chamaram atenção na sua fala: uma referente a situações de extrema vulnerabilidades que corpos trans estão sujeitos em relação a uma cisheteronorma - cuja análise traz ampliações, e outra, o método meio que dando formas a minha imatura compreensão de sua aplicabilidade.

Sobre essa perspectiva da metodologia, entendemos como importante explicar, aqui, como se desenvolve o método de narrativa de história de vida nas entrevistas feitas pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica - Parallaxe, coordenado pelo professor Aluísio, que comporta todos os seus orientandos, alguns da graduação e em sua maioria da pós-graduação tanto de Fortaleza quanto de programas de Pós de outros estados e também países. Primeiramente, esclarecemos que este método, que subsidia os estudos de identidade-metamorfose-emancipação e reconhecimento, vêm se aprimorando a partir de muitas escritas acerca das narrativas de história de vida das pessoas.

Todavia, o que se tem em mente para uma Psicologia Social, a partir de Antônio da Costa Ciampa (1998), é que ao estudar identidade só se pode fazer por meio da perspectiva de metamorfose humana, o que leva os pesquisadores a não entender a identidade como um dado fixo, postura que seguiria reproduzindo papéis sem considerar a dialética entre os *modus operandi* instituídos pelo social e os fragmentos emancipatórios, sem considerar um *vir a ser* dos indivíduos que movimentam a estaticidade pressuposta pelas estruturas de poder.

Isso posto, entendemos que o método de narrativa de história de vida proposto para analisar as identidades humanas em constantes negociações com a colonização do ser no mundo, não está em busca de generalizações antes, sim: “O interesse está em compreender os elementos da singularidade que materializam o universal.” (LIMA; CIAMPA, 2017, p. 6).

Os estudos de Ciampa (1998), em *A Estória do Severino e A história da Severina* propõe que uma narrativa de história de vida, ou várias, acerca da metamorfose humana, nunca terá como orientação uma representação total, visto que ela não se prende a um fato social que busca generalizações, ou seja, aquilo comum a todos os indivíduos. Do mesmo modo, Aluísio Ferreira de Lima (2010) em sua tese, *Sofrimento de Indeterminação e Reconhecimento Perverso: Um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*, evidencia nas narrativas de história de vida dos seus colaboradoras, uma pertinência do que anteriormente havia sido refletido por Ciampa, como uma mesmice

negativa², que seria aquela que necessita *re-posicionar*, por meio de identidades pressupostas, uma personagem como totalidade do ser, para limitar e administrar o controle pelo *status quo* de resistência ensaiada por outras personagens que compõem os indivíduos, corroborando com estigmas e discriminações. Ele nos diz:

[...] diferentes personagens foram sendo criadas e impedidas de se realizarem devido à implementação de novas formas de controle e administração por meio de identidades pressupostas, estigmas, violências e medicalização da vida, evidenciando a manutenção de condições e práticas sociais desiguais e segregadoras. (LIMA; CIAMPA 2017, p. 6).

Para não incorrerem dessas práticas sociais segregadoras, portanto, o pesquisador que faz uso desse método deve ter em mente que a ideia não é de caráter quantitativo, no que diz respeito às narrativas selecionadas para pesquisa, ou seja, não é necessário um esforço por encontrar generalizações de dados, mas, sim, a abertura para qualidade da (s) narrativa (s) (LANE, 1987; CIAMPA, 1998; LIMA, 2010). É necessário para que possamos entender como se dá o processo dinâmico da identidade, estarmos atentos às instabilidades apresentadas por ela, enquanto as pessoas narram suas histórias de vida, onde surgem personagens que colocam em questão a identidade pressuposta das pessoas (LIMA, 2014).

Lima (2014), nos presenteia com a percepção, desde os estudos de Ciampa (1987), de que ao usarmos a narrativa de história de vida como método para nossas pesquisas, abrimos a possibilidade ao surgimento do personagem narrador que nos auxilia na troca de experiências, ao contrário do que Benjamin pressupunha: a morte do bom narrador em virtude da massificação da modernidade. Como comprovação da eficácia do método, podemos observar tanto a tese de Ciampa (1998), como nos seus desdobramentos com as teses de Lima (2010) e Almeida (2019), por exemplo, o surgimento de bons narradores e de excelentes narrativas de história de vida.

Nesse mesmo texto, Lima (2014), nos (des)orienta³, em relação ao quantitativo de narrativas necessárias para uma boa análise de pesquisa. Ele mira no que Gaskell (2008) denominou de "ponto de saturação do sentido" que o conduz a *priori* a não ter número de

² Mesmice é um conceito que Ciampa (1998) traz em sua tese de 1987, a fim de associar as repetições de personagens que ensaiamos em nosso cotidiano, o que ele denominou de *re-posição* como forma de pressupor uma identidade fixa aos indivíduos. Voltaremos ao assunto mais detidamente, na segunda seção deste trabalho.

³ Ressalto o uso desse termo pelo professor Aluísio em suas aulas e orientações, que desconstrói tensões por supostas hierarquizações geralmente em encontros entre orientador e orientandos; professores e estudantes etc. Para reconhecer o quão humilde e sensível é a postura desse grande intelectual frente às desigualdades impostas e naturalizadas por um sistema as quais não necessariamente devem ser reforçadas. A essa sua postura toda minha gratidão, a levarei como exemplo sempre que for convocada a encontros que promovam sistematicamente hierarquias.

colaboradoras estipulados, pois o que definirá isso será a percepção do pesquisador (a), de não está obtendo dados novos, como também a atenção na homogeneidade nas narrativas. O que justifica nossa pesquisa ter como colaboradora uma única narradora, em virtude da complexidade de dados que apresentam sua fala e o tempo de trabalho que temos no mestrado para dar conta dessa análise. O que não significa uma representação geral (como já dissemos), mas sim uma especificidade de um campo que ainda é composto por problemáticas: os estudos de narrativas de pessoas trans.

Além do mais, inspirada em Ciampa (1987/1998) e Lima (2010), entendemos as narrativas como possibilidades de os indivíduos mostrarem suas identidades como personagens, o que facilita no entendimento das metamorfoses, tendo em vista compreendermos que a busca por reconhecimento das pessoas só ser alcançada quando elas conseguem se contarem e (re) contarem a partir desses personagens. Por isso, seguimos para esse estudo o que Lima (2014) nos inspira: a) organizar cada uma das personagens expressadas nas narrativas, de modo a construir cada trajetória individual; b) analisar cada personagem que oferece os elementos necessários ao alcance último do método.

Lima e Ciampa (2017), nos convocam a responsabilização enquanto pesquisadores, que fazem uso da metodologia de narrativa de história de vida, a ter uma postura de tecelão, no sentido de tecer as rede que estão ocultas nas narrativas dos colaboradoras e pesquisadores que mesmo frente “a colonização do mundo da vida, da racionalidade sistêmica, da dominação” (LIMA e CIAMPA, 2017, p. 7), e de outros aspectos que dificultam a compreensão das experiências, possam ao invés de vendar os olhos nas sutilezas do que foi narrado na análise, ao contrário, descortinar aspectos que favoreçam a compreensão de práticas emancipatórias das pessoas via o exercício profundo em tecer as narrativas.

Com base nessas perspectivas e atendendo ao formato que foi aperfeiçoado e permanece em aperfeiçoamento em relação a metodologia, é que demos início a nossa entrevista com a sequência das três perguntas propostas por Gonçalves Neto e Lima (2010, p. 95): 1) “Quem é você?”, 2) “Como você se tornou o que é hoje?” e 3) “Como você se vê no futuro?” A partir dos achados com a análise da narrativa de história de vida da nossa colaboradora, foi que lançamos mão tanto das ferramentas analíticas da interseccionalidade quanto da chave teórica da decolonialidade, onde podemos situar nossas reflexões dentro de uma localidade ainda enraizada no colonialismo que repercute opressões historicamente construídas como a ideia de raça na criação do imaginário do “outro”, aquele que por suas marcas corporais não tem a dignidade de ser percebido como humano.

Nesse sentido, após a introdução, que aqui se apresenta como seção 1, essa pesquisa foi dividida em outras 3 seções. Na seção intitulada *Identidade como metamorfose e as reverberações desses estudos nas Identidades Trans*, passaremos por conceitos que estruturam a nossa análise frente a pesquisa de campo como: identidade enquanto metamorfose, estigma, reconhecimento, reconhecimento perverso, interseccionalidade e decolonialidade. Na continuidade, teremos a seção *História e “Estórias”- Mulheres trans: da Inquisição aos movimentos sociais*; na qual debateremos pontos de vistas a partir das teorias já apresentadas na seção anterior frente às práticas existenciais de mulheres trans na contemporaneidade, a partir de um mergulho na história das transexualidades e travestilidades, que em um escopo mais geral, esse trabalho denominou de identidades trans. Em seguida, será trabalhada a análise da narrativa de história de vida de Luana⁴, na seção *Em um contexto político de caça às bruxas: uma contranarrativa resistente de uma transfada que se autodefine Luana-*, aglutinando teoria e prática nas falas vívidas que dão conta de suas experiências frente aos limites impostos por uma sociedade cisheteropatriarcal capitalista. Daí, a título de suspensão temporária da pesquisa, apresentaremos algumas considerações finais.

Essas epistemologias, aliadas ao método de narrativa de história de vida, justificam o alcance do objetivo desta pesquisa, por ser construída a partir de uma dimensão imprescindível - o corpo para além de um dado objetivo e determinante frente a subjetivação hegemônica - o que visibiliza outras formas de conceber a feminilidade propondo desnaturalizar a desumanização de mulheres trans. Ademais, compreender com a análise as estratégias de negociação das mulheres trans na construção de suas subjetividades na sociedade, desnaturalizando também enquadramentos estáticos e perversos que são impostos às transidentidades, como um fim em si mesmas, contribuir para uma ampliação nos estudos de identidade em metamorfose a partir do deslocamento da análise que será feita com corpos que se distanciam da ideia de um dado destinado a corresponder às expectativas dos discursos sobre o sexo, somado a outros marcadores que se intersectam nessa busca por reconhecimento tanto individual, na tentativa de metamorfosear seus personagens masculinos para feminino, como no reconhecimento social, nessas inúmeras dialéticas de transformação/emancipação neste conjunto de resistências apresentadas por essas narrativas de história de vida em seus processos de alterizações.

Por fim, ressaltamos que esse trabalho está ancorado em um projeto guarda-chuva denominado *Coisas Frágeis: narrativas sobre experiências de sofrimento e os efeitos dos*

⁴ Nome fictício.

enquadramentos psi. Esse projeto é coordenado pelo Professor Dr. Aluísio Ferreira de Lima, e tem sua trajetória contemplada pelo Edital de Bolsa de Produtividade do CNPQ, desde 2015.

O projeto tem como objetivo, compreender, por meio de narrativas de história de vida, os efeitos dos saberes psi nos enquadramentos contemporâneos da identidade e a sua relação com a (re)produção das formas de vida. Ele também tem como foco metodológico, pesquisa de metodologia qualitativa que se articula em 3 vetores: 1) narrativas de histórias de vida das colaboradoras e profissionais; 2) as produções de oficinas de construção da imagem autobiográfica e narrativas de si e 3) a pesquisa histórica e teórica, bem como faz uso de marcos teóricos e discussões epistemológicas que foram tomadas como essenciais para esta pesquisa.

Essa convocação no exercício de interpretação acerca das possibilidades para se existir na contemporaneidade, a partir das narrativas de história de vida das pessoas, é uma postura de implicação do professor Aluísio, que associa ordem pessoal e profissional. No âmbito da implicação profissional poderíamos mencionar, a partir da sua escrita uma trajetória de desenhos e (re) desenhos do projeto *coisas frágeis*⁵ - haja visto a dinamicidade da sociedade e a situação em que nos encontramos neste momento político, para que possamos acompanhar como esse processo vem se desenvolvendo.

Percebemos que no trajeto do próprio projeto, posto em campo, foi percebido a compreensão de que outros aspectos conceituais relativos à questão do estudo de identidade através das narrativas de histórias de vida das pessoas, sob o ponto de vista da teoria crítica incomodou ao professor uma autorreflexão teórica-metodológica, agregando uma nova roupagem conceitual que desse conta mais amplamente de questões macroestruturais que eram percebidas nas colaboradoras a partir de suas narrativas.

Por todas essas afinidades e propostas condizentes com o Projeto Coisas frágeis: narrativas sobre experiências de sofrimento e os efeitos dos enquadramentos psi, é que justificamos que a nossa pesquisa está salvaguardada por todos os procedimentos éticos necessários à execução de uma pesquisa. Esclarecemos que esta pesquisa fez uso da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a resolução CFP 16/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, atendendo aos quatro referenciais básicos da bioética: a autonomia, não maleficência/beneficência, justiça e equidade. Com efeito a pesquisa se subsidia também do

⁵ Essa pesquisa faz parte do projeto “guarda-chuva” *Projeto Coisas frágeis: narrativas sobre experiências de sofrimento e os efeitos dos enquadramentos psi*, desenvolvido no Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (formado por meus orientandos de doutorado, mestrado e iniciação científica, liderado desde 2009 pelo prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

registro na Plataforma Brasil (CAAE: 53338416.0.0000.5054) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 18/03/2016 e em 05/04/2019 (Parecer n° 3.246.557).

2 IDENTIDADE COMO METAMORFOSE E AS REVERBERAÇÕES DESSES ESTUDOS NAS IDENTIDADES TRANS

Os estudos de identidades têm uma vasta literatura e aspectos que diferenciam o modo de análise acerca da obtenção de um status que lhes classifique, ou melhor dizendo, que os identifique. Em virtude da historização desses estudos e em que contextos eles emergem é que eles se tornaram temas de pesquisa disputadíssimos na contemporaneidade. Nas marcas dessas buscas, existem peculiaridades que ressoam neste campus em concordância com o *status quo*, por muito tempo: a ideia de que a identidade dos indivíduos era estática tal qual a que se tem em uma foto de documentos, o que assimilava uma essencialidade, um caráter: algo que se tem desde que se nasce e permanece assim ou algo que se adquire e nunca mais sai dela, é como uma marca com finalidade a manutenção de leis e representações sociais fundamentadas em aspectos morais.

Entretanto, como bem já mencionou Foucault (1987) que onde há práticas de poder coercitivo, também existe resistência, esse campo foi se moldando a partir de pesquisas, ainda tímidas, por parte de alguns estudiosos do assunto, juntamente com algumas feministas, movimentos antirracistas e estudos *queer*. Nesse sentido, havia uma postura acadêmica e dos movimentos anti-intolerância, que buscavam tanto em suas escritas quanto em suas falas, desmistificar ideais fantasiosos que limitavam pessoas a quadros de expectativas e destinos marcados como imutáveis, dando conta da divisão entre quem pode e quem não pode acessar realidades objetivas satisfatórias aos seus anseios ou seja, “a unidade da subjetividade e da objetividade” (CIAMPA, 1998, p. 145) diante das imposições do sistema capitalista que, por natureza forja a desigualdade para manutenção de sua existência, em relação aos modos intersubjetivos que os corpos se expressam frente a colonização do mundo da vida (CIAMPA, 1998; LIMA, 2010; LIMA; CIAMPA, 2017).

Podemos observar em alguns estudos como o de Scott (1995)⁶, um tensionamento quando ela elege a categoria de gênero como útil aos processos de dominação e exploração nas sociedades capitalistas modernas. Desse entendimento, trata-se de uma categoria utilitarista, porque bem como reflete a autora, essa divisão será diretamente favorável a divisão do trabalho, as diferenças salariais, resultado do acesso de algumas mulheres ao mercado de trabalho, ou

⁶ É importante ressaltar que esse momento do feminismo compreendido como pós estruturalista, que tem como convenção entre algumas e alguns autores como terceira onda do feminismo, desvelam entendimentos acerca da construção social generificada de posicionamentos no campo da diferença que reflete dentre outras coisas como esse artefato de poder (o gênero) impõe subalternização e/ou memorizações que refletem nas diversas áreas das mulheres e reatualizam *modus operandis* de opressão e exploração (SCOTT, 1995; JESUS, 2018a).

seja, desfecho de uma luta por disputas de espaços públicos historicamente ocupados por homens, a partir de uma ideia pressuposta a qual carrega como crença de que, naturalmente, o “sexo masculino” teria habilidades para acessar cenário público, para lidar com finanças, dentre outras coisas, em contraposição aquelas que são classificadas como “seu oposto complementar”, que por sua “fragilidade em ser mulher” estaria destinada ao ambiente doméstico no intuito de cumprir sua função substancial de mãe, esposa e dona de casa.

Goffman (2004), com a sua visão interacionista de identidade, agrega uma crítica aos estigmas que marcam determinados corpos implicando em suas representações, reduzindo-as a condições de papéis que limitam a identidade a uma estigmatização macropolítica dentro de uma concepção de matrizes impostas como diferenças, a exemplo da homofobia, do racismo, da deficiência física, como bem aponta na discussão feita em *Estigma: notas sobre a manutenção da identidade deteriorada*. O estigma, como uma marca social depreciativa, é acionado nas relações sempre que uma marca corporal não corresponde ao esperado. Desse modo, quando acontece um encontro entre os que são identificados, por normas regulatórias, como normais e os que são depreciados como anormais, surgem a diferenciação, as limitações que impedem a horizontalidade nas interações, o que mantém a verticalização e a hierarquização comum a todas as relações de opostos: bem e mal, homem e mulher, branco e negro etc. Assim:

O termo estigma [...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. [...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais. (GOFFMAN, 2004, p. 7-8)

Com isso, entendemos que o estigma compromete as relações cotidianas conforme códigos que acionados no ato do encontro, desarranjam o *script* - para ser mais próxima e fidedigna a linguagem do autor - esperado para uma fluidez compreensiva em uma interação entre iguais. Esses traços estereotipados negam a normalidade a esses indivíduos e os põem sob suspeição em uma determinada interação. O autor afirma, que são nos “encontros mistos” entre normais versus diferentes, que se inscrevem os limites sistemáticos dando conta de legitimar ou deslegitimar pessoas, em virtude da percepção de marcadores sociais da diferença que se traduzem em um não reconhecimento de aspectos que vão além do estigma percebido como

traços de diferença em algumas pessoas, conferindo-lhes um reconhecimento por vias patológicas.

2.1 Novos rumos para os estudos críticos de identidade

A partir da tese de Antônio da Costa Ciampa (1998), intitulada *A História do Severino e A História Da Severina*, a discussão no que se refere à identidade toma novos rumos. Nessa direção, a identidade não seria mais vista como algo estático que limita possibilidades e não se percebem mudanças, movimentos, dinamicidades. A identidade seria pensada, assim, como metamorfose, diferentemente, de ideologias que historicamente não reconheciam a identidade como possibilidade de uma transformação humana, mas sim, como uma maneira fixa o que, conseqüentemente, impossibilita uma mudança das estruturas sociais. Inspirado por uma Psicologia Social, com base no materialismo histórico, que tinha como mentora a Professora Silvia Lane, Ciampa desenvolveu o conceito de identidade-metamorfose numa atividade de antítese ao positivismo.

Nesse cenário, Ciampa brilhantemente, com sua crítica ao conceito de papéis atribuídos à identidade individual, bem como a dicotomia de análise fixas, ora indivíduos, ora sociedade, nos apresentando o sentido dialético na não dissociação dessas esferas, ultrapassa os limites dos significados fixos de papéis identitários cujo olhar reitera a estaticidade do ser, e avança para uma análise que mergulha na ideia de personagem como expressão empírica da identidade. Os personagens, por sua vez, vão se transformando nos sujeitos por sua autodeterminação em busca por liberdade a partir da consciência⁷ de ser-para-si, o que permite negociar uma mesmidade frente a uma mesmice. O termo mesmice se refere ao que Ciampa considera uma forma de reconhecimento desumano ou ausência de reconhecimento que põe os indivíduos para experimentar o aprisionamento ao fetiche de uma personagem o que, conseqüentemente, impede a concretização do sentido emancipatório da identidade. Essa, porém, pode assumir um caráter positivo quando os indivíduos repõem um personagem como totalizante de sua identidade de maneira estratégica para um reconhecimento via fragmentos emancipatórios (CIAMPA, 1987/1997; ALMEIDA, 2005/2019; LIMA, 2010); enquanto mesmidade, são os saltos qualitativos

⁷ É na interação dos indivíduos frente ao social, nesse processo em constante dialética, que as pessoas se tornam humanas a partir da consciência de uma vida que não vale a pena ser vivida diante das opressões que lhe escravizam. Em conseguir compreender conscientemente que ser escravo de si mesmo é uma quebra de grilhões, uma aposta libertadora que nos leva a emancipar o nosso ser no mundo, o ser-para-si nesse processo de alterização.

que ao longo das narrativas são percebidas pelo indivíduo e pelos outros como mudanças em suas condições de vida (CIAMPA, 1987/1998; ALMEIDA, 2005/2019; LIMA, 2010).

Nesse sentido, a mesmidade consiste na negação da negação ou seja na “eliminação da identidade pressuposta” (na reposição da mesmice que faz a identidade parecer fixa e imutável), permitindo emergir um “outro que também sou eu”, consistindo na “alterização” (o tornar-se outro) da “identidade”, “no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante, em que toda humanidade [...] se concretiza[...]” (CIAMPA, 1998, p. 181)

Assim, os conceitos “mesmice”, “mesmidade” e “alterização” são utilizados por Ciampa, para explicar; a) a aparência de não-metamorfose, b) o surgimento de fragmentos de emancipação. Conforme corrobora Almeida (2019):

A noção de metamorfose decorre da concepção dialética da identidade, dizendo respeito ao fato de que ela é essa constante transformação, refletindo a plasticidade e o eterno movimento de vir- a- ser dos seres humanos e o caráter mutável e histórico de suas relações. A metamorfose não se dá, contudo de modo único, envolvendo processos de reposição (conformista ou de resistência) como de alterização (seja por degradação, seja por superação da identidade [...]) (ALMEIDA, 2019, p.31).

No sentido, a identidade metamorfose consiste no constante surgimento de identidades pós- convencionais⁸, exigindo o reconhecimento, como enfatiza Lima (2012):

A questão também está em explicar como determinadas representações identitárias enunciam e exigem reconhecimento pós-convencional (LIMA, 2010). Novamente, as concepções de Ciampa se aproximam das concepções meadianas e explicam o processo em que o “eu” se contrapõe ao “mim” (como quando eu não me aceito em uma identidade pressuposta), ou utilizando as palavras do próprio Ciampa, em que o “eu” consegue a negação da negação de minha identidade pressuposta com que me identificava e que assim não mais é reposta, possibilitando uma antecipação no sentido emancipatório. (LIMA, 2012, p. 21).

Ciampa percebe na colaboradora de sua tese, Severina, que a consciência de se lançar numa mesmidade fugindo de uma essência determinada do ser, lhe leva a uma atividade de transformação do ambiente a partir de sua alterização enquanto humana. Essa ação seria uma aproximação da identidade metamorfose, como a unidade da atividade, da consciência, da identidade. Para esse entendimento, ele nos fala:

⁸ Identidade pós convencional, é um termo utilizado por Habermas (1990), que segundo Almeida (2019) designa “o modo de identidade de um eu aberto ao mundo e flexível, caracterizado por uma atitude reflexiva de seus atos e da realidade que o envolve, que procura construir-se como sujeito, capaz de distanciar-se criticamente de seus papéis sem que isto implique em se enclausurar em sua intimidade nem se exacerbar em sua subjetividade. Crucial para se pensar a formação da identidade pós- convencional é o diálogo que deve se dar entre o eu e os outros no sentido de propiciar o reconhecimento intersubjetivo da identidade que se quer emancipada.” (ALMEIDA, 2019, p.37).

Quando descobrimos o fetichismo da personagem, falamos da dificuldade do indivíduo atingir a condição de *ser-para-si* criando o que chamamos de *identidade-mito*, o mundo da *mesmice* (da não-mesmidade) e da *má infinidade* (a não superação das contradições). [...] *ser-para-si* é buscar a autodeterminação (que não é a ilusão de ausência de determinações exteriores); [...] é tentar tornar-se sujeito; procurar a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo. (CIAMPA, 1998, p. 146).

A identidade metamorfose, assim, lança luz em práticas interativas das construções subjetivas impostas aos indivíduos por uma objetificação, num movimento constante de se reinventar na busca de se autodeterminar um ser-para-si. Essas constantes dialéticas, que orientam esse conceito na Psicologia Social Crítica, por uma negatividade que se traduz na concepção onde interessam muito mais os movimentos que negam convocações estáticas que determinam as pessoas numa possibilidade de outros personagens que são negados ou negociados sob condições históricas, mas que muitas vezes ao serem narrados nas histórias de vidas dos indivíduos, podem ser percebidos fragmentos emancipatórios, para além dos ideários pressupostos, em suas inúmeras metamorfoses enquanto humanos.

Lima (2010), na continuidade dos estudos de identidade como metamorfose, percebe que um outro elemento para que um indivíduo pudesse se tornar um ser-para-si (um sujeito) precisava ser observado. Desse modo, não somente era imperativo a autodeterminação como prática combativa a mesmice e fetichização identitária, mas também, um autorreconhecimento que disputasse com as capturas de discursos das Ciências psi. (psiquiatria, psicologia), que enquadraram vidas humanas por vias perversas os reconhecendo a partir de diagnósticos cujos resultados aprisiona e fetichizam as identidades, interpretadas dentro dos limites desses enquadramentos, o que atravessa a lógica objetiva como estratégia de existir.

Em sua pesquisa notificou que em alguns dos seus colaboradores, entre os três que compõem as narrativas em sua tese de doutorado, esse limite de enquadrar-se era a única saída para ser reconhecido, mesmo que de forma perversa, na tentativa de negociar com o poder médico alguma forma de existência frente ao sistema capitalista. Lima percebeu, a partir da narrativa de um dos colaboradores do seu estudo, que suas ações eram quase como uma atuação de um personagem fetichizado, já que: “Não interessa para o psiquiatra os fatores que poderiam levar Gabriel à depressão, interessa a intensidade da atuação” (LIMA, 2010, p. 229).

Honneth (2003), parte de uma teoria do reconhecimento que, associada com os demais conceitos aqui já mencionados, fortalecem nossa análise referente a assimilação da identidade como metamorfose em relação às identidades trans, que muitas vezes tem sua legitimidade enquanto pessoa negada numa dimensão de padrões de reconhecimentos intersubjetivos. Para

ele, as interações intersubjetivas estão fundamentadas em três formas de reconhecer, a saber: o amor, o direito e a solidariedade.

O amor, seria a primeira dessas dimensões, pois é desenvolvido nas relações primárias dos indivíduos em relação, inicialmente à mãe e por extensão ao resto dos familiares. Honneth aponta, que:

A assistência com que a mãe mantém o bebê em vida não se conecta ao comportamento infantil como algo secundário, mas está fundido com ele de uma maneira que torna plausível o supor, para o começo de toda vida humana, uma fase de intersubjetividade indiferenciada, de simbiose, portanto. (HONNETH, 2003, p. 166).

O que o autor quer dizer, é que essa primeira experiência, onde bebê e mãe parecem ser um só, é essencial para o desenvolvimento psíquico dos indivíduos, pois oferece a sensação de segurança que aos poucos, vai permitindo que os sujeitos estendam seus afetos em relação a outras pessoas da família e que surjam relações de amizade, tão importante para o reconhecimento recíproco entre os indivíduos, de acordo com Honneth (2003, p.178):

[...]embora seja inerente ao amor um elemento necessário de particularismo moral, Hegel fez bem em supor nele o cerne estrutural de toda eticidade: só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida de autoconfiança individual, que é base indispensável para a participação autônoma na vida pública.

Já a segunda dimensão, se estende para além do universo familiar e vai colocar o indivíduo em suas relações com o outro. Essa dimensão vai além da estima e abrange o campo do direito, possibilitando o desenvolvimento do autorrespeito.

A terceira dimensão, abrange o pertencimento do indivíduo à uma comunidade de valores que o reconhece de maneira solidária, como sujeito de direito.

Honneth (2003) afirma que será nas inte-relações que o reconhecimento terá um caráter de “denegação ou aceitação”. Tal concepção, em relação a forma contemporânea da teoria crítica pensar os fenômenos na sociedade, dá conta de observar esses encontros intersubjetivos pelas vias do “negativo”. Isto é, na negação de valores morais que inferem diretamente nas três esferas de padrões supracitadas a partir de nossa linguagem cotidiana, que se inscreve como saber que possibilita o bem-estar das pessoas a partir dos códigos de padrões socialmente construídos de aceitação ou reconhecimento, trazendo consequências de uma ausência de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, nas pessoas que são afetadas pelos desrespeitos e ofensas, de caráter intolerante, nas experiências cotidianas no sistema que produz o social. Nas palavras do autor:

Em nossa linguagem cotidiana está inscrito ainda, na qualidade de um saber evidente, que a integridade do ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento, como os que tentamos distinguir até agora; pois, na autodescrição dos que se vêem maltratados por outros, desempenham até hoje um papel dominante categorias morais que, como as de "ofensa" ou de "rebaixamento", se referem a formas de desrespeito, ou seja, as formas do reconhecimento recusado. Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se aquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. Sem a remissão implícita a presença de reação de reconhecimento que um sujeito coloca a seus próximos, aqueles conceitos de "desrespeito" ou de "ofensa" não seriam aplicáveis com sentido pleno. Daí nossa linguagem cotidiana conter referências empíricas acerca do nexos indissolúvel existente entre a incolumidade e a integridade dos seres humanos e o assentimento por parte do outro. (HONNETH, 2003, p. 213).

Para o autor é imprescindível que um indivíduo obtenha reconhecimento nas três esferas, ou seja, que o bem-estar das pessoas, em termos de segurança na sua forma de ser no mundo, possa ser compreendido, respeitado, como também digno de usufruir dos direitos constitucionais que ditam os moldes estatais.

Entretanto esse anseio ainda se encontra muito mais no campo teórico do que nas práticas das relações. Exemplo disso, em relação a pessoas trans serem interpretadas por lentes sociais ainda arraigadas de intolerância e reprodutoras de estigmas, o que as aprisiona numa percepção de desvio (patológico) e imoralidade por desobedecerem códigos rígidos de possibilidade de uma pessoa existir e ser legitimada como humana dentro dos critérios normativos, é que em nossa localidade, o Brasil, pelo 13º ano foi o país que mais matou mulheres trans, o que também pode ser encontrado nos dados de assassinatos de pessoas trans no dossiê anualmente divulgado no dia 29 de janeiro, dia da visibilidade trans, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021).

Ressaltamos, para não incorreremos no risco da universalização dos corpos trans, que 78% dessas trans e travestis eram negras, periféricas e performavam o gênero feminino. O que nos leva a uma percepção de ausência (negação) das esferas de poder jurídica a corpos não condizentes com fantasias cisheteronormativa, brancas, machistas, classistas e transfóbicas. Paradoxalmente a essa matança, poderíamos citar uma política pública concedida, recentemente, por um provimento de lei de número 73, que dá o direito às pessoas trans retificarem seu prenome, bem como sexo/gênero nos seus registros, unicamente levando em consideração a autoafirmação da pessoa enquanto trans.

Nas contradições que trazemos acerca desses processos sociais cujas teorias datam da contemporaneidade, as pessoas trans em muitos “Estados Nação”⁹, têm conseguido lidar com o reconhecimento nas esferas do autorrespeito e autoestima através dos ganhos conseguidos a partir dos coletivos (movimentos sociais) e, juntamente, com alguns ativistas intelectuais que disputam o espaço social em busca de pesquisas que contornam essa hegemonia de realidade de mundo realizando, assim, uma dialética satisfatória com esse universal. Ou seja, entre o que se pressupõe a partir de paradigmas que estão marcados moralmente nos corpos, os ditos iguais e os diferentes que, outrora, eram denegados ao reconhecimento nessas instâncias.

Todavia é necessário fazer alguns apontamentos para que não possamos cair em armadilhas de que alguns avanços são satisfatórios para uma análise crítica acerca desse entendimento. Perseguindo as ideias com as quais estamos em diálogo com os nossos interlocutores epistemológicos, neste trabalho, concordamos com Honneth (2003), acerca do ideal em relação a uma totalidade de reconhecimento nas esferas da autoconfiança, autorrespeito e autoestima como uma luta ético-política, pois, quando situamos tal ideal em relação às transidentidades, podemos observar que em uma única esfera, as contradições de ganhos por um lado, e pelo outro o índice estatístico de mortes de travestis e transexuais ainda dá conta da máxima que: “viado bom é viado morto” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020), o que coloca em caráter de emergência a luta por reconhecimento das pessoas trans que as libertem de uma aparência de não-metamorfose¹⁰ de suas identidades em virtude do reforço aos estigmas.

Desse modo, podemos observar nas práticas sociais que essas questões ainda exercitam uma reposição unilateral de alguns indivíduos ou grupos, com o propósito de manter a tradição social, o que Ciampa (1987/1988) nos elucida como *re*-posição da *mesmice* ou um reconhecimento unicamente por via perversa como notificou Lima (2010). Na contramão dessas negações cuja atenção temos que exaltar, Honneth (2003), em busca por um reconhecimento total como na ânsia dos seus estudos, esclarece que em sociedades mais modernas já se pode

⁹ Com o advento das tecnologias juntamente ao projeto de globalização do mundo que tem como um dos seus discursos um modelo baseado em uma aldeia global, essa ideia de estado nação foi cada vez mais se enfraquecendo e levantando também outros questionamentos, problemáticas etc.

¹⁰ Ao contrário de olhar ampliado acerca da identidade como metamorfose em busca por emancipação e de multiplicidades de personagens a que somos diariamente convocados a representar no cotidiano enquanto filhas(os) (es), profissionais, pais e outros, é que o aprisionamento de uma não-metamorfose nos leva a compreensão de uma estaticidade dos indivíduos (CIAMPA, /1987/1998) a qual o interpreta unicamente de forma unilateral e fetichizada por via de reconhecimentos perversos moralistas e patologizantes (LIMA, 2010) como: loucos, bichas, negros, pobres, sapatões, travestis, transexuais e suas diversas combinações no campo da interseccionalidade por lentes que desumanizam as pessoas em suas diversidades e lutas por existências para além dos ditames cisheteropatriarcal capitalista em que estamos inseridos e (re) existindo e reinventando práticas mais plurais frente a colonização do mundo da vida. .

perceber um diálogo de reconhecimento concernente ao Direito e a solidariedade que resulta em pessoas com autorrespeito e autoestima mais elevada e com uma disposição mais acentuada para lutar por seu reconhecimento próximo do ideal: um reconhecimento na totalidade interseccional das esferas que conseqüentemente, resultaria na autoconfiança, autorrespeito e autoestima restaurada pelas pessoas, que de alguma forma tem isso negado por discursos hierárquicos que desconsideram pressupostos identitários por reiteração unilaterais de estigmas socialmente construídos e naturalizados .

Desse entendimento surge uma questão com base nos argumentos de Honneth (2003), de um ideal de reconhecimento total, ainda negado para alguns, e no caso deste estudo como bem observado, em um dos muitos exemplos que poderíamos ter dado, na contradição da esfera do direito as pessoas trans que indagamos acima, questionamos: Se identidade é metamorfose (CIAMPA, 1998; ALMEIDA, 2005/2019; LIMA, 2010;2012) como uma pessoa trans experiencia nesta sociedade a sua luta por reconhecimento, tendo sua identidade na maioria das vezes, imposta como fixa por estigmas que dão ideia de uma não-metamorfose? Se, algumas vezes são vistas como não-humanas e descartáveis?

Como desdobramento dessa reflexão apresentamos outras para pensarmos a totalidade do reconhecimento como ideal na intersecção das esferas propostas por Honneth, em relação às identidades trans: partindo do pressuposto de que a efetivação de alguns direitos conquistados por pessoas trans, como o direito a retificação do nome lhes dão autorrespeito, bem como a conquista de solidariedade que lhes conferem autoestima - por pessoas que mesmo oriundas de privilégios frente a padrões normativos sociais como CISaliados¹¹, almejam uma reconfiguração desse quadro social em relação às pessoas trans, dentre outras minorias, a partir de um movimento em busca por equidade na possibilidade de existência desses corpos, tendo em vista suas resistências historicamente observadas - seria o suficiente para promover esses corpos a não abjetos, não tendo mais a morte como destino naturalizado, se ao mesmo tempo não se pensar a urgência de mudanças das estruturas sociais que influenciam diretamente na esfera da família, que nos confere autoconfiança, evitando a vulnerabilização da maiorias desses corpos a experiência de rua por serem muito cedo expulsas de casa por incompreensão a essas existências dentro de parâmetros estruturais que os diagnosticam como doentes, desviantes e outros que os tem como desviantes/perversos moralmente?

¹¹ Pessoas Cis que, independentemente de suas sexualidades, raças, condições financeiras, idade se colocam em postura ética e democrática em favorecimento às pautas políticas de grupos e pessoas minorizadas nas suas lutas cotidianas diante das opressões sistêmicas.

Para isso, uma possível saída que podemos tensionar através de nossa escrita e estudo, é problematizar essas esferas que nem sempre estão em diálogo e que em alguns movimentos feito nesse tempo histórico por alguns dispositivos, como a mídia, nos dá uma abertura em certo ponto para discutirmos mais amplamente essas questões. Mas é preciso estar atentos para o fato de, mesmo com as poucas conquistas que confere de certa forma, as pessoas trans, um autorrespeito e uma autoestima nas esferas do direito e solidariedade respectivamente, não pensar “que mudanças ocorrem por passes de mágica” (CIAMPA, 1998, p. 181), e só pelo fato que na teoria da lei de retificação de nome basta uma pessoa se autoafirmar como trans, conseguir essa retificação, não garante mudança nas práticas cotidianas das relações sociais e a não compreensão dessas vidas como possíveis.

Seria, assim, incorrer analogamente no erro de se pensar que redesignando o sexo, as transidentidades femininas, aqui em questão, teriam sua aceitabilidade. São reducionismos que no decorrer dos processos de mudança social tem nos respondido como equivocados, se não considerarmos uma série de questões como: a história dessa pessoa contada por sua família; seu nível de passabilidade¹² e higienizações que serão especificidades da análise partindo dos marcadores encruzilhados a esse corpo passável como; raça, classe e aspectos de estruturação disciplinada, o esperado da condição feminina, dentre outros.

Nesse sentido, os Estudos de Teoria Crítica em Psicologia Social, discutem essas questões no diálogo com estudos críticos que historicamente vêm tensionando o poder e seus tentáculos que anulam corpos legitimados em sua possibilidade de ser interpretados como humanos.

2.2 Feminismo negro e transfeminismos: aproximações possíveis

Ao pensarmos nas lutas por reconhecimento, temos por exemplo, em âmbito global, a mulher negra Sojourner Truth, que disputou concomitantemente pela abolição e pelo direito à humanidade: “E eu não sou uma mulher?”.

Esse questionamento que Sojourner fez em 1851, na cidade de Ohio, nos Estados Unidos, numa conferência acerca de direitos iguais entre homens e mulheres brancas de classe média e religiosas que buscavam diminuir as assimetrias de poder masculino, tanto nas decisões

¹² Do inglês *passing*, que significa que o indivíduo tem marcas corporais que facilitam seu reconhecimento e os poupa, à primeira vista de ser encaixado em estereótipos (HAIDER, 2019). No caso de pessoas negras, a pele clara e no caso de pessoas trans, as características que se aproximam mais do binário masculino ou feminino.

políticas quanto dos acessos aos espaços públicos de poder, nos revela uma forma potente de narrar, que conflui com a análise dos trabalhos da teoria crítica contemporânea, que encontra na narrativa de história de vida aspectos que permitem uma compreensão da identidade enquanto metamorfose. Truth, nos oferece uma maneira de se lutar por reconhecimento a partir de suas vivências e limitações daquele tempo histórico. Com sua narrativa que desafiou mulheres e homens naquele congresso, ela nos inspira, quando diz:

[...] Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [...] Eu lavrei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente - e eu não sou uma mulher? E conseguia trabalhar tanto como qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também - e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu - e eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1851 apud HOOKS, 2019b, p.252-253).

Vislumbramos que em sua narrativa, Truth nos revela as marcas de desumanidade que desvenda a opressão tanto pelo racismo, como pelo sexismo. Na verdade, a categoria ali em disputa com sua repetida indagação: "E não sou uma mulher?", dizia mais de um status que conferia humanidade do que propriamente uma reivindicação em pertencer a um determinado gênero, tendo em vista o momento histórico que ainda delimita esse estatuto de mulher, mesmo que pautados numa universalidade de pertencimento, a mulher branca e de classe média, havia um incômodo ao aprisionamento da opressão masculina, uma vez que a exploração do trabalho braçal e desumanizador estava impostos a mulheres negras, mas também havia ali uma desmistificação acerca de critérios que tornavam legítimas algumas mulheres em detrimento de outras (HOOKS, 2019b). Pode-se, portanto, considerar Truth, como a precursora do que mais tarde seria denominado de Feminismo Negro. As reivindicações de Truth que no século XIX lançaram as sementes das reivindicações das mulheres negras no século XX em prol do reconhecimento de sua humanidade, se reatualiza hoje, no século XXI com o Transfeminismo, onde mulheres trans tentam derrubar as normas cisheterocentradas e reivindicam seu direito de ser reconhecida em sua humanidade e existência.

A querela, portanto, se torna ainda muito presente para a análise deste trabalho quando a narrativa que se levanta é de uma mulher trans, dentre várias, que se intersecta com esse discurso históricos que nos retoma o que de fato interessa dentre esses tensionamentos - quais formatos de mulheridades podem reivindicar a categoria de mulher que lhes conferem humanidade, para além da estaticidade esperada para alguns corpos? A armadilha que tentava

naquele tempo histórico se desvencilhar as que possuíam o status de reconhecimento enquanto mulher, porém, unicamente vista por essa matriz o que as usurparam o direito de participação pública de ensaiarem outros personagens que não fossem os do seus destinos biológicos: a maternidade, o cuidado com o lar, o conforto da vida privada que, na verdade lhes causavam incômodo, emergem como problemática até hoje se pensarmos pelo viés de uma identidade política em metamorfose: E basta sermos apenas mulher?

Conjuntamente a esse debate, poderíamos trazer também a essa análise discussões sobre reconhecimento relacionado a materialidades que justificam de forma perversa e arbitrária a desumanização exercida pelos discursos de poder que limitam alguns corpos a matrizes fetichizadas a partir de marcadores sociocorporais como sexo/gênero, raça, classe, sexualidade etc., tornando-os corpos matáveis, negando-lhes o direito de vidas possíveis de serem vividas e dignas de luto (BUTLER, 2019a) nesta sociedade que tem como projeto à execração dos corpos que são interpretados como abjetos e, portanto, não significados como humanos.

Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”. (BUTLER, 2015, p. 53).

Esses quadros de guerras apontados pela autora são trazidos ao texto no sentido de demarcar subjetividades que alheias ao processo cisheteronormativo não são reconhecidas (HONNETH, 2003; BUTLER, 2015; 2019b) por escaparem, ou melhor dizendo, transbordarem as expectativas CISTêmicas. Dentro desse arcabouço sócio-histórico que logo acima discutimos sobre a categorização da “mulher” podemos migrar para problemática do nosso estudo juntamente a citação de Butler, no sentido, de perceber essa lógica em que as transidentidades passam a ser uma ameaça aos vivos, já que não há possibilidade de um corpo viver fora dos enquadramentos cisheteronormativos.

Este trabalho, entretanto, faz uma analogia apontando mais fortemente para uma questão de gênero não no sentido de hierarquizar opressões, como aponta Tiburi (2017) parafraseando Audre Lorde (2020): “A luta contra a opressão deve ser de todos. E se é de todos ninguém deve ser apagado nessa luta” (TIBURI, 2017, p.1), nem tampouco incorrer no risco de cairmos no identitarismo e na fábula da representatividade vazia e/ou novos universalismos; mas no sentido de apontar a opressão que chega aos corpos trans primeiro: a imposição do gênero que não é

correspondido na expectativa da designação primeira, a do sexo, diferentemente a pessoas não trans.

Compreendemos que a outros marcadores da diferença que acoplados a matriz desse corpo, de maneira singular, dará mais complexidade na análise e, conseqüentemente, na sua precariedade como veremos mais à frente neste estudo quando trabalhamos a narrativa de história de vida da Luana, na prática, que indagou - *“esse processo que eu passei, acho que teve mais a ver com a minha raça, de ser negra [...] e na minha sala, só existiam 4 pessoas negras de 45 pessoas”*.

Ainda nesse sentido, o de enquadrar, enfatizamos que, um fato que para uma pessoa cisgênera pode parecer simples como se sentir representada pelo nome que recebe de seus parentes ao nascimento, já que é compreendido como representativo a sua identidade, como bem já nos alertou Ciampa, “Pense em si mesmo com outro nome: há um sentimento de estranheza: não nos reconhecemos. Identificamo-nos com o nosso nome.” (CIAMPA, 1998, p. 136), para boa parte das pessoas trans, não é tão simples assim, uma vez que essa chancela de confirmação de autoconhecimento acerca de sua identidade, fica deslocado na maioria dos discursos mencionados por essas pessoas. O estranhamento, nesse caso, é com um símbolo que para elas não os representam e a condenam a um lugar de não reconhecimento, de falsidade, o que também será negociado no seu desenvolvimento.

É uma sensação muito difícil de ser compreendida por alguém que não teve ou não privou com alguém que teve problemas com o próprio nome (principalmente se decorre de outros problemas, e geralmente decorrem...). É a sensação não de que os outros estejam errados ou tenham se enganado, mas sim de que a própria pessoa está errada ou enganada sobre si mesma. o próprio indivíduo vê abalado ou perdido o autorreconhecimento de que ele é o próprio de quem se trata... [...] Está claro que o nome não é a identidade; é uma representação dela. Posso representá-la de outras formas, além de usar nomes próprios: este recém-nascido, o filho de fulano etc. Ao dar nome a alguém, ao chamar alguém de uma maneira, torno esse alguém determinado. (CIAMPA, 1998, p. 137).

A ausência desse autorreconhecimento (AGAMBEN, 2014), essa sensação de estar errada/o acerca do julgamento de si mesmo, tem causado grandes sofrimentos às pessoas trans a partir da percepção de suas narrativas de si (LIMA, 2014). É uma espécie de sentimento de não pertencimento que, reforçado pelas instituições, não somente individualiza a causa desse sofrimento aos sujeitos, bem como deixam transparecer que sua existência enquanto pessoa “normal” estará sempre em suspeição. Do contrário, existir a partir de um diagnóstico, limitado a um personagem fetichizado, torna-se mais inteligível a um reconhecimento, embora perverso, o que reitera o que já vínhamos discutindo com nossos interlocutores teóricos.

Indagamos, com fundamentos em Honneth (2011), que a não correspondência das pessoas trans ao enquadramento cisheteronormativo, as condenam a um tensionamento constante que as invisibilizam, desde aspectos que para um corpo em concordância com a cisheteronorma pode parecer simples, como indagamos a questão do nome, até mesmo aspectos mais complexos que dizem respeito ao modo de gesticular, as vestimentas e desejos afetivos que incide de maneira contra-hegemônica a uma estrutura de poder que, enredada em suas matrizes e modos de determinar pessoas, afasta uma percepção por parte dos indivíduos não "obedientes", os subversivos à ordem, uma análise que o singular materializa o universal e, portanto, a estrutura social e indivíduos não se dissociam, a fim evitar a tendência de individualizar a construção de uma culpa, sem contudo alargar as normas na unidade do particular (CIAMPA, 1998; LIMA, 2010).

Isto posto, notificamos que para essa pesquisa em que faremos uso da teoria de identidade como metamorfose subsidiada nos estudos de Ciampa e Lima, bem como da teoria do reconhecimento em que nos debruçamos em Axel Honneth e Judith Butler, como também na aposta que fizemos em interseccionar a esses estudos as esferas de reconhecimento de Honneth - a autoconfiança (esfera do amor); o autorrespeito (esfera do direito) e a autoestima (esfera da solidariedade) a ideia de ser-para-si de Antônio da Costa Ciampa (1998) e o alerta que nos faz Aluísio Lima, com o reconhecimento para além de vias perversas, é que entendemos ser fundamental agregarmos ao estudo tanto a ferramenta analítica da interseccionalidade, disseminada na sociedade a partir do feminismo negro e feminismos da diferenças (JESUS, 2013), quanto a chave de análise da decolonialidade que têm origens simultâneas em discussões sobre feministas negras, não brancas na conscientização de suas próprias escritas, haja visto nossa localidade de construção sociocultural e histórica está deitada no berço do colonialismo que se enraíza em um *modus operandi* de colonialidade de poder, saber, ser e de gênero na contemporaneidade (LUGONES, 2014; VERGEIRO, 2015).

No que tange aos estudos de interseccionalidade, na esfera global, Patrícia Hill Collins (2016), confere a atribuição de um termo denominado de *outsider within*, que mesmo sem tradução para o português, poderia ser compreendido como “forasteiro de dentro” ou “estrangeiro de dentro” (observações tal qual no texto original), que nos ensina muito e contribui para discussão de identidade como metamorfose quando em sua análise ela converge a ideia desse termo, característico de um significado sociológico que opera com na postura de autodefinição e autoavaliação das mulheres negras, frente as macroestruturas de poder negacionistas, o que converge a nossa análise no que tange ao reconhecimento de mulheres

trans, sobretudo enquanto humanas, a partir dos seus autorreconhecimentos. Acerca do significado dos termos acima citados, ela nos ensina:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

Nessa perspectiva, tomaremos emprestado só os termos para pensarmos o que vem se propondo conceitualmente nossa pesquisa e também para dar uma ênfase nas análises de Luana, no que concerne sua autodefinição não somente como uma mulher trans, mas também como uma pessoa negra por sua autoavaliação entre outras autopercepções. Com efeito, a disputa de nossa narradora com narrativas engajadas na macroestrutura, nos leva a fazer uso da interseccionalidade perante a complexidade que essa fala está situada nessa dialética e respectivamente uma contranarrativa como antítese.

Collins e Bilge (2020), em sua obra *Interseccionalidade*, percebendo a complexa dificuldade em definir esse termo de maneira conceitual, ensaiam uma proposta para que de algum modo possamos firmar nossos pés no uso ou contra usos dessa ferramenta analítica em que repousa pesquisas que tem como compromisso ético desmistificar ideias cristalizadas acerca de marcas corporais não hegemônicas. Sobre a possibilidade de compreensão genérica deste conceito ela escreve:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16-17)

E é nesta encruzilhada de encontros que essa ferramenta vai conduzir sempre que necessário, a caminhos teóricos-metodológicos e experiências, a fim de ampliar horizontes. No Brasil, Carla Akotirene (2018), enaltece a importância dessa ferramenta para o feminismo negro que dialoga ao mesmo tempo com o racismo identitário, CISHeteropatriarcal e capitalista. Ela adverte que essas escritas de feministas negras precisam ser apreendidas por LGBTQIA+, pessoas deficientes, trabalhadoras, religiosos que não são colaboradoras da ideologia hegemônica do cristianismo europeu etc., já que não existe mais a possibilidade de abandonar o caráter global opressivo e heterogêneo votados para a administração da vidas femininas, pois:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não poderemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. [...] Avaliar se é “mulher de verdade” – e neste caso, se tem vagina, ou qual sua língua, se nativa ou estrangeira? O feminismo negro está interessado em socorrer considerando os sentidos: se a pessoa está responsiva aos estímulos lésbicos, se sofreu “asfixia racial”, se foi tocada pela polícia, se está escutando articulações terceiro-mundistas. [...] A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostas a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade, conforme pensam Maria Lugones e Avtar Brah. (AKOTIRENE, 2018, p. 16-17-21).

Nessas distinções apontadas nos limites, de abstrações fantasiosas colonialistas, estruturais de classificação de poder é que podemos problematizar a experiência das pessoas trans. Nessa direção, a compreensão de que há uma construção científica das ciências médicas que dão conta de conformar essas identidades a partir de um diagnóstico pautado em códigos de patologização que dão significados e demarcam nosso lugar no mundo, sobretudo na contemporaneidade (BENTO; PELÚCIO, 2012). Sendo assim, as pessoas trans serão compreendidas como pessoas que precisam de tutelas por serem diferentes ao serem reconhecidas e terem suas possibilidades demarcadas nesses limites, que por ser distinto, mas capturado pelas ciências psi (MATOS; CIDADE, 2016) em termos de disciplinaridade dos corpos que lhes desresponsabilizam do julgamento moral, como, por exemplo, das travestis.

Jaqueline Gomes de Jesus (2018), respaldada nesses princípios do feminismo negro referentes à interseccionalidade, nos apresenta um pensamento transfeminista que coaduna com a ideia subversiva em diversos dos seus trabalhos, de que as mulheres trans estão falando, assim como todas, de um lugar específico demandado, e que, sendo assim, é necessário nesses encontros dialógicos um exercício, de fato, de alteridade, a fim de não reproduzir o modelo supremacista de mulher universal. Dito isso, é importante que a prática empática, nessas convergências, possa construir narrativas potentes e localizadas acerca das experiências de gênero que atravessam os feminismos. Da mesma forma, Letícia Nascimento (2021), traz à tona a reflexão acerca de vulnerabilidades das pessoas trans e travestis, em que propunha uma política pública pensada de maneira articulada, elas refletem acerca da interseccionalidade assim:

Ainda perdura em nossa sociedade uma percepção sexista – oriunda de uma visão limitante sobre o ser humano, porém reproduzida acriticamente em boa parte das mídias – de que algumas pessoas são legítimas, outras não. Dentre estas são

enquadradas as pessoas trans. Essa pré-concepção não é inócua e tem estimulado a negação de vários corpos e, conseqüentemente, uma negação da humanidade. E no caso em particular das mulheres trans, uma desvalorização de sua “mulheridade”, da sua condição de mulher, como se fossem menos mulheres do que as cisgêneras/cis (que não são transgêneras/trans). (JESUS, 2018, p. 12-13)

A partir do conceito de interseccionalidade, é necessário refletir não apenas que, como mulheres transexuais e travestis, possuímos múltiplos recortes identitários. Também é preciso observar que esses marcadores ampliam nossas vulnerabilidades sociais, e que as políticas públicas para superação de nossas opressões precisam ser pensadas de modo articulado e localizado. (NASCIMENTO, 2021, p. 82).

A partir dos transfeminismos, ambas autoras trazem para discussões conceitos que ampliam e especificam situacionalmente ideias fetichizadas em aspectos limitantes historicamente que enquadram a semântica da mulher, em sua maioria biologizantes, o que confere humanidades as que estão conformadas em quadros normativos, e desumanidades, ausência e indiferença ao reconhecimento por vias não perversas aos corpos, ou como bem pontuou Jesus (2018), às mulheridades que transbordam, uma pluralidade que se definem assim:

O Transfeminismo é uma linha de pensamento e ação feminista em construção, na prática de uma literatura de fronteira, fortemente baseada na internet e herdeira, principalmente, das contribuições teórico-práticas do Feminismo negro, no que concerne ao princípio da interseccionalidade, à não - hierarquia de opressões, ao empoderamento das falas das pessoas historicamente oprimidas e ao questionamento da apropriação do conceito de mulher pelas feministas brancas. (JESUS, 2018a, p. 16).

[...] A luta transfeminista está para além de mulheres transexuais e travestis. [...] Assim como os feminismos são plurais, o transfeminismo também não constitui uma única possibilidade de pensamento. Contudo, acredito que tais princípios possibilitam uma coerência epistêmica e política, capaz de garantir uma coalizão estratégica com os demais feminismos dispostos a dialogar de modo interseccional sobre as maneiras como vivemos nossas opressões de gênero, sem a crença em um determinismo biológico. (NASCIMENTO, 2021, p. 91).

A partir dessas definições de Jesus (2018a) e Nascimento (2021), que nos convidam a uma compreensão pluralizada do feminismo, podemos entender que o Transfeminismo, aliado com perspectivas não universalizantes do significado representativo de mulher, nos fornece uma ação reflexiva acerca das construções hierárquicas que ao aprofundarmos, negam humanidade a alguns corpos acionando capitais de poder (BOURDIEU, 2007; 2011), a partir de matrizes normativas inscritas na conceituação universal de raça, gênero, classe, sexualidade entre outros, construídos nos limites da ordem cisheteropatriarcal capitalista.

Aliado a esse entendimento, feministas negras, transfeministas e feministas não brancas, a exemplo, de Maria Lugones (2014), atentaram que a periferização exercida sobre seus corpos dizia respeito também a uma periferização de mundo, hemisférios norte, sul, global, local, ou seja, uma geopolítica que territorializa uma dicotomia constante que codifica as mentes a

validarem o poder, o saber e o ser existencial numa lógica de maior ou menor. Uma análise automática entre certo e errado a partir de polos que distinguem centro de periferia o que conseqüentemente invalida um cruzamento de caminhos que permitam a coexistência de saberes e de seres que confluem ideias, a fim de um mundo mais possível, um mundo em espiral de transformações equânimes.

Assim, agregaram aos seus estudos epistemológicos-metodológicos a chave da decolonialidade que desmistifica normatizações abstratas, desloca as lentes viciadas na naturalização de hierarquias a vidas humanas dentro dos processos de dominação e exploração de ordens instituídas pela colonização do mundo da vida nas especificidades das suas localidades. Maria Lugones (2014) em seu célebre texto *Rumo a um feminismo decolonial*, trabalha juntamente com a interseccionalidade, o desvelamento de estruturas coloniais das quais condiciona a categoria de gênero fazendo uso da situacionalidade, perspectiva central dos estudos acerca das diferenças, como sendo unicamente válida para modernidade com o propósito de desumanizar e localizar opressões agregadas a um sistema colonial moderno capitalista. Pautada em suas concepções acerca dos estudos decoloniais e das repercussões aos feminismos periféricos, desse sistema, ela ensaia uma resposta colonial a Sojourner Truth:

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”. Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero. A sugestão é não buscar uma construção não colonizada de gênero nas organizações indígenas do social. Tal coisa não existe; “gênero” não viaja para fora da modernidade colonial. Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa. (LUGONES, 2014, p. 939).

Deste arcabouço de reflexões e tensionamentos trazidos por Lugones, podemos perceber que a colonialidade do gênero atravessa as matrizes impostas e condicionadas por um sistema capitalista patriarcal e sexista, o que traz como armadilha uma análise unilateral a corporeidades que resistem historicamente a essas matrizes. Com a negação de uma complexidade na análise, então, os aspectos de humanidade são direcionados àqueles que por sua vez estão do lado do polo correto nomeado pelos colonos homens, brancos, burgueses, heterossexuais e cristão por serem a régua universal de existência possível. Com efeito, Lugones, compreende que:

[...] a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (LUGONES, 2014, p. 936).

Juntamente a essas inspirações de escritas, Viviane Vergueiro (2015), mulher trans e ativista transfeminista, em sua dissertação de mestrado *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*, nos convida a um diálogo possível de ser feito em pesquisas que priorizem uma crítica e tragam nas suas problematizações, questionar estruturas de poder impostas a corpos trans - que resistem às unilateralizações que os limitam a anormalidade ou promiscuidade: aspectos de sanções a quem historicamente é visto como desobedientes aos parâmetros canônicos da sociedade moderna capitalista que muitas das vezes foram justificados por descrições positivistas de algumas Ciências - o deslocamento de categorias inquestionáveis (centrais) que politicamente desnaturalizam a construção da anormalidade a toda forma de existir não condizente ao CISTema.

Ancorada nas epistemologias interseccionais e decoloniais que dão conta de enaltecer e incentivar a desobediência epistêmica, com bem inspiram Walter Mignolo (2008) e bell hooks¹³ (2013), bem como em estudos ativistas acadêmicos e movimentos sociais que lutam por uma transformação social, ela mergulha em categorias desestabilizadoras que conceitue, ou capture marcadores sociocorporais supremacistas de sexualidade, raças-etnias, que na estabilidade de sua normalidade impõe a natureza das “coisas” a falha das existências trans ao invés de aprofundarmos a análise e entendermos como tudo isso é historicamente construído e reforçado diariamente com a ajuda de outros dispositivos institucionais e midiáticos que conservam os privilégios. Dito isso, ela aponta como de suma importância uma análise da branquitude, heterossexualidade/heteronormatividade e cisgeneridade/cisnormatividade como categorias politicamente inquestionáveis na manutenção do *status quo*.

¹³ Mantemos a grafia do nome da autora com letra minúscula, em virtude da escolha da própria autora, que ao fazer isto chamava a atenção da necessidade de se sobrepor o texto ao autor. (HOOKS, 2019a).

Pensar cisgeneridade [...] é pensar em diversidades corporais e identidades de gênero como fatores interseccionalmente significativos entre as variadas dimensões e pertencimentos socioculturais humanas. [...] Ao se pensarem questões relacionadas a sexualidades na contemporaneidade, ainda é frequente que o foco epistemológico esteja naquelas sexualidades marginalizadas, ojerizadas, historicamente patologizadas [...] Esta descentralização da heterossexualidade outrora naturalizada [...] pode nos fazer pensar sobre a cisgeneridade [...] é um processo crítico em relação aos processos de produção de diferenças, usualmente naturalizadores da 'condição' dominante e estigmatizadores da 'condição' dominada [...] Inspirar-se nas análises sobre branquitude para analisar a cisgeneridade como categoria analítica determina tanto a necessidade de se considerarem questões étnicoraciais ao se pensarem diversidades corporais e de identidades de gênero, quanto uma proposta [...] que problematiza posições de enunciação e poder que constituem colonialidades normativas. (VERGUEIRO, 2015, p. 53,54,59).

Vergueiro (2015) e sua postura de enfatizar a necessidade de pensarmos a partir de um transfeminismo categorias analíticas contra-hegemônicas a norma, nos aponta a cisgeneridade, que amplia privilégios não apenas de ordens da sexualidade, no caso a heterossexualidade e sua heteronormatividade, mas também aponta para privilégios CIScentrados nos estudos de identidade de gênero sobre as transidentidades. Desse modo, para esse estudo as análises que desestabiliza corpos a partir de marcações que se inscrevem neles como raças-etnias, sexualidades, entre outros, se inclinarão também para aspectos de supremacias hierárquicas com base na branquitude, heterossexualidade que subsidiam a compreensão da cisgeneridade, que dão conta de uma cisheteronormatização racializada a corpos que resistem a colonialidade do poder, saber, ser e de gênero nos termos da modernidade colonial capitalista (QUIJANO, 2009; LUGONES, 2014; VERGUEIRO, 2015; JESUS, 2018a).

Da mesma forma, Letícia Nascimento (2021), incorpora aspectos de interseccionalidade e decolonialidade ao livro *Transfeminismo*, que refletem a importância do conceito analítico da cisgeneridade em diálogo com Jaqueline de Jesus (2018a) e Viviane Vergueiro (2015), entre outras autoras, indagando o espanto de uma existência trans como legítima dentro dos padrões cisheteronormativos que não consideram a construção do gênero de pessoas trans, tendo em vista não existir uma naturalidade dessa construção a partir dos sexos, como ocorre com as pessoas cis. Em suas palavras:

O conceito de cisgeneridade é capaz de estabelecer um paralelo crítico ao das transgeneridades, revelando que, apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa. [...] O conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados. [...] O conceito de cisgeneridade coloca em disputa a percepção de que

os corpos - de nenhum corpo, para ser mais específica -, é naturalmente sexuado, ou generificado. (NASCIMENTO, 2021, p. 97-100).

Nesse sentido, ao pensarmos os corpos dentro dos limites discursivos sociais entendemos que algumas categorias emergiram dentro de concepções epistemológicas na contemporaneidade e lançam luz sobre o processo mais do que necessário de desnaturalização discursivas que corroboram para menorização de alguns corpos que transbordam o discurso hegemônico da cisheteronormatividade. Usamos, portanto, o termo menorização com o propósito também de tensionar a linguagem que constantemente emprega o termo “minorias”, sem contudo, colocar as vistas os processos políticos de construção e ação contínua e reiterada de minorizar alguns corpos a partir de matrizes hegemonicamente estabilizadas por normas morais em relação aos *Outsiders* sistêmicos e/ou CISTêmicos.

Ciampa (2002), em *Políticas de identidade e identidades políticas*, dialoga diretamente com as medidas que esse trabalho foi tomando para chegarmos às teorias que dão terreno para nossa análise. Com bases em Habermas, e a razão comunicativa “na qual está embutido o poder democrático exercido conforme o direito.” [...] tendo, pois, “uma moral orientada por princípios depende de uma complementação através do direito positivo” (CIAMPA, 2002, p. 7), ele nos lembra que:

O esforço de estabelecer relações entre políticas de identidade e identidades políticas, antes de se constituir em simples trocadilho, pode permitir a discussão de aspectos, tanto regulatórios como emancipatórios, de ações e discursos, tendo em vista as assimetrias de poder presentes nas relações sociais. (CIAMPA, 2002, p. 1)

Nesse cenário, ele aponta para os estágios em que estão as sociedades que dão conta de analisar os progressos e desenvolvimentos na contemporaneidade e análises mais ancoradas na opressão e exploração em virtude de grupos sociais ou indivíduos não obterem reconhecimento. As políticas de identidades, portanto, regulam os corpos por negação ao direito ao autorrespeito, por exemplo. Essa sujeição estrutural faz parte da narrativa hegemônica - convencional - que instituída como mensagens de uma verdade geral sobre o mundo nos limita a uma visão parcial das coisas e de uma ideia de que associada a outros aparatos como mídias regulatórias de ideais, religião, linguagem, tecnologias, família, vão nos moldando - sociedade e indivíduos com uma *razão instrumental*¹⁴.

¹⁴ Elaborado a partir das reflexões elaboradas por Horkheimer(2002), “a razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, no seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la”(HORKHEIMER, 2002, p.26), esse é conceito - chave para a Teoria Crítica largamente utilizado por seus representantes. Habermas (1987) o entende como uso de uma razão que é coercitiva e, portanto, fadada a uma desrazão que não põe as relações intersubjetivas em uma ação de eficácia compreensiva para que haja uma transformação social. Vendo condições potentes de transformação em uma razão comunicativa.

Dessa compreensão, Ciampa busca na história momentos em que foram perceptíveis o uso de políticas de identidades regulatórias que fetichiza as pessoas a uma determinada identidade. Ele aponta que podemos observar isso a partir de quem cunhou o termo, no caso Goffman (2004) em seu livro, *Estigma*, que teve sua primeira versão publicada em 1963. Ciampa faz uma digressão em sua memória e lembra que Goffman (2012), em sua escrita, elaborava que pessoas que cumpriam com as expectativas sociais, ou seja, o que depois ele reformulou como ruptura de quadros, eram chamadas de normais, do contrário, seriam as estigmatizadas, o que já apontava para um caráter político regulatório no que concerne às identidades. A esse respeito, Ciampa diz:

[...] àqueles que não se afastam negativamente das expectativas sociais como “normais”. Os outros podem ser classificados como “estigmatizados”, em três tipos de estigma: 1. as abominações do corpo (ou as deformidades físicas), 2. as culpas de caráter individual (inferidas a partir de relatos, p. ex., de distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio, comportamento político radical etc.) e 3. os estigmas tribais de raça, nação, religião etc. (CIAMPA, 2002, p. 02)

Esses ditames, ao nosso ver, atravessam o século XXI e reatualizam estruturas sociais que inferem na autonomia individual entre a dialética do progresso e desenvolvimento e as opressões explorações, frente ao momento político reacionário, ultraliberal e conservador que estamos vivenciando em 2021. Por um lado, temos forças que resistem em busca de uma dialética entre autoconfiança, autorrespeito e autoestima como nos propõe Honneth (2003), o que confere aos grupos sociais e aos indivíduos uma certa autonomia, e do outro discursos ultraconservadores, disputando a demonização das diferenças, assujeitando esses corpos a um retrocesso de conquistas humanistas conseguidas pelas esquerdas, direcionando as existências trans a fixidez da estigmatização que tem por consequência uma heteronomia como nos mostra Ciampa:

[...] Tais observações mostram como essa questão de políticas de identidade desde o início envolve um conflito entre autonomia e heteronomia, em pelo menos dois pontos. Em um, entre a suposta autonomia do discurso do intragrupo (com fraseologia predominantemente política) e a heteronomia do discurso do exogrupo (com fraseologia que Goffman chama de psiquiátrica, mas que poderíamos também chamar de paternalista ou assistencialista, quando não colonizadora). (CIAMPA, 2002, p. 03)

Dessa assertiva, Ciampa nos remete a algo muito mais complexo do que o retrocesso a um determinado tempo histórico. Nos conduz, assim, a uma reflexão que autoras interseccionais e decoloniais, nas quais estamos pautando a nossa análise, fazem uso e contra usos: nos remete a uma colonização do mundo da vida a partir de estruturas patriarcais e assistencialistas que insistem em politicamente exterminar, eliminar a diferença ou posicioná-las, nomeá-las, a

lugares subalternizados por discursos de políticas de identidade, quer seja por vias do racismo, da homofobia, transfobia, classicismo, sexismo/machismo, que reduz pessoas trans a uma heteronomia inscrita no contexto sócio histórico; a esse respeito, ele nos lembra:

Utilizando uma linguagem dramática, pode-se dizer que a política de identidade de um grupo ou coletividade refere-se de fato a uma “personagem” coletiva; fala-se tanto de um “branco” ou um “negro”, quanto se pode falar de um “judeu”, um “psicanalista”, um “velho”, um “jovem”, um “corintiano”, um “trabalhador”, um “vagabundo” etc.; como os exemplos estão no masculino, vamos incluir também um “homem”, uma “mulher”, lembrando que podemos fazer várias combinações: um “homem branco”, uma “mulher negra” e assim por diante (CIAMPA, 2002, p. 5).

Essa personagem coletiva e fixa, é o que os estudos da Psicologia Social Crítica tem criticado, dando contornos na contemporaneidade, no sentido, de apontar as metamorfoses desses personagens e que desvenda as estruturas perversas do poder em relação a alguns corpos. É olhar a identidade como política, mas sem deixar de se questionar: políticas para quem e, conseqüentemente, democracia para quem? Não são só trans, não são só mulheres ou as possíveis combinações/intersecções que as oprimem - Mulher/negra/trans, silenciadas por suas “inconformidades.” Daí com a urgência de um deslocamento descolonial, ensaiamos diversos personagens tal qual as masculinidades/branquitudes/heterossexualidades e cisgeneridades nas complexas teias de dominação que privilegiam supremacias nomeadas por discursos colonialistas.

Assim, entre os “descartados” e “descartáveis” - quando a característica ligada ao estigma não é conhecida - para sermos fidedignos a escrita de Goffman, que incide sobre nossa atualidade, o nosso estudo se conecta com os descartáveis a partir da categoria analítica da cisgeneridade: o que ainda não é cognoscível para além do campo da sexualidade. Lembrando que tal disputa na arena política não se limita somente ao pertencimento de um campo de legitimidade como transgeneridade sendo tão autêntico quanto a cisgeneridade, é isso, mas não só isso, é também, disputar algo maior que está em jogo: o status de humanidade pelo qual já lutou e luta, historicamente, Jaqueline de Jesus, Viviane Vergueiro, Maria Lugones entre outras, na busca por uma diminuição do racismo, transfobia/heterossexismo etc.

A questão seria, portanto, uma saída através de uma ação comunicativa como já nos elucidam os aportes teóricos da Psicologia Social crítica? Seria através do autorrespeito que metamorfosearíamos as dimensões da autoconfiança e autoestima social, simultaneamente? As perguntas não cessam por aqui, tendo em vista a complexidade dessa análise, bem como na compreensão com a qual nos abrilhantou, Stephanie Caroline Ferreira de Lima (2020), em seu texto: “As perguntas são mais importantes do que as respostas”;

“Desejo que você continue aprendendo a perguntar, que é mais importante do que responder.” Eis a primeira frase que leio sempre que abro o livro *A Garota das Laranjas*, de Jostein Gaarder. Apesar disso, vocês não encontrarão esta frase no livro impresso, porque foi parte da dedicatória escrita pelo meu pai, para o livro que ganhei de presente aos 10 anos. [...] Tenho compartilhado, com colegas do grupo de pesquisa [...] nossa esperança de uma sociedade que priorize as múltiplas formas de vida e de existência de uma maneira que redirecionasse as prioridades sociopolíticas e de consumo atuais. [...] É incrível acompanhar isso e não vislumbrar a compreensão da população de que tudo ao nosso redor é história, que “não existe história que não seja história do presente”, como nos ensinou Walter Benjamin. [...] Sem perceber que a construção da supremacia branca, a eugenia que se tornou racismo estrutural e internalizado, e a hegemonia da branquitude, para citar alguns exemplos, já foram consideradas naturais e hoje são combatidas por nós. (LIMA, n/p, 2020).

Neste texto, a autora, em meio ao caos pandêmico do Coronavírus, nos alerta enquanto teóricos críticos, a importância de mantermos a postura de questionadores incansáveis diante das estruturas supremacistas do poder, exercício com o qual nós, pesquisadores e colaboradoras do grupo de pesquisa Parallaxe, temos nos comprometido, como anteriormente já foi mencionado nesta seção.

Desse entendimento e em conciliação do que foi exposto epistemologicamente e metodologicamente como base para nossa pesquisa, que pensa a identidade como metamorfose a partir de Ciampa (1998); e em busca por um reconhecimento que não seja por vias perversas nos desdobramentos de Lima (2010), que se propõe a uma análise por vias da narrativa de história de vida da colaboradora desta pesquisa como metodologia que compõem na contemporaneidade os estudos da Psicologia Social Crítica, que se fortalece nesse estudo.

Além disso, atentos aos procedimentos éticos desta pesquisa que estão subsidiados no projeto guarda-chuva, *Coisas frágeis*, e dando visibilidade a um posicionamento ético-político, o que a teoria crítica já vislumbrava, firmamos, nossa análise, baseados em aportes teóricos da ferramenta analítica da interseccionalidade, a partir dos feminismos - negros, das diferenças e trans.

Do mesmo modo, buscaremos suportes na decolonialidade a partir do transfeminismo negro/decolonial respectivamente encruzilhados, haja visto a percepção dos estudos de identidade, metamorfose em busca por emancipação e reconhecimento, ter em seu repertório o horizonte da colonização do mundo da vida em sua trajetória de pesquisas com Habermas (1997), Ciampa (1998; 2002), Lima (2010, 2017) é que acreditamos que assim daremos conta de aspectos mais complexos que envolvem a análise crítica que percebe identidade como movimento e, portanto, um vir-a ser, para ser-para-si.

Portanto, na intersecção das ferramentas presentes nos estudos feministas negros interseccionais, na decolonialidade, nos transfeminismos, no pressuposto da Psicologia Social

Crítica que percebe a identidade como metamorfose e em busca por reconhecimento e emancipação (CIAMPA, 1998; LIMA, 2010; ALMEIDA 2019), é que pretendemos compreender a partir da narrativa de história de vida da Luana, como ainda na contemporaneidade e no terreno político em que estamos inseridos com aspectos reacionários as estigmatizações aos corpos minorizados moralmente por seus marcadores sociocorporais, pode ser uma janela analítica que possibilite enaltecer fragmentos de emancipação as transidentidades na prática do que nos aponta a dialética na teoria, “o singular materializa o universal na unidade do particular.” (CIAMPA, 1998, p. 221).

3 HISTÓRIA E “ESTÓRIAS”¹⁵ - MULHERES TRANS: DA INQUISIÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao contarmos uma história podemos fazê-la de várias maneiras. Alguns preferem contar a partir de fatos que parecem ser concretos/objetivos por meio de análises que se ancoram em um determinado espaço como as instituições. Outros, por vezes, se amparam em buscas mais subjetivas que circundam questões que se pautam no tempo e no espaço. Para isso, usa-se fontes históricas que assegurem uma análise mais significativa acerca de um determinado fenômeno.

Nesse sentido, podemos observar questões que são discutidas ao longo dos tempos como, por exemplo, a formação social e cultural em que estamos inseridos, cujo território denominamos de brasileiro. Tal percepção nos remete a uma temporização que nos instiga a percepção de algumas construções a saber: o machismo/sexismo, a LGBTfobia, o racismo que nos constituem “como nação” no bojo da colonização.

Desse modo, questões de ordem institucionais, bem como subjetivas vão redesenhando formações sociais cristalizadas que nos remetem a um exercitar científico em busca de uma genealogia¹⁶ propriamente dita, com objetivo de compreendermos esses fenômenos a partir da ampliação de nossas lentes psicossociais viciadas em uma normatividade. Quer sejam estas no âmbito do gênero, da raça, classe e sexualidade dentre outras.

Entretanto, uma questão nos é colocada enquanto pesquisadores, logo que buscamos acessar registros que outrora destinavam-se à invisibilidade - será possível contar uma história que na busca de suas gêneses, os arquivos foram destruídos e/ou impedidos de aparecer através de estruturas normatizantes?

Trava-se, portanto, uma luta pelas poucas buscas que se possam ter registros para que essas histórias possam ser lembradas, como também avivadas na perspectiva de uma análise que busque desnaturalizar tudo aquilo que querem de alguma forma execrar, esconder.

Portanto, escavar a história oficial, procurar a origem dos conceitos (e preconceitos), trata-se de algo extremamente significativo ao propósito de nossa investigação ao utilizar as narrativas de história de vida, no sentido de decolonizar o pensamento e por fim, numa

¹⁵ O título remete ao que é conhecido como história oficial (a história dos vencedores) e as “estórias” singulares que se forjam no cotidiano e trazem elementos de resistência que, no entanto, são invisibilizadas.

¹⁶ De acordo com Foucault (1988) “A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. ... Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (Foucault, 1988, p. 15)

perspectiva fundamental à teoria crítica: escovar a história a contrapelo, na busca de um novo conceito de história, a história dos excluídos (BENJAMIN, 1987).

Para que possamos, então, entender a história de vida de nossa transfada através de sua narrativa, se faz necessário um mergulho na história de luta e resistências de outras mulheres trans a fim de compreender como ela chega na contemporaneidade podendo ousar existir, não às margens da sociedade, mas sim de forma pertencente e até mesmo incluída.

Não poderíamos simplesmente falar deste tempo vigente sem, contudo, indagarmos o passado sob o risco de cairmos em armadilhas normativas que individualizam lutas, criando tipos/modelos a serem seguidos sem levar em consideração a luta de milhares de mulheres trans que passaram pela história tendo negada sua existência. O exercício ético e político, portanto, é o comprometimento com o coletivo, com as lutas e fragmentadas histórias de vidas de mulheres trans e travestis que ousaram viver e morrer para que hoje Luana pudesse avançar e dar continuidade a uma história de resistência.

Luana é ela, mas não somente, ela é também todas aquelas que lutaram, que tombadas ao solo tendo suas vidas ceifadas não desistiram, mas sim inspiraram. Ela é Xica Manicongo, Marsha Johnson, Mary Elizabeth, Mary Jones, Mademoiselle de Beaumont, Claudia Celeste, Lucy Hicks, Roberta Close, Dandara, Erika Izidoro, Thina Rodrigues, Luma Andrade, Megga Yara, Jaqueline de Jesus, que resistiram em suas vidas e tempos históricos, umas nos foram tiradas de formas tão violentas e outras, aqui citadas, resistem as estatísticas até hoje nos inspirando e nos mostrando possibilidades outras de pertencimento, de inclusão na contemporaneidade.

É um exercício, portanto, de visibilizar a transcestralidade contando e recontando toda essa história sem fazer a *egípcia*¹⁷, sem inquisições.

3.1 A invenção da transexualidade

Ao usar o termo “invenção” no título desta subseção, tem-se o intuito de prosseguir num caminho “decolonial”. Isto é, pretende-se desconstruir e desmontar conceitos, refletindo com que objetivos foram criados e o que pretendiam.

A história de Luana e todas aquelas que a precederam, é a história de um estigma que tem marcado desde tempos remotos àqueles cujos comportamentos sexuais não correspondiam às normas hegemônicas e que foram nomeados como desviantes e/ou inferiores.

¹⁷ Fingir indiferença, fazer que não viu, ver BRAVO (2020).

A ideia de nomear, estigmatizar, tratando-se de uma estratégia para diminuir e distinguir grupos inteiros como os “outros”, os diferentes, os marcados, e assim dominá-los, é algo que se aplica sempre quando existe uma “relação de poder desigual” e sobre isso Jaqueline de Jesus nos chama a atenção :“Um exemplo é a atribuição do genérico nome “negros”, surgido no século 10, às centenas de povos africanos explorados durante o tráfico transatlântico, no período da escravidão moderna que fundou as Américas sob a dominação europeia”(JESUS, 2018b, p.3), e assim como o termo “negro” estruturou toda uma sociedade racista e preconceituosa, o termo “travesti”, aplicado a pessoas que se vestiam de modo oposto ao adequado à sua genitália de nascimento, arrastou consigo toda uma série de consequências (JESUS, 2018b).

Ainda segundo a autora, o termo se originou do latino *transvestire*, que se referia a quem exagerava na roupa que usava. Essa nomeação, foi popularizada pelos italianos com o sentido adicional de uma “pessoa disfarçada”. Assim, a palavra “travestito” foi assumida pelos franceses relacionando-o a um “comportamento tido como ridículo ou falso, de homem que se veste como mulher”, adotada depois pelos ingleses, tornou-se “travesty” e [...] “com os usos, o adjetivo passou a ser utilizado, pejorativamente, para identificar uma população: a trans.” (JESUS, 2018b, p.3). Em relação a como a nomeação produz conceitos e antes disso, preconceitos, a autora nos traz outro exemplo interessante:

Entre os povos nativos norte-americanos, pessoas que hoje identificaríamos como trans eram chamadas de “berdaches”, atualmente mais conhecidas como two-spirit (dois espíritos), referindo-se à ideia de que vivem papéis de dois gêneros ou que são de um terceiro gênero. O uso do termo “berdache” é criticado por ser antiquado e ofensivo, tendo em vista que não era utilizado pelos indivíduos aos quais se referia: ele foi imposto por antropólogos que se basearam na palavra francesa para homem que se prostitui (garoto de programa, “michê”), “bardache”, a qual, por sua vez, derivou-se do árabe “bardaj”, que significa “cativo, prisioneiro”. (JESUS, 2018b, p.3).

Diante do exposto, pode-se perceber como todo um sentido pejorativo foi aplicado aos costumes que nem de longe, eram considerados na cultura dos nativos, como geradores de diferenciação, e isto foi usado, para justificar uma série de barbaridades sobre essas pessoas. Mas, para que se compreenda como isto se deu historicamente, é necessário que se discorra um pouco sobre como a transexualidade se modifica para um conceito científico e passa a ser considerado como um “desvio da normalidade” e assim, objeto de intervenção.

Para iniciar, é importante que se diga que até o início do século 20, não havia nenhuma preocupação científica em distinguir homossexualidade de transexualidade. Para todos aqueles que praticavam “o amor que não ousava dizer o nome” (MOTT, 1999;) era aplicada a nomeação

de “homossexual”, pois a preocupação primeira foi o uso da sexualidade como um dispositivo¹⁸ de controle das populações (FOUCAULT, 1988).

Esta premissa aparece muito bem elaborada nos estudos de Katz (1996) onde ele apresenta a heterossexualidade como uma invenção, desconstruindo a ideia de sua “normalidade” como algo natural e inquestionável. Tendo como o foco a desconstrução de conceitos, o autor mostra como os termos heterossexualidade e homossexualidade foram uma invenção da modernidade, elaborada para distinguir o que era considerado uma prática sexual “normal” daquelas consideradas moralmente desviantes e assim, passíveis de intervenções as mais diversas.

Katz explana como o termo heterossexual surgiu nos discursos religioso e médico para enfatizar uma prática sexual que se destinava à reprodução e como era saudável e aceitável, no período em que o saber médico se empenhou em subsidiar o discurso religioso e respaldá-lo cientificamente. “Inventando-se” a heterossexualidade e concebendo-a como normal, a homossexualidade, seu oposto, seria o anormal, o patológico (KATZ, 1996). Estão aí as bases do que mais tarde viria a ser chamada de matriz heterossexual (BUTLER, 2019) e mais tarde, com os estudos trans, de cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015).

É válido ressaltar, que na entrevista com Luana, algumas vezes em sua narrativa, esta não deixou de ser atingida por essa matriz heterossexual, ao se referir a si mesma no masculino. Num ponto em que ela conta um episódio relativo ao uso dos banheiros (que será explorado melhor mais tarde), destaca-se esse fragmento:

[...]E aí, esse menino, inclusive, tava nesse dia e ele pegou, com o grupinho de amigos dele, [...] começaram a chegar próximo de mim e eu fiquei assim... tava olhando pro espelho, eu fiquei muito assustado e o espelho era no final do corredor do banheiro. E o banheiro tinha o quê? [...] 6 cabines, né.

O “assustado” no meio de uma narrativa em que a interlocutora se referia a si o tempo todo no feminino, pareceu deslocado e estranho, levando esta pesquisadora a querer esclarecer seu uso. Assim, depois da transcrição, indagamos de Luana o porquê dela se referir a si mesma no masculino. Luana explicou que nem sabia porque isso tinha acontecido, mas que naquele tempo, não havia esse negócio de ser trans, tudo era “viado”, “gay,” etc. E ninguém se referia a uma travesti ou mulher trans como “ela”. A cisgeneridade, mesmo inconscientemente aparece na narrativa de Luana em alguns momentos na contação da sua história. Fica evidente que, muitas vezes, mesmo estando na luta por reconhecimento, buscando a afirmação da identidade

¹⁸ De acordo com Foucault, dispositivos são “formados por um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não- discursivas que possuem uma função estratégica de dominação. O poder disciplinar obtém sua eficácia da associação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras” (FOUCAULT, 1988, p. 244).

trans, Luana não consegue escapar das “invenções” que alocaram corpos dissidentes ao terreno do desvio e da patologia.

É nessa mesma perspectiva de invenção, que Berenice Bento (2017) elabora suas reflexões a respeito da história da transexualidade. Bento discorre que, embora haja registros antigos da experiência transexual ao longo da história de vários povos, essa prática não era nomeada. A autora considera que nomear essas práticas como transexuais, é ignorar todo o contexto histórico do surgimento da transexualidade como novo dispositivo de controle, um “desdobramento do dispositivo da sexualidade” (BENTO, 2017, p. 109). Dizer que a transexualidade sempre existiu, é não considerar “a especificidade histórica da transexualidade, fundamentada na medicalização da sexualidade que ocorreu no século XIX e que instituiu um sistema de classificação de condutas individuais baseadas no ‘sexo verdadeiro’” (BENTO, 2017, p.108). Como a homossexualidade, a transexualidade está relacionada ao “protagonismo que o saber médico assume na definição da verdade que se esconde nas identidades transtornadas” (idem)

A primeira vez que se fez menção ao termo transexual, foi em 1910, quando o sexólogo Magnus Hirschfeld utilizou o termo "transexualpsíquico" para se referir à travestis fetichistas (BENTO, 2017). Só em 1949, quando Cauldwell publicou um estudo de caso sobre um transexual masculino, esboçando algumas características que viriam a ser exclusivas dos (as) transexuais, é que o termo voltou a ser utilizado. Isto fez com que na década de 1950, surgissem publicações que trazem registros e postulam a especificidade do “fenômeno transexual” (BENTO, 2017, p.35).

No final da década de 1950, duas grandes vertentes de produção do conhecimento se encontrarão na temática da transexualidade. As biologistas, baseadas no funcionamento endocrinológico do corpo, cujo pioneiro foi o endocrinologista Harry Benjamin e aquela de vertente psicológica ou de aprendizagem de comportamento, encabeçada por John Money, professor de psicopediatria, que dava destaque ao papel da educação na formação da identidade de gênero. Para Money, o gênero e a identidade sexual eram modificáveis até a idade de 18 meses¹⁹.

¹⁹ “Durante décadas, o modelo de intervenção cirúrgica em bebês hermafroditas, respaldado nas teorias de Money, conseguiu um considerável apoio da comunidade científica internacional. Os recursos terapêuticos que Money usava para produzir, em crianças cirurgiadas, ‘comportamentos adequados’ a seu sexo, principalmente referentes ao controle de suas sexualidades, passaram a ser denunciados por militantes de associações de intersexos, que lutavam contra a prática comum nos hospitais americanos de realizar cirurgias em crianças que nasciam com genitálias ambíguas. Colapinto (2001) recupera a história dos gêmeos Brenda e Brian, um dos muitos casos sob a orientação do Dr. Money. Brenda, quando tinha oito meses, teve o seu pênis cortado numa circuncisão mal-feita e foi submetida a uma cirurgia para a construção de uma vagina pelo Dr. Money. Ao

O fato destas duas concepções serem distintas em suas explicações para a gênese da transexualidade e diferentes formas de “tratamento”, “não constitui um impedimento para que uma visão biologistica e outra, aparentemente construtivista, trabalhassem juntas na oficialização dos protocolos e nos centros de transgenitalização”(BENTO, 2006, p.122). Apesar de Money destacar a importância da educação para a formação da identidade de gênero, acreditava na hipótese de que uma anomalia cerebral fosse responsável por alterar a imagem sexual do corpo, tornando-a dissonante com a genitália de nascimento (MONEY, *apud* BENTO, 2006)

A partir daí, nas décadas de 1960 e 1970, construiu-se toda uma articulação entre discursos teóricos e práticos na produção de um conhecimento específico sobre a transexualidade visando a produção de diagnósticos diferenciados dos *gays*, lésbicas e travestis (BENTO, 2017). Neste período, define-se os dois troncos fundamentais sistematizados por Bento (2006) que explicam a origem da transexualidade com suas respectivas propostas de tratamento:

o primeiro operacionalizará sua leitura a partir de um referente psicanalítico e o segundo, apoiar-se-á na estrutura biológica. Essas duas posições inventaram dois tipos de transexuais. Chamarei o primeiro de transexual stolleriano e o segundo, de transexual benjaminiano, em referência ao psicanalista Robert Stoller e ao endocrinologista Harry Benjamin (BENTO, 2006, p.123).

No modelo stolleriano, o transexual seria aquele que apresenta comportamentos “inadequados” devido a relação mãe- filho(a)²⁰. A mãe stolleriana, seria aquela mulher que não tendo superado o complexo de castração, originado da perspectiva freudiana de “inveja do pênis”, assume atitudes que levam o(a) filho(a) a adotar comportamentos que denotam a transexualidade. Seria o transexual psíquico, fazendo com que Stoller rejeite a necessidade de intervenção cirúrgica.

Para Harry Benjamin, os hormônios são os responsáveis pela experiência transexual. nessa perspectiva, o transexual seria um indivíduo que não possui os hormônios adequados à

longo dos anos, as sessões de psicoterapia entre o irmão e a irmã utilizavam-se de várias técnicas para produzir o comportamento sexual adequado para uma menina. Para que Brenda desenvolvesse a heterossexualidade, Money obrigava Brenda “a ficar de gatinhas no sofá e Brian [seu irmão] colocar o pênis no meio das nádegas dela. Variações dessa terapia incluíam Brenda deitada com as pernas abertas e Brian deitado sobre ela” (2001:109). Quando começaram a ser desenvolvidas essas simulações de cópula, Brenda e Brian tinham seis anos” (BENTO, 2006, p.121).

²⁰ “Para Stoller, a explicação para a gênese da transexualidade estaria na relação da criança com sua mãe. Segundo ele, a mãe do transexual é uma mulher que, devido à inveja que tem dos homens e o seu desejo inconsciente de ser homem, fica tão feliz com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele. Isso acarreta uma ligação extrema entre filho e mãe, o que não deixa o conflito de Édipo se estabelecer devido à inexistência da figura paterna como rival”. Isso, no caso dos meninos e no caso das meninas: “A explicação para a ligação da menina com o pai estaria no desejo original de possuir o pênis, negado pela mãe. No entanto, a situação feminina, ou a feminilidade, só se impõe se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê” (BENTO, 2006, p. 124).

sua genitália, apresentando assim uma disfunção sexual. Benjamin elabora que há um “transexual verdadeiro”, sob o império dos hormônios, o que leva a proposta de que para ser verdadeiro, precisa-se de uma intervenção cirúrgica visando uma adequação externa.

Embora divergentes, as teorias de Stoller e Benjamim possuem um ponto comum: “O ponto de convergência [...] está na ideologia de gênero” (BENTO, 2006, p.126), ou seja, nas “verdades” e comportamentos destinados ao homem ou mulher. Quando uma pessoa diz ao especialista: “sou um/a homem/mulher [...] desencadear-se-á uma relação discursiva baseada nas verdades estabelecidas para a definição de mulher/homem” (BENTO, 2006, p.126). As discussões de Bento, que visam desatrelar sexualidade e gênero, são importantes para compreendermos que toda a proposta de regulação dos corpos, gira em torno da matriz heterossexual, ou seja, a orientação do desejo em pessoas trans segue a mesma matriz de pessoas hetero, esquecendo-se a perspectiva performática do gênero. A autora abre espaço para as discussões de que o desejo, ou seja, a sexualidade, está completamente desligada da perspectiva de gênero.

Essa pequena digressão se fez necessária, para refletir como a afirmação da experiência transexual enfrenta a matriz heterossexual que regula a aprovação ou não dessa experiência, tudo girando em torno do diagnóstico, desconsiderando-se as experiências subjetivas das pessoas. Essa matriz é responsável pela ocorrência da confusão em relação a homossexualidade e a transexualidade nos estudos iniciais sobre a questão. Por isto, considera-se os dois termos derivados e atrelados à própria “invenção da heterossexualidade” defendida por Katz (1996).

3.2 Não existe pecado do lado de baixo do Equador? As terras denominadas Brasil e os Tribunais da Inquisição

João Silvério Trevisan em seu livro *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade*, nos conta que, de acordo com a descrição de Pero Vaz de Caminha ao chegarem aqui, os portugueses consideraram ter o paraíso diante dos olhos. A descrição vai além das belezas da terra, se referindo também aos corpos nus dos nativos (TREVISAN, 2018). Logo os olhares se voltaram para as práticas sexuais dos habitantes da terra invadida, que eles consideraram libertinas, levando o historiador Abelardo Romero lhes apelidar de “devassos no paraíso”. “A verdade é que entre os indígenas, os códigos sexuais nada tinham em comum com o puritanismo ocidental daquela época”, desconsideravam a virgindade, o celibato, o adultério e “narravam em público suas façanhas sexuais” (TREVISAN, 2018, p. 62-63).

Mas, ainda de acordo com Trevisan, nada horrorizou mais aos cristãos portugueses, do que a prática do “pecado nefando”, “sodomia” ou “sujidade”, nomes dados à relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, indiferente de que fossem relações entre homens ou entre mulheres.

Logo algo afetaria ainda mais a moral religiosa dos portugueses: as pessoas escravizadas trazidas da África também praticavam o “pecado nefando” (MOTT, 1999) e toda essa situação, segundo essa moral, provocava uma frouxidão de costumes, uma contaminação, parecendo “que os trópicos colocavam os deveres morais cristãos entre parênteses e nada mais era proibido”(TREVISAN, 2018, p. 67), isto porque muitos portugueses pareciam aderir facilmente às práticas sexuais “libertinas”:

Portanto, a homossexualidade, com presença marcante nas tradições das três raças formadoras de nossa nacionalidade, encontrará terreno fértil no Novo Mundo, onde a nudez dos índios e negros, o relaxamento sexual inerente ao escravismo, a frouxidão moral do próprio clero, as longas distâncias e isolamento dos núcleos habitacionais, as matas e sertões despovoados, tornaram realidade o ditado popular: "ultra equinotialem non pecari" – o nosso conhecido e cantado refrão "não existe pecado abaixo do Equador!" (MOTT, 1999, p. 6).

Junto com os portugueses, chegaram os preconceitos que giravam em torno da sexualidade. Embora ainda não se tivesse as designações científicas para o que consideravam transtornos sexuais, na prática, havia o preconceito que se desencadeou a partir da utilização da sexualidade como modo de controlar as vidas. Se, segundo Foucault (2014) até o início da modernidade não havia preocupação com a prática sexual dos indivíduos, com seu advento, e com a pressuposta liberdade dos cidadãos, a sexualidade passou a ser controlada e sondada.

De acordo com Foucault (2014), esse controle busca uma verdade antropológica do desejo sexual, ou seja, para que fins específicos ele serve. Então qualquer outra prática que não tenha o fim da procriação, ou seja, uma prática heterossexual, é destinada, no sentido religioso, ao campo do pecado e da moral e no âmbito da ciência, da anormalidade. Ciência e religião convergem no estabelecimento dos parâmetros da modernidade ocidental em torno da sexualidade. O paraíso tropical, onde não existia pecado, logo se tornou alvo do Tribunal da Inquisição.

O Tribunal da Inquisição ou Santo Ofício, foi instituído no Século XIII, para julgar os crimes contra a Igreja Católica e seus dogmas, isto é, as denominadas heresias. Esse órgão, se manteve durante longo período, tendo passado por várias fases e sempre “atualizando” seus inimigos. No período de perseguição medieval contra aqueles que não praticavam o cristianismo, e que praticavam feitiçarias, cujos alvos eram preferencialmente as mulheres,

denominadas bruxas. No segundo período, na decadência do mundo medieval, a perseguição se estendeu aos protestantes e além dos delitos religiosos, punia cientistas e todos aqueles que representavam ameaça à moral e aos “bons costumes”. Sempre usando o pretexto de vigiar a moral religiosa, o Santo Ofício, num denominado terceiro período, estendeu seus tentáculos para as terras conquistadas pela Espanha e Portugal, esses como redutos da fé católica na Europa. O alvo preferencial, ou o pretexto central, eram agora os chamados cristãos-novos²¹, que nesses países foram obrigados a se converter ao cristianismo católico para escapar da morte nas fogueiras da Inquisição, mesmo assim, eram constantemente vigiados por se acreditar que praticavam suas crenças em segredo. Conforme aponta Novinsky (2018, p. 20) na semelhança com o nazismo, os convertidos eram vistos como perigosos, pois ameaçavam os puros com contágio” e “culpados ou inocentes” eram julgados e dificilmente não eram considerados culpados, caso caíssem nas mãos do Tribunais. E foi assim com todos aqueles que foram acusados de praticar o “pecado nefando da sodomia”. E assim chegamos à história nunca contada de Xica Manicongo, a primeira travesti brasileira de que se tem notícia apenas nos registros das Visitações²² realizados ao Brasil, resgatados por Luiz Mott em seu livro: *Homossexuais da Bahia. Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX)*. Num desses registros consta que, em 1591, Francisco Manicongo escravo de Antonio Pires, foi denunciado por Matias Moreira, Cristão-Velho²³ de Lisboa:

(Francisco Manicongo) tem fama entre os negros desta cidade que é somítigo e depois de ouvir esta fama, viu ele com um pano cingido, assim como na sua terra fazem os somítigos. Mas disse que ele denunciante sabe que em Angola e Congo, nas quais terra tem andado muito tempo e tem muita experiência delas, é costume entre os negros gentios trazerem um pano cingido com as pontas por diante que lhe fica abertura diante, os negros somítigos que no pecado nefando servem de mulheres pacientes, aos quais chama má língua de angola e congo quimbanda, que quer dizer somítigos pacientes” (Primeira Visitação da Bahia, p.406-407 *apud* MOTT, 1999, p.17).

A atribuição de “somítigo” paciente, demarca a distinção entre passivo e ativo que, como aponta Fry (1982), marcou durante muito tempo a categorização do homossexual, sobretudo no Brasil. Ao analisar as práticas homossexuais masculinas na região de Belém, Fry observou que o papel sexual definia se um homem era verdadeiramente homossexual ou não:

²¹ Judeus recém-convertidos ao Cristianismo.

²² Por não ter como instalar Tribunais do Santo Ofício nas colônias como feitos na Espanha e Portugal, a Inquisição atuava aqui por meio do que ficou conhecido como Visitações, comissões de religiosos que eram encarregados de julgar os colonos em suas práticas consideradas heréticas (NOVINSKY, 2018).

²³ Denominação usada para distinguir os cristãos tradicionais dos judeus convertidos.

O mundo masculino de Belém está dividido em duas categorias distintas: aqueles que "dão" e aqueles que "comem". Os primeiros são classificados como "homens", "machos", "garanhões" ou "fanchões". Em princípio, um macho é considerado homem até ele assumir ou "provar" "ter" "dado", e nesse caso ele se torna também uma "bicha". Se ele se torna ou não uma "bicha mesmo", isso depende da sua escolha pessoal em aceitar o papel de "bicha" com todas as implicações sociais e sexuais. De um homem que "solta plumas" e assume o respectivo papel social, espera-se que ele alguma vez tenha "dado" sexualmente (FRY, 1982, p.68).

Embora no caso da Inquisição todos fossem acusados de sodomia, o fato de ser passivo e sofrer a penetração funcionava como um medidor do grau de homossexualidade. No caso das mulheres, aquela que seduzia, assumia o papel de ativa, e era mais responsabilizada, e os homens que eram penetrados, condenados às penas mais rigorosas²⁴.

Finalmente, o que consta é que, para sobreviver, Xica teve que passar a usar roupas masculinas (QUIMBANDA - DUDU *apud* JESUS, 2019). Assim, por séculos Xica foi chamada de Francisco pelos pesquisadores que estudavam a atuação da Inquisição no Brasil. Foi necessário que "novos tempos de movimentos sociais" (JESUS, 2019, p. 253) emergissem e que, finalmente, a intersecção entre gênero e sexo passassem a ser relevantes nos estudos sobre a Inquisição, para que Xica fosse resgatada dos escombros da história como a primeira travesti vítima de processo (JESUS, 2019). Contudo, como esclarece Jesus (2019):

A arca da História prosseguiu, e até fins do século XX, Xica Manicongo ainda era, erroneamente (porém explicável, tendo em vista as limitadas informações então disponíveis e a invisibilização e silenciamento impostos à população trans), considerada homossexual, o que apagava a sua existência como travesti (JESUS, 2019, p.254).

Ainda não era suficiente. Era necessário um movimento que encarasse a cisgeneridade e trouxesse a história individual de Xica e

Então, as pessoas trans começaram a ler sobre aquela negra virada do século XVI, com ela se identificaram, no jeito de ser, no temperamento, na ousadia de enfrentar a cisgeneridade, empreendimento intelectual impulsionado pela apropriação do pensamento transfeminista (JESUS, 2014b), e que se expressou, na prática, pelas diversas ressignificações da figura histórica. (JESUS, 2019, p.254 -255).

Não se sabe o verdadeiro nome de Xica antes de ser escravizada, mas ao ser rebatizada postumamente pela ativista negra e travesti Majorie Marchi, tornou-se símbolo da resistência de travestis e mulheres trans.

²⁴ As práticas Inquisitoriais em si, de certa forma já se constituía como punição. Começando como uma simples admoestação religiosa, sugerindo a confissão e o arrependimento, geralmente, dependendo do grau da acusação, o acusado era torturado para confessar e se arrepender (NOVINSKY, 2018).

3.3 As “Inquisições” nossas de cada dia e o “retorno” de Xica Manicongo

As histórias de pessoas trans são histórias de martírio e no Brasil temos um exemplo bem claro disso: a introdução e discussão do conceito de transexual que se deu através de um rumoroso processo judicial e culminou com condenação em primeira instância contra o cirurgião plástico Roberto Farina por realizar a primeira cirurgia de redesignação sexual em Waldirene Nogueira em 1971, no Estado de São Paulo. O caso veio à tona quando Waldirene tentou mudar seus documentos, onde era identificada como Waldir, para poder exercer a profissão de contadora. Em vista disso, o Ministério Público denunciou Farina pelo crime de lesão corporal grave (ROSSI, 2018). Essa denúncia desencadeou os martírios de Waldirene Nogueira e de Roberto Farina.

O ano era 1976 e o Brasil se encontrava no auge da ditadura instaurada em 1964. Com a denúncia contra Roberto Farina a vida de Waldirene foi virada do avesso, uma vida que diante da cisgeneridade entranhada em nossa sociedade não tinha sido fácil, mas, como ela mesmo contou à BBC BRASIL em 2018, com a cirurgia sua vida havia mudado:

Minha vida antes da operação era um martírio insuportável por ter que carregar uma genitália que nunca me pertenceu. Depois da operação fiquei livre para sempre – graças a Deus e ao dr. Roberto Farina – dos órgãos excreáveis que me infernizavam a vida, e senti-me tão aliviada que me pareceu ter criado asas novas para a vida (ROSSI, 2018, n.p).

A escola onde Waldirene estudava inglês foi invadida por dois homens e ela foi conduzida ao Instituto Médico Legal de São Paulo. Chegando lá foi obrigada a se despir e nua foi fotografada de vários ângulos. Depois foi submetida a um exame ginecológico com o objetivo de medir o canal vaginal. Queriam saber se ela era *realmente mulher*, pois em seus documentos constava o nome de Waldir Nogueira (ROSSI, 2018). Depois dos exames e das violações sobre o corpo de Waldirene o inquérito policial resultou em processo:

Waldirene foi considerada vítima, à sua própria revelia. Os órgãos masculinos retirados na operação foram tidos como um "bem físico" tutelado pelo Estado, "inalienável e irrenunciável". "Dizer-se que a vítima deu consentimento é irrelevante", afirmou relatório policial sobre o caso "Não há nem pode haver, com essas operações, qualquer mudança de sexo. O que consegue é a criação de eunucos estilizados, para melhor aprazimento de suas lastimáveis perversões sexuais e, também, dos devassos que neles se satisfazem. Tais indivíduos, portanto, não são transformados em mulheres, e sim em verdadeiros monstros", denunciou o procurador Luiz de Mello Kujawski em pedido de instauração de inquérito policial (ROSSI, 2018, n/p).

Com isto, além do processo penal, que submetia Farina ao risco de prisão e à cassação de sua licença de cirurgião, foi desencadeado todo um linchamento moral que o desqualificava como cientista e como pessoa. Apesar de toda pressão internacional, inclusive de manifestações de pessoas relevantes como John Money, já citado neste trabalho, Farina foi condenado em 1978 a 2 anos de prisão. Advogados de defesa e da promotoria recorreram da sentença. E num novo julgamento, ele foi absolvido devido a apresentação de um laudo que antes da cirurgia, havia sido dado por uma junta médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, onde havia sido realizada a cirurgia. Com base na teoria de Harry Benjamin, a junta considerou a intervenção cirúrgica como a solução terapêutica para Waldirene. Aqui, fica nítida a colonização do saber quando são evocadas teorias do centro para legitimar os saberes do sul, neste caso, o do médico Roberto Farina.

Mesmo absolvido, Farina carregou durante o resto de sua vida as sequelas do processo, que provocaram o seu afastamento da academia e do CFM, levando a pouca divulgação de seu trabalho. No seu livro *Transexualismo*, publicado em 1982, ele lamentou o tratamento dado pela lei às pessoas transexuais em nome das tradições e costumes reinantes na sociedade brasileira. Mesmo assim, deve-se ao pioneirismo e ao processo de Farina um legado positivo: Em 1979, uma emenda a um projeto de lei estabeleceu que esse tipo de cirurgia com a consequente retirada de órgão, não era punível se aprovada por parecer médico e com o consentimento do paciente (ROSSI, 2018). Embora o texto não fizesse menção direta à mudança de sexo, pois era uma forma de proteger médicos como Farina de futuros processos, mesmo assim, abriu brechas para que a luta continuasse. Só em 1997, o CFM regulamentou efetivamente a cirurgia de redesignação sexual através da Resolução CFM n. 1482/97 (MENDES, 2021).

E Waldirene? Depois de todo o processo e mesmo o médico tendo sido absolvido, não conseguiu a retificação do nome nos documentos, tendo alcançado esse direito, no que se refere a cidadania, só 30 anos depois, em 2010, por via de batalha judicial. Nunca pôde exercer sua profissão de contabilidade em que havia se formado antes da cirurgia, pois seus documentos não estavam de acordo com sua aparência, e sobreviveu na informalidade da profissão de manicure.

Os relatórios do inquérito policial, os autos do processo, não deixam nada a desejar aos documentos das Visitações estudados por Mott (1999):

Embora mutilado, Waldir continuará sendo o que sempre foi, ou seja, um homem que mantém relações sexuais com outros homens. Mas a prática de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo será sempre uma aberração, tanto à natureza como à lei.

[...]Farina quer que os portadores de distúrbios mentais possam autorizar a realização em seus próprios corpos de cirurgias mutiladoras; que os homossexuais – 'bichinhas' – entrem em fila para conseguirem a cirurgia; que os pais de família sejam obrigados a suportar, em seus lares, filhos homossexuais – do que ninguém está livre – e ainda mutilados" (ROSSI, 2018, n/p).

Em 1980, outra história trouxe à tona as discussões sobre a transexualidade. A atriz e modelo Roberta Close, mulher trans, após aparecer na capa da Revista Playboy teve suas doses de julgamento:

A manchete da revista revelava o estranhamento da mídia, condizente com o pensamento social vigente ante a uma mulher tão atraente: "A mulher mais bonita do Brasil é um homem". Isso apesar de a retratada sempre ter se identificado como mulher, independentemente da sua anatomia genital. Em outro trecho da matéria, evidencia-se uma visão da pessoa trans como falsa, mulher que não seria "de verdade", no linguajar coloquial: "Incrível". As fotos revelam por que Roberta Close confunde tanta gente" (JESUS, 2018a, p. 6)

As inquisições diárias que até hoje mulheres trans experienciam, traz Xica Manicongo de volta. Ela vive no corpo de todas essas mulheres. E como em todo lugar onde há opressão há também resistência, essas mesmas mulheres também resistem em nome de Xica e ela hoje vive nos movimentos que buscam dar visibilidade e ressignificar as histórias de mulheres trans e travestis.

O resgate da história de Xica e seu reconhecimento como mulher efetivado por Marjorie March, fez Xica retornar e reviver como símbolo de luta de pessoas trans (JESUS, 2019). Rebatizando-a, fez-se emergir movimentos de resistência, possibilitando que mulheres trans tivessem aquilo que Xica nunca teve: ser mulher e viver a vida como ela desejava. No intuito de preservar a memória de Xica, a Astra -Rio em 2010, criou o Troféu Xica Manicongo, como incentivo ao respeito aos direitos humanos, cultura e promoção de cidadania de transexuais e travestis (JESUS, 2019).

Um desses movimentos, o Coletivo Xica Manicongo, autodenominado "Movimento de arte, cultura, militância e ativismo. Coletiva LGBT Interseccional de Transdiversidade Cultural Xica Manicongo" (JESUS, 2019, p. 256), trata-se de "Uma coletiva de artistas; performers; cantoras; dançarinas; escritoras; cordelistas; trans [...] (JESUS, 2019, p. 256). Suas produções constam de cordéis extremamente belos como "Xica Manicongo", "Recortes Visíveis", "As Sertransnejas", "As Peixeiradas da Vida" e "Quilombo Manicongo".

Com uma produção criativa e fecunda, esse coletivo é, "mais precisamente", inovador, "não só por empoderar pessoas trans ao promover o seu protagonismo como aquelas que falam de si e do mundo por si mesmas, mas acima de tudo por suas palavras ditas e escritas gerarem novas narrativas, que entrecruzam sertão e cidade, gênero e tradição" (JESUS, 2019, p. 256).

Essas manifestações no trazem Xica de volta: Ela “[...] é a mensagem que nos chega do passado e ensina: sigam em frente, transvestigêneres! Pois o terreno fértil será para as vozes trans – transformadas em palavras” (JESUS, 2019, p. 259). E é essa mensagem que torna possível que histórias como a de Luana sejam contadas e, quiçá, ouvidas e sentidas!

4 EM UM CONTEXTO POLÍTICO DE CAÇA ÀS BRUXAS: UMA CONTRANARRATIVA RESISTENTE DE UMA TRANSFADA QUE SE AUTODEFINE LUANA

Eu acho que o que me fez eu ser hoje Luana foi o sofrimento. Foi sempre os nãos. Foi essa ameaça constante à minha vida, à pessoa que eu sou. Né. E isso fez eu sempre criar essa rigidez. Sabe? Essa carapuça e não deixar muitas coisas me afetarem. Eu sempre tento ver o lado bom da vida. (LUANA)

Falamos tanto sobre identidade, narrativas de história de vida, bem como interseccionalidade, decolonialidade, reconhecimento entre tantos conceitos em que nos debruçamos até aqui na nossa escrita, que uma indagação nos cabe: mas quem de fato é a colaboradora desta pesquisa? No percurso dessa escrita demos algumas pistas dela: de como a encontramos, como se deu as implicações desse encontro, por onde aconteceu a entrevista. Entretanto, detalhes mais analíticos que possamos desenvolver a partir de sua narrativa e de como essa análise será feita serão inscritos a partir do percurso temporal em que esse estudo foi feito.

Desse modo, alguns aspectos apreendidos, a partir desta pesquisa, são possíveis de serem apresentados como resultados desse momento a fim de obtenção do título de Mestre. Nesse sentido, peço-lhes licença para ensaiar uma escrita meio que poética, tendo em vista a familiarização e a identificação com essa proposta de escrita também está em processo. Por isso, o título do texto que foi escolhido de modo intuitivo, não se pretende também a rígida resistência em ser estático, como também temos a nítida consciência de que no campo científico ele se torna um entre tantos degraus no alcance de uma ampliação maior acerca dessa temática.

O importante a saber para agora, é que existirá o desejo de nesse capítulo coexistirem tensões que se assemelham a um conto de fadas conjuntamente a uma crítica ao momento político de retrocessos em que estamos submetidos enquanto sociedade, mas ressaltamos que tal episódio político, econômico e social não se desenham da mesma maneira aos indivíduos.

O sentimento que se relaciona diretamente a mim ao encontrar-me com a Luana ainda é tempestuoso, talvez eu não soubesse descrevê-lo com tanta precisão. Por esse motivo, o de que possíveis entendimentos possam ser apreendidos, quem sabe, recorrerei da arte, ou melhor dizendo, de uma canção que tem uma representatividade simbólica nas vivências trans:

Hoje eu vou mudar
 Vasculhar minhas gavetas
 Jogar fora sentimentos
 E ressentimentos tolos
 Fazer limpeza no armário
 Retirar traças e teias
 E angústias da minha mente
 Parar de sofrer
 Por coisas tão pequeninas
 Deixar de ser menina
 Pra ser mulher
 Hoje eu vou mudar
 Por na balança a coragem
 Me entregar no que acredito
 Pra ser o que sou sem medo
 Dançar e cantar por hábito
 E não ter cantos escuros
 Pra guardar os meus segredos
 Parar de dizer
 "Não tenho tempo pra vida
 Que grita dentro de mim
 Me libertar"

(MUDANÇAS, 1979).

Não sei dizer o porquê, mas quando a escutei, quando me deparei com alguns espelhos despedaçados e memórias anteriormente construídas a esse encontro, rapidamente, me lembrei dessa música. Acredito que também por, concomitantemente com a escrita, estar assistindo a série *Manhãs de Setembro*, uma dentre várias que trazem aspectos cotidianos das (re) existências trans.

Luana, estava com 19 anos quando nos encontramos para que fosse possível essa escrita. Tinha algo muito forte, que me atravessava no sentido ideológico e particular da minha existência que percebi desde que a encontrei naquele vídeo que ela gravou para campanha do DCE. Ela, de algum modo, tinha voz e sabia usá-la de maneira potente que causa arrepios à ouvidos sensíveis e apaixonados por uma narrativa visceral, o que dar todo sentido às tecnologias sendo usadas de maneira a não reproduzir ideários fantasiosos, mas sim, uma contranarrativa potente que indagava sobre um “direito” conquistado e a ameaça deste ser negado novamente - o nome social.

Esse que lhe trazia reconhecimento na esfera do direito (HONNETH, 2003), era uma ameaça que não configurava a identidade em si a qual ela reivindicava em uma postura de alterização, ensaiando personagens que tangenciam uma “história” de quem a nomeou a partir dos limites do sexo. Ali o sentido da mesmidade em ensaiar ou até mesmo fixar em uma mesmice a personagem Luana por uma lei era, a ação dialética acerca da identidade via reconhecimento não perverso como já nos elucidou Lima (2012); Ciampa (1998) e Almeida (2019).

Ali estava ela diante da nossa tela, via *google meet*, em virtude da pandemia, fazendo um passeio às avessas dos contos de fadas que nos contam quando criança, fortalecendo o ideário cisheteronormativo de pele branca, cis, hetero, magra etc., como um modelo hegemônico. Esse conto de fadas, narrado ricamente por Luana, falava das incertezas, dos não encaixes, das expulsões, das negações, coisas que certamente não seriam contadas em fábulas normativas, sem que houvesse uma pitada de romantização.

Logo na primeira página o inesperado, o nascimento de uma dúvida que acompanhava a princesa (ou seria gata borralheira?). Existem possibilidades de imaginários, construídos socialmente e reforçado na literatura, para além dos limites normativos em contos de fadas? Nossa fada tentava descobrir isso com maestria nos instigando na forma tão gostosa e suave, em se contar, que o peso de suas palavras, muitas vezes, eram amaciados por sua inteligência emocional que dizia: “[...] *uma pessoa que já passou por muitas coisas e nesse processo houve um amadurecimento muito grande [...] mais por questão que a vida me... me... deixou ser assim [...] eu tive essa obrigação.*”

Suas gavetas, aos nossos olhos, começavam a ser vasculhadas como em uma limpeza no armário de sua trajetória de vida, abriam-se ali em sua fala, mas ao contrário da música ilustrativa que trouxemos, ainda não havia teias nem tampouco traças, era tudo muito novo, cada situação narrada ocorrida num espaço de aproximadamente dez anos na sua vida. Estavam ali nas gavetas e pareciam demonstrar que necessitavam de uma limpeza, pois, havia angústia, respiros, gaguejos que lhe embargava, por vezes a fala, ao se deparar consigo e sua história frente a nossa escuta empática.

O amadurecimento precoce, a luta por se compreender e se fazer compreendida, fora dos padrões que ditavam sua “natureza”, pareciam ser coisas pequeninas que a faziam deixar de ser menino para ser mulher. Com sua maneira de nos contar sua história, personagens começaram a surgir dentro deste drama. A princesa, a fada, quer seja o imagético que cerca as histórias de vidas, começavam a se desenvolver, o que nos fazia perceber a personagem princesa por diversos outros personagens que a compunham, como o que acabamos de demonstrar, o menino. Nesse sentido, assumindo o caráter crítico da identidade como metamorfose em uma postura pós-convencional como outrora discutimos com Ciampa (1998) e Lima (2010).

Outros aspectos, como também outros personagens foram surgindo com o decorrer de sua história. Algumas situações narradas mergulhavam em campos sombrios em que no resplendor de sua face ficava notório o quanto embaraçoso poderia ter sido aquele momento experienciado por ela tanto em situações do passado quanto na sua vida corriqueira.

Era uma tempestade, idas e voltas, vento frio, solidão, testemunhos de dores, desolação, ou seria medo? Era tudo isso, mas a angústia se fazia presente em suas mãos postas movimentando os dedos uns entrelaçados aos outros e um olhar traduzindo um desespero, meio que de abandono o que parecia uma estrada sem fim ou mesmo desconhecida em que ela “levaria doces para a vovozinha.”

Nesse momento ela respira e deixa escapar um medo, dentre tantos que pudessem ser pressupostos em suas feições constrangidas, que a assombrava e era usado perversamente desmoronando seu conto de fadas em seus castelos de encantos - o medo dos pais, num dado episódio ela é ameaçada: *“se você continuar chorando eu vou ter que chamar seus pais [...] e era aí que eles conseguiam me controlar [...] me manter mais acuada para eu não reagir a situação.”*

Luana, no desenvolver de sua narrativa continua nos apresentando a capacidade de estigmatização que as instituições têm no uso perverso das formas identitárias que fogem aos muros do castelo da cisheteronorma. Suas negociações, seu amadurecimento muitas vezes parecia um jogo de medidas como se ela colocasse na balança o ser que não poderia ser. Corajosamente ela desbravava horizontes e suas falas revelavam não apenas uma historinha com um final feliz, pelo contrário, sem previsão de final, uma vez que o contexto histórico de retrocessos em que o seu mundo e sua ânsia de representar uma princesa se dirigia para um momento de caça às bruxas. Mesmo sob o risco de ser decapitada, de se tornar mais um número nas estatísticas de assassinatos, por conta do que parece ser o destino de mulheres trans que, por sua condição social de abjeção, estão expostas ao limite máximo de uma precariedade induzida que propõe que suas vidas são descartáveis e indignas de terem suas mortes lamentadas (BUTLER, 2015), ela luta bravamente.

Nas estradas nas quais fugia de poderes superiores resistindo a tantas tempestades ela se torna corajosa ao se entregar ao que acredita pra ser o que é sem medo, transforma seu espaço, muda horizontes, tenta outras histórias; ressignifica o ideal de princesa fetichizado no modo de significar representações totalizantes de seres complexos, e frente a tantas incertezas canta, dança e escancara os cantos escuros em que guardava seus segredos, pois a vida grita dentro dela, grita, grita... É mais forte do que ela, é algo utópico, pensa! É uma louca ousadia? Se pergunta e continua a se perguntar, porque ela almeja ser-para-si, se libertar, pois mesmo com dúvidas, incoerências ou uma *outsider within*, levando em consideração a perspectiva de Collins (2016) ela desloca o CISTema e se autodefine mulher. Com seus acertos e erros, mas jamais com a incerteza de quem ela quer continuar buscando ser - uma princesa de um reino que pode ser trans, negra, periférica, quem sabe? Vamos conhecê-la melhor por sua própria apresentação:

Bom... (risos) eu me chamo Luana, tenho 19 anos, sou estudante de engenharia química na UFC. É... eu me descrevo como uma pessoa bem comunicativa, uma pessoa muito eloquente. Gosto muito de conversar, gosto de ter essa interação entre pessoas. Me descrevo também como uma pessoa que... é... já, já passou por muitas coisas e nesse processo houve um amadurecimento muito grande. Então eu me considero também uma pessoa muito... muito amadurecida, né. Mas, mais por questões de que a vida me... me, me... deixou ser assim, sabe? Me, meio que... eu tive essa obrigação, né. Mas eu me descrevo, geralmente, como uma pessoa que, que é de boas com a vida. Gosto muito de... de, de sair, conversar com os meus amigos, né. Gosto muito dessa interação. Mais ou menos isso. Não sei se ficou muito claro porque é muito complexo mesmo.

Sim, Luana. Nos apresentarmos ao mundo ou num encontro interativo no cotidiano, torna-se, de fato, complexo, já que teremos que dar conta de uma diversidade de personagens que circundam nossa existência e fazermos uma eleição em perceber qual está sendo convocado a ser repostado diante de determinada interação (CIAMPA, 1998, LIMA, 2012). Ou como diria Goffman (2004), nos encontros entre diferentes. Entretanto, sua clareza em se descrever perante uma convocação nos foi nítida. Em virtude de gostar de interações, de se comunicar por sua característica eloquente pode parecer *a priori* uma vantagem perante aqueles que, de alguma forma, se fecham ou limitam os diálogos nos encontros.

Todavia, dar conta de questões existenciais, de cunho confuso frente a um social que interpreta as identidades como estáticas ou com limites de representações com base em características específicas que reduzem o ser a padrões outrora designados, torna-se um desafio aos que ousam performatizar outras nuances que rompem o enquadramento binário relacionado aos gêneros sob riscos de estagnar a existência da diferença ao estigma, como analisou Goffman (2004), o que anularia, assim, o salto qualitativo que anuncia os fragmentos de emancipação necessários a constituição da identidade metamorfose (CIAMPA; 1998; LIMA, 2010).

Desse modo, a dúvida se estamos sendo compreendidos e dando conta do esperado fica presente em nossa atuação. Mas, quem somos nós, quem é você longe de lentes socioculturais de padrões compulsoriamente binários estabelecidos? Que personagem precisamos reposicionar ou romper quando a norma nos convoca a essa dualidade de gênero?

Ao se apresentar, “o primeiro recurso de que lança mão é fornecer seu nome, seu nome próprio” (CIAMPA, 1998, p. 19), aquele que não lhe foi dado no batismo, por ter sido designado menino, mas que foi escolhido por ela, na busca de ser reconhecida como mulher. “[...]Um substantivo, uma palavra que nomeia o ser para indicar uma identidade” (CIAMPA, 1998, p. 19), que diz pouco sobre ela, mas que é imprescindível. Ciampa mostrou seu valor representativo ao nos convidar a nos imaginarmos sem um nome, e ainda melhor, com outro nome. Somos, assim, dentro desse binário cisheteronormativo impositivo em *modus operandi* da linguagem hegemônica: eles ou elas, sempre; eles e/ou elas, nunca!

Embora essa "obediência" esteja ancorada em uma biologização dos indivíduos por vias do sexo, essa é a única regra que o CISTema insiste em legitimar uma vez que essa mesma biologização afirma que todos os indivíduos têm quantidades hormonais diversificadas em seus corpos, mesmo que não façam uso das tecnologias de aproximação dessas taxas ou aumento de uma em contraponto a outra já explorados nos estudos feministas, transfeministas negro e decolonial (VERGUEIRO, 2015; NASCIMENTO, 2021).

Nesse sentido, existe um negacionismo que encontramos na Biologia humana, uma contradição ao engessamento desse Cistema ele ou ela, que na verdade somos eles e/ou elas e em certa medida com características tanto de um quanto do outro, como no caso de pessoas intersexuais, bem como não binários, levando em consideração perspectivas socioculturais que constroem termos para marcar um lugar de poder que outrora só se fazia visível como outro: uma impossibilidade de se materializar como inteligível diante dos iguais a não ser por vias de reconhecimento perverso (LIMA, 2010).

Assim, quando adentramos o terreno do psicossocial, nos deparamos com inúmeras cristalizações de manutenção da ordem colonizada acerca de uma imposição binária que temos que reposicionar cotidianamente, a fim de sermos significados dentro de um critério generificado como mulheres ou homens dentro dos ditames cisheteronormativos cujo discurso hetero-ciscentrado coloniza possibilidades outras que marcam os corpos não trans como possíveis, e o contrário a isso excedente, como nos presenteia Jesus (2018) e Nascimento (2021) com a urgência de uma análise a partir de categorias como interseccionalidade e cisgeneridade.

Nessa direção, Luana, como todos nós, não se desviou dessa imposição, mas também não a cumpre dentro desses enquadramentos tão rígidos que indagam arbitrariamente: vagina, logo, mulher; pênis, logo, homem. Nesse caso, o próprio CISTema se contradiz, pois a reconhece como trans, o que poderia ser um fio condutor para problematizações no que concerne a fixidez da binariedade e do Cistema sexo/gênero, ainda tão fortificado por conservadores/positivistas na contemporaneidade.

Na continuidade de sua fala ela compreende a importância de sua trajetória, de seu posicionamento consciente diante de seu processo e divide conosco como se construiu, como aos poucos saiu das zonas frias e densas de repor personagens que não a representavam, mas que eram necessários, por exemplo, na diminuição de conflitos diante das instituições como família e escola. Ela nos diz:

Bom... Esse processo foi bem gradativo, né. [...] acho que desde quando eu me entendo... que, que eu já passei por esse processo já de... nossa, tem alguma coisa estranha na minha vida, né. Eu não sou que nem aqueles meninos que nasceram ali,

se identificam como meninos, né. Eu sempre tive esse, essa indecisão. Nunca quis brincar muito com as meninas... com os meninos, né, no caso. É... sempre queria mais brincar com as meninas. Só que como, como eu nunca tive essa educação, né, sexual, de saber, a... o que é identidade? [...] o que seria orientação? Eu nunca tive muito isso no decorrer da minha vida. Até porque a gente é muito criança, a gente não tem essa educação, né, formada. Principalmente... isso não vai advir dos nossos pais. E aí eu não entendia o que eu era, e... durante um bom tempo eu continuei nessa, nessa perspectiva de achar que eu era apenas um menino gay. Sabe? [...] Aí eu entrei na, na escola. Eu entrei numa escola profissionalizante. Eu sou técnica em enfermagem formada. (risos) [...] e aí foi onde eu comecei a conhecer diversas realidades. Sabe? [...] E foi assim que eu comecei a, a, a... perceber que existia um mundo maior. Sabe? De, de uma diversidade bem maior e, e que... e que eu poderia me encaixar em outras denominações. [...] Não que esse encaixe seria o ideal, né, mas, assim, me conhecer mais.

Nesse ponto de sua apresentação, Luana discorre sobre questões muito caras a corpos subalternizados em virtude de marcadores que os limitam a abjeções: a representatividade. Seu processo de descoberta está permeado por dúvidas que não são sanadas nem em seu núcleo familiar nem tampouco na escola. Ela não sabe ao certo se sua percepção acerca de sua diferença se trata de algo relacionado a orientação sexual ou uma identidade de gênero periferizada pela colonialidade do gênero (LUGONES, 2014), mas está disposta a descobrir.

Na dúvida, ela vai repondo o que pressupõe ser ou o que apreendeu do cotidiano social que poderia ser - um menino gay! Um personagem que não satisfaz sua ânsia de saber mais sobre si mesma, um personagem que é confrontado diante da imensa diversidade que encontra na instituição escolar cuja chegada amplia suas perspectivas acerca de gênero e sexualidade. E a pergunta volta a lhe perseguir: mas quem sou eu frente a essa pluralidade?

Com lentes ampliadas por representações plurais que havia naquele universo escolar ela pensa: “ops! eu também posso ensaiar novos personagens”! Em cada degrau do castelo de sonhos e desejos que nossa transfada galga, corajosamente em busca por si e de ser-para-si, mais perto ela está de seu entendimento. Mas em que momento ela se depara com sua transidentificação? Luana nos conta assim:

[...] Teve um passo fundamental que foi da minha professora [...] Como era um curso da área da saúde, a gente sempre falava sobre saúde mental, [...] E aí, chegou um tempo que a gente foi falar sobre a... apresentações [...] eu comecei a, a... pesquisar sobre... e achei, é... casos de mulheres trans, né. De, de como elas se identificavam, como era mais ou menos passar por aquilo, o que ela sentia. O que elas sentiam, né. E aí eu comecei a pensar: poxa, é... eu não, eu não me sinto bem... Eu comecei a, a equiparar minha, minha realidade com a daquelas mulheres trans. Eu não me sinto bem estando nesse corpo, usando essas roupas, sendo a... tendo esse nome e sendo a pessoa que eu sou. Então, eu acho que não, não sou, não sou um menino gay. Não. [...] Foi aí que... eu comecei a me identificar. [...] foi o tempo que eu entrei na escola e o tempo que eu saí, né. Nesse processo de amadurecimento foi, foram uns quatro anos. E aí, que eu me identifiquei, é... como uma mulher trans. No começo foi bastante difícil porque é difícil para as pessoas aceitarem. Até porque eles acham que mulher trans tem que ter aquela aparência bastante feminina, né. Cabelo grande, usar roupas femi... mascu... femininas, no caso. E... usar maquiagem... todo esse processo.

Naquele tempo eu não podia fazer isso, né. Então criava meio que um, um... uma coisa... é... desconfortante para as pessoas na hora que eu me identificava: não, sou uma mulher trans. Né. Eu não tinha, eu não tinha como falar isso porque, para eles, essa concepção vai muito só na imagem. Sabe? Ai... daí eu, eu, eu não, não me identificava tanto assim, era mais ou menos os meus amigos que sabiam, um grupo mais seletivo. E, assim, sofri muito preconceito.

Percebemos algumas questões na fala de nossa transfada. Primeiramente, a ausência de representatividade de outras pessoas trans, na escola, embora já fosse percebida por ela como um local bem diverso. Outra questão é a possibilidade de acessar algumas disciplinas que davam ênfase em saúde mental tendo em vista seu curso ser na área de saúde, o que nos leva a problematizar como os corpos trans ainda são apresentados pela cisheteronorma, ao aprender de uma área de saúde, sem, contudo, ampliar esse espectro patologizador que os estigmatiza os fixando em uma não-metamorfose e conseqüentemente a um reconhecimento perverso (CIAMPA, 1998; LIMA, 2012).

A aproximação com a professora, com sua maneira peculiar de se comunicar, deu um pontapé fundamental na sua jornada em busca por autoconhecimento - existia um trabalho final na disciplina e uma temática a se explorar. Desse modo, havia um caminho e ferramentas tecnológicas para que ela fizesse uso. Não eram varinhas de condão, nem palavras mágicas, do tipo, *abracadabra!* Mas para ela soava com este efeito.

E ao se lançar por essa estrada a fora, sozinha, “como quem leva doces para vovozinha” ela foi se encontrando, se percebendo, se vendo nas figuras representativas em que ela acessava em um click cibernético: *abracadabra*, pessoas trans! Porém, o encontro com novas narrativas não era tão doce, existia a presença de sofrimento, de um percurso doloroso, mas existia também aspectos de resistências, de lutas que encruzilhadas, em momentos distintos, representavam uma nítida busca por reconhecimento.

Daquele encontro algumas de suas angústias foram sanadas, agora ela sabe que é uma trans, e que não quer mais repor um gênero o qual lhe atribuíram ao nascimento. A transfada ensaia de maneira ainda tímida e restrita sua representação no mundo da vida. Comunica a alguns poucos amigos, se autodefine como mulher trans, mas algo ainda não parece estar condizente com sua nova realidade - a legitimação externa acerca de sua autodefinição.

Uma fissura é percebida, levando-a a compreender ainda no início de sua percepção enquanto trans: a exigência de padrões femininos em sua apresentação ao mundo. Não bastava só dizer que era uma trans, tinha que dar conta de uma transição²⁵ que tivesse símbolos de

²⁵ Termo que culturalmente se construiu em relação às identidades trans. Trata-se de um ritual impositivo em um somatório de discursos - quer sejam populares, quer sejam advindos das Ciências Psi (Psiquiatria/Psicologia) e

feminilidade como certificação de si. Percebeu, então, que há enquadramentos em ensaiar tal personagem, que existe uma ditadura que permeia as fantasias em relação aos corpos transfemininos e lhes impõem a representar-se sempre bem maquiadas, com roupas femininas (de preferência sexys) dentre outras indumentárias. Ser interpretada como trans, transcender ao gay, estava muito relacionado a imagem, ou seja, as armadilhas da passabilidade de uma identidade coisificada, fetichizada historicamente.

Nascia um novo dilema, o social lhe estabelecia metas com seus olhares preconceituosos por não compreenderem uma trans com imagens de um gay. Ela estava no limbo entre a homofobia e a transfobia, por assim dizer nas lentes cisheteronormativa do social, como afirma Nascimento (2021). No seu castelo imagético (a escola da diversidade) que a priori lhe encheu os olhos de esperança, pela possibilidade dela poder ensaiar outros personagens em sua busca por autoconhecimento, começava a ficar turvo, a espantar suas ilusões, a demarcar uma ordem de localidades em que ela não se sentia representada - mas aqui não é lugar de transvestigêneres!²⁶ Indagavam os limites discursivos da colonialidade que cercam de poder o ser-para-si em posturas pós-convencionais.

Tratava-se de um momento crucial em sua vida, a escola e sua aparente diversidade haviam lançado a ela novos desafios. Mesmo diante de uma tempestade que estava eminentemente prestes a acontecer, ali ainda parecia haver possibilidade dela permanecer em sua busca, se compreender e atender ou não as imposições normativas da binariedade às experiências trans.

E, dessa forma, ela continuou sua busca ao tensionar estruturas impostas pela escola, testando se na prática aquele espaço era mesmo tão plural. Não era inocência sua atitude, era latência em ser-para-si que dizia respeito a sua existência e, em assim sendo, era urgente, visceral. A única coisa que ela queria manter longe da possibilidade de ensaiar-se, enquanto Luana, era sua família.

Nesse sentido, essa preservação da família soava como um certo ar de inocência que logo, logo ela compreenderia, pois as instituições de poder são relacionais e estão a serviço de

até mesmo dentro da comunidade trans. Esses discursos reatualizam o mito de que toda pessoa trans deve necessariamente passar por um processo de transição. Ou seja, passar de uma caracterização de performática de um polo, que compõe o binário feminino/masculino, para o seu oposto, performando agora, o gênero o qual reivindicam esses indivíduos. Todavia, tal crença só leva em consideração as conformações corporais a uma ordem sociocultural e colonialista acerca da compulsão binária, sem contudo, haver uma observância em aspectos biopsicossociais que dão ou não condições saudáveis para que haja essa transição. O que, de certo modo, contradiz princípios de dignidade humana quando tais discursos são impostos por Ciências Psi que se baseiam em modelos sobretudo biomédicos.

²⁶ Termo criado pelas ativistas Erika Hilton e Indianare Alves Siqueira numa conversa informal, para se referirem de forma coletiva às pessoas transgêneras (JESUS, 2019).

uma unilateralidade de manutenção de poder, de repressão hierárquica como mecanismo de controle. Era uma questão de tempo para que fosse estabelecido esse diálogo entre família e escola. Mas quando se tem um trunfo, uma pista de algo que uma pessoa tema vir à tona, qual o caminho que geralmente escolhe o opressor, o diálogo entre essas figuras de poder representativas da tutela de Luana, ou a constante pressão psicológica que se pauta em ameaças e vexames ao oprimido?

A transfada só deu conta dessa contradição em seu castelo de areia, que o primeiro vento forte derrubou, quando teve a informação que haveria uma festa na escola, que para as fantasias de liberdade dela era o seu reino. Uma festa naquele espaço plural era a chance de toda princesa expor sua beleza, sua graça e magia. Ou pelo menos é assim que nos apresentam contos de fadas eurocentrados, brancos, ciscentrados e heterocentrados etc, em que suas princesas, mesmo que ainda gatas borralheiras, vivenciam sua visibilidade frente ao reino num passe de mágica – *abracadabra*, Cinderela!

Mas com Luana não seria assim, ela contaria um conto de fadas ao avesso. Como assim: *abracadabra trans*? “mas como é que os pais vão se sentir com isso, vendo um menino com uma roupa de menina?” Indagavam as rainhas do seu castelo representadas pela diretora e coordenadora do reino escolar com o pedido absurdo, segundo elas, que Luana havia feito. Vejamos como foi esse episódio:

Eu me lembro, até teve um episódio que foi muito triste que foi quando eu fui perguntar, né, como se eu tivesse que perguntar pra uma pessoa se eu poderia agir do jeito que eu sou, né. Hoje em dia eu não faria mais isso. Mas naquele tempo, como eu era muito ingênua e tinha muito medo das coisas, eu cheguei na, na coordenadora e na diretora e perguntei: “olha, vocês sabem como eu me identifico e tal. E eu gostaria de vir como Luana, gostaria de vir do jeito que eu me sinto bem”. Né. E ela simplesmente olharam pra mim e falaram: “não, você não vai vir assim. Aqui não é festa de, de, de drag queen. [...] “não, mas eu não sou drag queen. Eu sou uma mulher trans e eu quero me sentir bem do jeito que sou”. E elas falaram: “não, mas como é que os pais vão se sentir com isso, vendo um menino com uma roupa de menina?” [...] pra mim, foi um, um, um... baque muito grande, né, até porque eu tinha o quê... 16 anos, 17 anos e quando você recebe assim, né, assim meio que... meio... é uma informação muito forte, você não sabe assimilar direito.

Assim, antes mesmo que as badaladas tocassem meia noite, como em contos de fadas cisnormativos, o feitiço já havia sido desfeito. Mas e o seu sapatinho de cristal esquecido nas escadas que garantem o final feliz dos fantasiosos contos de fadas? Não teve. Parecia ser mais complexo para nossa transfada romper os limites do sexo e passar de “gay para trans”, mesmo que por poucas horas, como foi simples para Cinderela atravessar os limites de gata borralheira e representar uma princesa na alusão que trouxemos a este conto de fadas reforçando, assim, o

raciocínio de Lugones (2014) acerca da colonialidade do gênero esvaziar o conceito, uma vez que não há mulher “colonizada” o que desestabiliza a ideia de que mulheres cis seriam por natureza mulheres. Ao contrário, em nossa localidade e dentro do projeto colonial moderno seriam limitados a colonizados o que impõe um deslocamento reflexivo dessa disputa ao se buscar uma verdade a partir do sexo.

Na continuidade do que estamos dizendo, o que estava, pois, em questão ali contraditoriamente a nossa localidade, em relação a colonialidade moderna, era a materialidade do sexo, o que a impedia conquistar mesmo que por fragmentos, sua emancipação. A manutenção da ordem era estabelecida no reino escolar indiferentemente das reverberações com o decreto da rainha. Sendo assim, uma festa no reino pode aceitar todas as representações que estejam no campo do real ou do imaginário, mas uma representação trans? Não! Tendo em vista, historicamente, não ser esse o lugar de significância sociocultural desses corpos construídos como insignificantes pelo quadro de legitimidade do CISTema no que concerne a linearidade sexo/gênero/desejos.

Entretanto, um vento forte soprou após o decreto da rainha, o que se tornou uma grande tempestade emocional para súdita que descobriu na prática que aquele reino escolar não era tão diverso e plural como se aparentou, a princípio, aos seus olhos. Não havia o que fazer, não tinha como ir de encontro a mandos superiores. Ela, então, se sentindo sem chão, incompreendida, sentou-se, ali mesmo no pátio, e chorou, chorou, chorou e chorou incontrolavelmente.

Sua atitude de desabafo não foi recebida de forma pacífica pelas pessoas que cotidianamente tinham o hábito de dialogar com ela, já que esse exercício é parte que a compõe como pessoa: a facilidade em se comunicar. Do mesmo modo, chamou a atenção de membros superiores do reino escolar, o que lhes incomodou ao ponto de disparar um efeito dominó de sucessivas opressões a Luana, com base na ameaça central de comunicar aos seus pais essa sua desobediência em chorar em virtude da negação de um direito que ela entendia ser seu: vestir-se como se autodefinia.

Ao reviver esse cenário em sua narrativa era nítido o quão constrangedor foi. Ela deixava, pois, escapar expressões em seu rosto e corpo como: franzir de testa, mexer no cabelo com uma certa impaciência, passar as mãos nos olhos como quem evitasse chorar novamente, que se traduziam num misto de angústia, mas também como uma percepção de que havia conseguido fazer essa travessia e que, portanto, tal fato seria parte de sua história de vida em um determinado momento muito triste. Nesse emaranhado de emoções e lembranças ao abrir essa gaveta, em atitude de limpeza nos armários emocionais que compõem sua busca por ser e resistir para ser, ela nos conta:

Bom, aí eu só sentei e chorei. E aí tinha um, um menino, né, que a gente se tornou muito amigos no começo da, da escola, né, porque a gente tinha muita coisa a ver, sabe? A gente era muito igual. Ele, ele era um menino que era negro. Ele, até então, naquele tempo, ele se reconhecia como... eu não sei se pansexual, não me recordo bem. Mas, ele sempre foi muito... ele, é... sabe? Politizado. [...] Eu pedi pra ele ir comigo nesse processo da, da diretora e aí ele tava comigo quando eu comecei a chorar, ele também tava do meu lado. Eu me lembro muito bem ele falando assim: “se acalma, se acalma. É... você sabe que essa escola é transfóbica, a sociedade vai ser mais ainda. Mas, só mantenha a calma”. E aí eu, eu não consegui, eu não conseguia pensar mais em nada, eu só chorava muito e muito e muito. E aí formou aquela, aquela roda ao meu redor, né. Encheu de gente. [...] E aí eu fiquei, assim, mais... aquilo me causava um pânico maior, né, porque eu, eu, eu não queria ficar tão visível assim para as outras pessoas. E principalmente quando você tá muito... muito fraca, muito frágil, [...] pelo menos eu não gosto [...] de ficar muito visível e, [...] e ainda na questão da minha situação, né, que eu não era, eu não era [...] ‘assumida’. [...] Eu não tinha esse processo de [...] de aceitação com os meus pais, eles eram bastante restritos. Então tinha muito medo. Qualquer coisa que chamava muita atenção pra mim, [...] eu já cortava logo e não queria que acontecesse. Né. E aí causou esse burburinho muito grande, foi uma comoção enorme. E eu me lembro que um professor pegou... me puxou mesmo e me levou pra dentro da sala dos professores. E aí ele começou a falar: “olha, se acalma. Isso não vai resolver nada. Eu sei da sua situação... e você não pode fazer isso, você não pode ficar assim porque a Diretora vai querer [...] vai chamar teus pais.”

Sua alma era suspensa do corpo, suas mãos suavam, sua mente reproduzia um cenário de pânico ao imaginar seus pais frente a essa revelação. Estava tudo certo para Luana, poder vivenciar sua descoberta existencial primeiramente no reino da educação para posteriormente, mas segura, mas certa de como dialogar com sua família adentrar a essa questão, mas agora não! Não sabia como lidar com a possibilidade de se tornar impossibilitada, por exemplo, de permanecer morando com aqueles que se diziam “os seus”.

A magia aqui se desmoronava a cada ameaça feita pela CISTemônia²⁷ no intuito de manter a cisheteronorma instituída. Nossa transfada, assim, tinha um ponto fraco ao seu empoderamento, tal qual uma *kriptonita* ao “superman”, no caso, a sua família. Mas convenhamos que em um CISTema em que o superman com todos os seus privilégios garantidos e representados como modelo mundial de homem branco e cishetero apontava para um ponto fraco, o que pensar, então, de uma transfada autodefinida como negra e periférica?

Luana, nos demonstra em sua narrativa exatamente as sensações advindas do uso perverso e torturador de seu ponto fraco pela CISTemônia, vejamos:

²⁷ A criação do termo diz respeito a construção social de cisheteronormas absorvidas e reproduzidas por essa pessoa (a diretora da escola) com intuito de manutenção de um sistema binário que limita os sujeitos a um enquadramento que lhe causa sofrimento psicológico. Tal incompreensão dessa personagem com existências fora da “caixinha”, lança luz sobre o quanto uma sociedade reacionária pode aniquilar corpos inqueridos dentro dos limites do sexo.

Gente, aquilo dali me causou um pânico tão grande. Sabe? Eu não sabia mais o que fazer. Eu não sei se eu chorava por aquilo ter acontecido comigo ou se eu chorava por os meus pais irem lá na escola. Né. Porque eu sempre tirei notas boas. [...] Sempre fui uma aluna muito dedicada. Nunca [...] nunca chamaram os meus pais na escola. Por causa disso, sabe? Eu sempre quis manter a discricção, [...] Mas, aí [...] eu me lembro que o professor me puxou e falou: “olha, para de chorar. Se tu não parar [...] a diretora vai acabar querendo falar com os teus pais”. Aí, gente, eu comecei a chorar mais e mais e mais e mais e mais... e aí a diretora chegou na sala e disse assim: “Por que você está chorando?” Gente, eu não sabia o que falar, juro. Não sabia. É [...] Era, era um terror, totalmente um terror, eu não sabia o que fazer, eu tava acuada, eu não tinha ninguém do meu lado [...] pra tentar me dar um suporte. Eu não tinha ninguém que eu gostava do meu lado. Eram, simplesmente, pessoas desconhecidas que estavam tentando... sabe? Abafar aquele caso, como se nada tivesse acontecido, como se fosse apenas uma birra de um... de um adolescente.

O cenário estava fosco para a transcesa, havia sido capturada por agentes a serviço da CISTemônia, a fim de redesenhar o quadro transfóbico que ali se instaurou no caos causado pelo choro de Luana. Para isso, a mantinham sob pressão psicológica com a ameaça de seu ponto fraco que eram de instante em instante lembrados: vamos chamar seus pais. Luana nos especifica ainda mais a respeito de sua tortura e na continuidade diz:

E aí ela perguntou: “por que você tá chorando? Você acha que isso é motivo de chorar? Você tá se vitimizando.” E aí eu não sabia o que falar, né. Naquele tempo eu não tinha o aporte que eu tenho hoje. Mas eu, eu fiquei muito... muito paralisada e chorando, chorava muito. Não sabia como responder. E ela simplesmente falou: “pare de chorar”. Sabe? E aí eu... eu tava tão em choque que eu parei de chorar. “Me escute.” E ela começou a tentar me acalmar. Só que falando frases bem transfóbicas, né, [...] que me machucaram bastante. De ela falar que: “por que você quer se mostrar tanto? Por que você quer ser sempre o centro das atenções?” [...] Como se, pelo simples fato de eu ser quem eu sou, fosse para eu chamar a atenção de alguém, fosse para eu tentar mostrar quem eu sou. Não, só quero ser quem eu sou. Só quero ser Luana. [...] Ela não tinha nenhum aparato de como resolver aquela situação. [...] a escola que eu passei ela era totalmente despreparada. Mas não por eu ser uma mulher trans, mas despreparada por cuidar de jovens, [...] De pessoas que tão passando por um processo de descobrimento total.

Em meio a todo transtorno que passou Luana, acuada naquele recinto de punições como se fosse uma inquisição de caça às bruxas como foi no decorrer da história para pessoas trans como já vimos, uma questão é por ela conscientemente assimilada: a escola não era tão diversa, mas sim despreparada para lidar com as inúmeras especificidades que permeiam a existência humana, o que a tira subitamente do lugar de vítima que outrora havia sido colocada em um discurso impositivo por Cistemônia. Ela continua a narrar acerca daquele dia de suplícios:

Eles não eram preparados pra aquilo. É [...] Era aquela coisa rispida, rígida, de falar: “olha, eu sou professor, você é o aluno. Você me obedece.” Né. Hoje em dia eu acho isso super anormal. A gente não deve ter isso. Mas, naquele tempo a gente... né, como você não tem muito, muito conhecimento sobre muitas coisas, você acaba aceitando aquilo [...] que te trazem, né. Você não sabe os seus direitos. E aí ela falava muita coisa, muita coisa ruim e eu começava a chorar e ela simplesmente falava:

“para de chorar”. E eu parava de chorar e aí eu começava a chorar de novo e os professores olhando toda aquela situação. Sabe? Eu me senti de uma forma tão desprotegida, [...] eu acho que se comparasse com qualquer outra fase da minha vida, acho que essa fase foi a que mais me perturbou. Sabe? Tipo, até hoje eu ainda penso naquilo. Eu ainda penso que outras pessoas podem passar por aquilo e o quão isso foi, foi danoso pra minha saúde. Porque [...] Eu acho que eu passei uns 10 minutos, ela passou uns 10 minutos conversando comigo, mas pra mim pareceram horas e horas e horas. Né. De muito sofrimento... ela o tempo todo me atacando, me atacando, [...] todo mundo ao redor olhando como se fosse [...] um filme, né. E aí ela começou a falar: “se você continuar chorando eu vou ter que chamar seus pais”. [...] ela sabia que, [...] eu deixava isso bem claro: “[...] eu vou fazer de tudo pra eu não chamar muita atenção nessa escola, pra eu tirar notas boas, eu não precisar reprovar nenhuma, nenhuma matéria e meus pais terem que vir aqui”. Todo mundo sabia desse meu medo, todo mundo sabia desse meu receio. E era aí que eles conseguiam me controlar, sabe? Era aí que eles conseguiam manter, é... me manter mais acuada pra eu não conseguir reagir a situações. E aí foi que ela, a diretora, né, disse: “eu vou ter que chamar seus pais se você não parar porque você tá causando burburinho na escola, tá uma comoção. Você gostou de chamar atenção?”

Para as normas imperativas, as sanções se tornam essenciais em processos desviantes, insurgentes. A complexidade do quadro era nítida, porém, o poder hierárquico insistia em vê-lo por um só âmbito, o de responsabilização individual quando lança foco repetidamente na expressão “você gostou de chamar atenção?” Encurralada como se fosse um bicho desprovido de condições emocionais que estavam sendo violadas, nossa transcesa²⁸ só conseguia perceber o poder de Cistemônia como quem olha para um espelho que reflete o mundo a partir de seu próprio umbigo e o questiona: “espelho, espelho meu, existe alguém mais cisheteronormativa do que eu?”

O comunicar aos pais como instrumento de controle, como anulação das forças de nossa transfada, denuncia as negociações violentas que corpos trans ainda hoje têm que se submeter para repor uma identidade mito que não as representam, como neste caso, o menino gay em detrimento da mulher trans. Uma identidade entendida como muito ameaçadora as fantasias binárias que submetem mulheres cis a uma violência simbólica em conciliação na criação do outro. Ou melhor dizendo, dentro de identidade LGBTQIA+, outros dos outros como são significadas as identidades trans, analogamente às afirmações de Grada Kilomba (2019) no que tange às mulheres negras, aludindo-se a um não-lugar e ausência de reconhecimento que marca a experiência trans, ou, como aponta Letícia Nascimento: “Em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero [...]

²⁸ O uso do termo transcesa, destina-se a destacar os termos príncipe/ princesa como sinônimos de herdeiros, dentro da lógica cisheteronormativa, A transcesa seria aquela que desafia a norma e se torna herdeira de um outro modo de ser, é a herdeira das lutas travadas ao longo do tempo por diversas mulheres trans, martirizadas, perseguidas, humilhadas, para que Luana possa ser quem ela quiser.

(NASCIMENTO, 2021, p. 49). Por não poder, ainda tão jovem, sustentar essa posição de estrangeira, ela recua.

A insistência perversa permanecia a indagar e constranger Luana como que a pondo sob uma escolha: o que, então, você vai querer - acabar com esse burburinho e assumir a culpa por se sentir violada ou a presença de seus pais no reino escolar? Diante disso, ela se posiciona assim:

[...] eu simplesmente parei e falei: “não, eu não quero, eu não quero que isso aconteça. Me desculpe”. Eu comecei a pedir desculpa por aquilo. (risos) Essa situação foi tão... sabe? Que eu comecei a pedir desculpa por aquilo. “Não, me desculpe. Isso não vai acontecer. Me desculpe. Me desculpe.” [...] Saí da sala... né. Muito assustada, ainda. Ficou esclarecido que ela não ia chamar os meus pais, depois de muito choro. [...] E aí a gente... eu saí da sala como se nada tivesse acontecido. Voltei pra sala de aula, né. Assim, bem no horário. [...] E eu não sabia como, como reagir. Sabe? Eu tava com um sentimento tão... de, de tanto... é... eu estava desesperada, [...] eu estava com medo, eu estava envergonhada. E aí eu... só entrei na sala, baixei a cabeça e comecei a chorar novamente.

Incompreendida e envergonhada diante do palco de torturas a que foi exposta, Luana, não tinha outra defesa a não ser chorar. Sua mente martelava se perguntando por que estava passando por aquilo, será mesmo que Cistemônia iria calar-se ou contaria a seus pais? Sensibilizados, alguns colegas tentaram a acalmar e naqueles mais politizados como o amigo mencionado por ela, emergia um sentimento de revolta de convocação para alguma luta como estratégias de enfrentamento ao ocorrido.

Todavia, qualquer movimento em relação ao que se passou, ali, teria que ser muito bem calculado, haja visto, qualquer foco de manifestação por justiça pensado por um coletivo, ser palco para Cistemônia acusar individualmente a trans como culpada. Vejamos como essas articulações foram pensadas e amadurecidas na própria fala de Luana:

E aí eu me lembro do apoio dos meus, dos meus colegas na sala que... que ele, eles disseram: “olha, isso não foi legal que ela fez contigo. Tu não deveria ter passado por isso...” E aí eles começaram a conversar: “a gente tem que fazer alguma coisa... isso não pode acontecer. A gente não pode deixar isso impune.” E aí a gente começou a se articular, né. A gente, não, eles. Porque eu tava [...] com tanto medo daquilo que eu não queria participar de nenhuma forma de qualquer tipo de movimento que existiria. Né. [...] Por mais que [...] a causa fosse, fosse minha, e que eu [...] devia estar lá pra lutar pelos meus direitos, eu não queria participar porque eu tinha esse medo. Sabe? [...] E depois dessa, essa luta, né, que veio em relação a isso, que tinha acontecido na escola, de eu não poder usar minhas roupas, [...] inclusive eles até me chamaram e falaram: “olha, você tem que participar, essa é uma luta sua, você não pode ter medo”. Mas eu, naquele tempo, eu disse: “não, gente, eu não posso fazer isso. Meu pai, minha mãe... eu não sei como vai ser a reação deles porque isso, com certeza, vai poder... vai chegar neles, né”. E aí eles, eles super entenderam e tentaram me deixar em um canto [...] onde eu não pudesse intervir, sabe? Onde eu não fizesse parte daquilo.

Frente a convocação, pelos movimentos sociais que articulavam por justiça, Luana se sente receosa de representar uma ativista trans, por medo dos seus pais, medo este já evidenciado em suas falas anteriormente, ela opta por renunciar a seu lugar de fala na esperança de não quebrar o quadro imagético a seu respeito em relação a família. Conscientemente ela se afasta de ensaiar essa personagem e deixa a cargo do movimento, que em sua concepção, tinha mais força de efetivação de alguma reparação a violação da presença de uma aluna em processo de identificação com as transidentidades. Para ela o movimento político e engajado da escola:

Foi um movimento muito grande, muito articulado, inclusive. As, as pessoas do terceiro ano, que [...] que também tinha [...] esse movimento mais político e, realmente, tava encaixados em grupos políticos, fizeram essa, essa articulação, é... fizeram esse movimento e tava tudo indo... muito, muito bem. Sabe? [...] E aí ficou um movimento muito grande, a escola paralisou durante quatro dias, mais ou menos. Quatro, cinco dias. E... foi tão [...] foi uma magnitude tão grande [...] fizemos muitas reclamações [...] tudo isso, né, e no final ela foi chamada atenção, né. Acabou chegando nela e ela começou a ver que isso tava gerando uma proporção gigantesca, tava virando uma coisa muito grande. E... aí ela me chamou novamente. Sabe? [...] Eu tinha acabado de chegar de uma... de uma ação social que eu tinha feito porque, até então, a gente tinha que fazer isso pra escola. [...] E aí quando eu entrei tinha um grupo de mais ou menos dez pessoas, dez alunos. É... tinha um grupo de dez alunos, tinha a coordenadora, a... tinha os dois coordenadores, duas coordenadoras e a diretora. Né. E aí na hora que eu entrei eu fiquei em choque porque eu não sabia como reagir àquilo. Eram pessoas que eu não tinha muito contato, mas eram pessoas que estavam me ajudando porque estavam articulando o movimento. Né.

Embora bem-organizados e articulados, os estudantes que compunham o movimento, e aceitaram negociar a estratégia de manter Luana afastada como prova de respeito a sua vulnerabilidade, a Cistemônia, ao contrário, foi logo a procura de uma culpada para “tamanho desarranjo” em seu reino escolar. Alguém iria pagar com toda aquela exposição ao ponto dela ser chamada atenção por órgãos superiores. Com a solicitação da presença de nossa transfada a sua sala já podemos imaginar um novo ciclo de torturas psicológicas, mas deixemos ela nos contar:

E aí ela começou, simplesmente, a falar: “o que é que você tá querendo com isso? Sabe? [...] É... e eu: “não, eu não tô fazendo nada. Ao contrário, eu tô muito longe disso, isso não, não, não tá sendo por minha culpa. [...] eu não planejei nada disso.” E o tempo todo as pessoas que estavam articulando o movimento, que estavam lá dentro, na sala, deixavam isso bem claro: “não, ela não tá participando. Isso é coisa nossa” [...] E ela constantemente deixava isso bem claro: “eu vou ter que chamar os seus pais. Isso não pode acontecer. E aí eu... novamente, não sabia como passar por aquilo, né. [...] Eu não sabia o que falar. Eu não, eu não tinha como falar, eu não tinha como me representar. Eu não sabia o que tava acontecendo. Não sabia que isso era um, um caso de transfobia gravíssimo vindo de uma diretora, de uma instituição que deveria acolher os jovens, né. Deveria prestar uma assistência para eles. Eu não sabia que isso tava acontecendo. Né. [...] Ele sempre me, me... me dizendo que o que eu poderia fazer, o que eu não poderia fazer. Sabe? Me ajudando bastante.

Diante dos desencontros na comunicação e da tensão sobrecarregada de estresses, Luana, meio que atordoada, percebe sua fragilidade expressa por seu medo a partir da suspeita de ser “a cabeça” daquela pequena revolução que se instaurou. Do mesmo modo, acuada e perplexa com a acusação reconhece que não há forças para se representar frente aquela situação. E como em um tribunal, só contava com seu representante legal, neste caso, seu amigo e o grupo que o apoiava, o que dificultava sua apropriação de outras personagens, pois “Ao comparecer frente a alguém, eu me represento. [...] posso falar por mim, agir por mim, [...] as identidades refletem a estrutura social conservando-as ou transformando-as.” (CIAMPA, 1987, p. 170-171).

Todavia, como em todo processo de condenação, seu representante não compunha o júri, o que conseqüentemente a deixava em condições de vulnerabilidades extremas. Aqui nesse momento do seu processo histórico narrado, uma questão é necessária ser observada - o desconhecimento de nossa transfada acerca de si, o que diretamente influencia em sua autonomia, autogestão e responsabilização por si, revelando uma deficiência no desenvolvimento de suas habilidades socioemocionais²⁹ (ABED, 2014).

Por ter seu autoconhecimento afetado, reprimido em se tratando de CISnormas instituídas socioculturalmente, acerca de outras possibilidades de existências humanas para além do binário que são impostas pelo sexo, ela não tinha como exercitar suas habilidades de autodefesa tal qual um réu. Haja visto, na relação com a escola ser percebida também uma deficiência estrutural, por parte de seus gestores e professores, no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a exemplo, da empatia. Vejamos:

E aí eu me lembro muito bem que eles, eles estavam conversando, né, e nessa ela começou a falar de novo em chamar os meus pais, inclusive pegou o número deles, discou na, no... no telefone dela, mostrou e disse assim: “olha, eu tô ligando pra eles... vou ligar pra eles agora”. Aí foi nesse exato momento que eu comecei a chorar novamente, comecei a implorar pra ela ter calma e aí ela acalmou-se um pouco, né, os meninos também, é... tentaram acalmar ela e aí as... as coordenadoras começaram a chorar. Uma começou a chorar, né, no caso, e dizer que tinha filho gay e que isso, isso era perfeitamente normal pra ela e que isso não deveria ter acontecido, que eu tinha entendido errado. [...] E, até então, eu... eu só concordando com aquilo e não sabia como falar, né. Hoje em dia eu sei que isso é bastante errado. Mas aí ela e a própria diretora, também, se pronunciaram falando que: “ai, eu tenho um filho gay. Eu sei o que você tá passando, é... Isso é uma coisa que, que você tá tornando como se fosse coisa de outro mundo. Você não pode ser assim.” E o tempo todo elas também deixando bem claro que eu estava querendo fazer essa movimentação porque eu queria me mostrar. Eu queria mostrar quem eu era pra todo mundo, assim, como se fosse uma obrigação das pessoas saberem quem eu fosse. Eu queria sempre manter essa... essa coisa, sabe? De, de, de tá no centro das atenções.

²⁹ É uma proposta educacional em uso nas Escolas Estaduais com efeito de desenvolver aspectos integrais nos estudantes. Seria, portanto, uma junção da busca pela cognição-afetiva na aprendizagem escolar. Desse modo, valorizar as múltiplas formas de ser no mundo e de vivenciá-lo também devem ser valorizadas no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos (ABED, 2014, p. 08).

É perceptível que Luana, só reforçava sua autodefesa sob pressão de ser revelada aos pais seu comportamento de autoidentificação enquanto uma mulher trans. Seus representantes, na ânsia de amenizar seu sofrimento psicológico, intervieram mais severamente a seu favor perante a arma que a rainha/diretora queria usar: o telefone, que em uma ligação, iria lhe expor aos seus pais.

Nesse momento, por mais que uma comoção tomasse de assalto uma das coordenadoras, a compreensão sobre o fenômeno da transvestigeneridade ainda era fixada em binários relativos à orientação sexual e não à identidade de gênero de Luana, bem como existia um consenso de que ela estava alardeando demais a condição de ser gay, ou seja, estava com “mi mi mi.” Nas palavras de Luana havia um porquê:

Porque existiam vários professores, diversos professores que achavam que aquilo, realmente, era uma coisa que eu queria me mostrar e que, e que eu tava querendo... sabe? É, é... chamar a atenção pra mim e que, é... tudo aquilo era, era... mi mi mi, era uma coisa... era uma coisa que eu tava me vitimizando. Inclusive tiveram professores que conversavam... conversaram comigo e eu pensava que iriam me ajudar, que pensava que iriam, é, é... me, me fornecer algum, algum... sabe? Algum aconchego emocional. Não, isso não aconteceu. Eles simplesmente falaram: “olha, para de fazer isso que tu tá fazendo... porque se não tu vai... tu vai chamar muita atenção pra ti. Isso é negativo. Tu vai acabar sofrendo muito com isso. Para de fazer isso. Não, não, não adianta.”

Na ausência da compreensão mais profunda deste fenômeno, a coordenadora desnaturaliza a homossexualidade como algo “anormal” e até de conhecimento próximo, em virtude de seu filho ser gay, mas invisibiliza nuances e sutilezas que compõem uma diversidade de autoidentificação que compõem a comunidade LGBTQIA+. Na percepção que as escolas, não generalizando, ainda estão bem distantes dessas pautas é compreensível a fala da coordenadora em relação às estruturas CISnormativas que se cristalizam socialmente sem, contudo, dar conta do sofrimento psicossocial que inviabiliza a compreensão das transidentidades.

Entretanto, o que fica como consenso daquela discussão acerca de um fenômeno, que visivelmente a escola ainda não estava preparada para vivenciar em suas práticas pedagógicas, é a rotulação culturalmente construída em nossa sociedade de que “gays afeminados querem ser o centro das atenções”. Em uma análise mais tradicional: querem aparecer, se mostrar e dar *close* como se as pessoas “normais” fossem obrigadas a conviver com esse tipo de desvio, o que torna o discurso da coordenadora, sensibilizada e que desnaturalizou a homossexualidade como “anormal,” contraditório, como também ditatório e homogeneizador de como deve se comportar um gay em enquadramento aceitável, o que direciona as estruturas homofóbicas a

todos que escapem ao modelo do gay permissível pela heteronormatividade compulsória (RICH, 2010).

Nessa perspectiva, submeter o oprimido às normas hegemônicas diante de consensos contraditórios não se torna tarefa difícil, mas como nos elucida os estudos de identidade metamorfose, apenas uma reposição de identidades mito que anula qualquer possibilidade de emancipação, de ser-para-si. Na ausência de reconhecimento, portanto, de sua especificidade enquanto tranvestigênera, Luana, experimenta o condicionamento em repor a personagem do rapaz gay afeminado - e que tumultua o CISTema com sua insistência “de dar close” - em troca do não acionamento da promessa como arma secreta da diretora que a ameaçava: a ligação telefônica cujo poder tinha finalidade de destruir sua convivência que, de certo modo, era harmoniosa com sua família.

Ela tinha consciência, por ser uma pessoa bem informada e articulada com essas pautas, que se permanecesse insistindo naquele posicionamento de ser uma pessoa trans, e seus pais ficassem sabendo, sua moradia, permanência e convívio familiar estavam ameaçados, uma vez que as estatísticas comprovadas por ela, indagavam o destino de travestis e mulheres trans que autoafirmam suas identidades a seus familiares - a expulsão. Por meio deste acordo que foi mediado pela arma da chantagem a fim de destruir os sonhos da transfada, relacionados a um futuro, proteção familiar etc., ela inteligentemente negocia com o CISTema obtendo, assim, resultado:

E depois de todo esse bate volta acabou por ela não chamar os meus pais... Né. Depois de, de eu, de eu implorar bastante, depois de eu dizer que isso nunca mais ia acontecer, depois de, de ter que se desfazer o movimento porque isso foi necessário, [...] porque ou era desfazer o movimento na escola porque tava... tava, assim... a escola toda tava paralisada. Ninguém tava tendo aula. A Seduc estava recebendo reclamações. Era questão de tempo e tinha um menino que ele era muito articulado com a política porque eu acho que o pai dele era secretário de, de... de um político aí e... ele disse que ia, né, conversar pra, pra transformar isso público. Sabe? Trazer a tona pra mídia porque não era primeiro caso que tinha acontecido, né. É, É... eram constante casos não só de, de... de transfobia, mas de, de homofobia, de machismo, né, tudo isso aconteceu bastante, não foi só comigo. E aí tava se tornando uma coisa recorrente, né. Eu acho que o meu caso foi o estopim pra tudo isso acontecer. Né. Criar essa, essa revolução. E aí, ou parava essa movimentação, essa articulação, ou eles chamavam os meus pais. Né. E aí, como todo mundo via o meu desespero total de não querer que isso acontecesse e de, de, de... de eu, realmente, me desesperar, de chorar muito, de, de... de não querer mais voltar pra casa. De, sei lá, pensar em qualquer outra coisa, mas não, não... está naquela situação. Aí as pessoas disseram: “não, a gente vai ter que parar. Não vai adiantar”. Eu, até hoje, eu fico assim muito impressionada com o, com o... essa empatia que eles tiveram. Sabe? A empatia de começar o movimento e a empatia de terminar o movimento. Né. Porque [...] eu sofria muitos respingos, né. Isso tudo me, me, me trazia pra aquele movimento.

A empatia, habilidade socioemocional primordial a uma convivência harmoniosa, que nossa transfada não havia encontrado nos gestores e professores no seu reino escolar “diverso”, ela podia identificar na ação coletiva do movimento. Ela aprendeu, na prática, que em uma guerra a estratégia de recuar muitas vezes não significa perder a guerra, mas sim uma oportunidade de conhecer melhor como funciona determinada situação.

O afastar-se para compreender o fenômeno da transfobia, da negação a sua existência, da impotência em resistir naquele momento frente a CISnorma, tanto por parte do movimento, que em solidariedade as consequências que poderiam vir a acometê-la, pela escola culpabilizar individualmente a ela, quanto por seu esforço individual não ser reconhecido como possível de ser vivenciada (sua feminilidade/ensaaiar a performance de Luana), ela em concordância empática do movimento, recua.

A paz e tranquilidade certamente voltou a existir nas relações que ali se faziam presentes no reino escolar, afinal das contas todo o alvoroço causador daquela possível revolução ao Sistema havia sido contido, correto? Não. Parece que o discurso que havia sido reduzido a vitimismo e “mi mi mi” em relação ao sofrimento de Luana pelo consenso dos gestores e professores, havia deixado ressentimentos como pequenos beliscões que alguns professores faziam questão de ressaltar em suas aulas como ela mesma nos conta:

Eles entravam nas aulas e eu sentia que... sentia que eles estavam, é... muito... é... comovido com aquilo também. Mas comovido pelo fato de acharem que eu estava querendo me vitimizar, que eu... transformar aquilo tudo numa coisa para eu aparecer. Tanto que diversas vezes eles disseram: [...] “gente, eu vou parar de falar as coisas aqui com vocês porque uma simples brincadeira pode ser mal interpretada. Por uma simples brincadeira eu posso perder o meu cargo aqui na escola.” Sabe? Isso me deixava muito mal porque, até então, eu achava que isso era culpa minha e que eu estava fazendo... eu tava tornando aquilo como uma coisa, assim, desproporcional que era. Transformando aquilo como uma coisa que, que... que não deveria chamar tanta atenção, mas que eu acabei chamando atenção. E eu ficava muito mal com aquilo. Eles sempre falavam que: “[...] Gente, eu não posso falar mais isso, eu não posso mais falar aquilo porque se não vocês já sabem, né”. E tudo isso chegava a mim, tudo isso respingava em mim. Né. Ao ponto de, de [...] minha professora de literatura, né. De ela falar uma coisa e todo mundo olhar, assim, pra mim e falar: “é, isso é culpa tua. Todo mundo sabe que [...] isso veio de ti. Essa... essa indireta que ela tá soltando é pra ti.” E eu ficava extremamente desconfortável com aquela situação. Sabe? Ao ponto de não querer mais ir pra escola.

A violência pedagógica problematizada por Luma Andrade, professora/doutora em educação e travesti, em sua tese, no ano de 2012, se materializa nas palavras de Luana, bem como em vários escritos relacionados à educação por transfeministas como Jaqueline de Jesus, Viviane Vergueiro e Letícia Nascimento. Problematizações que giram em torno de uma expulsão compulsória por meio de violações quer seja física, psicológica ou todas, simultaneamente.

“Ao ponto de não querer ir mais pra escola” carrega consigo uma dívida histórica com os corpos transvestigêneres ao serem negados o pertencimento a espaços educativos a partir de compulsórias expulsões: da família, do mercado formal de trabalho, de um efeito dominó nas macroestruturas que os lançam às margens e tendo como única possibilidade de sobrevivência a prostituição. Talvez esse fosse o medo de nossa transfada, de nossa heroína. Mas a que pressões e subjugações ela precisou se submeter para resistir a essa ordem naturalizada de expulsões compulsórias pelas instituições, para alcançar seus objetivos e ser respeitada, reconhecida como cidadã? Ela tentou negociar com as cismas e dar início a sua transição ainda no ensino médio? Vejamos como ela narra esse momento:

[...]eu já tava tão saturada com isso porque essa não foi a primeira situação. [...] Durante esses três anos, mesmo me identificando como uma mulher trans, eu tentei dar, dar, dar... processo, dar início ao processo de, de... de transição lá na escola mesmo. De falar: “gente, ó, agora eu sou uma mulher trans. Né. Eu sempre me identifiquei [...] como uma mulher trans. Só que agora eu quero meus direitos. Eu quero o direito de poder ir no banheiro das meninas. Eu quero o direito de... de poder ser quem eu sou na escola. Eu quero o meu nome social posto na lista... na frequência.” Certo? Mas aí eu nunca tive nenhum desses direitos realizados. Eu nunca pude ter essa oportunidade. Simplesmente eles eram bastante ríspidos e grosseiros. Eles não queriam que tivesse essa pessoa na escola. Sabe? Era muito isso. Eu me lembro até uma vez [...] De ela falar que, que... ia me transferir de escola. “Eu vou te transferir. Você tá dando muito trabalho aqui. A gente não quer uma pessoa como você aqui. Você chama muita atenção”. Né. E aí eu chorava bastante porque são poucas escolas que existiam em Fortaleza que tem um técnico em enfermagem, né. Então eu teria que me locomover pra uma escola totalmente distante da minha casa. E o que é que eu ia falar pros meus pais? Como é que seria isso? Né. Então eu tinha muito medo em relação a isso. Sobre, sobre o, a... a minha... minha transição na escola, né, que não foi realizada do jeito que eu queria. Eu tive muito medo, né. Foi isso... eu queria requerer as minhas... os meus direitos, né. Até então sabia que era o meu direito ter o meu nome social na lista de presença, na lista de chamada. Só que até... eles não queriam que isso acontecesse. Sabe? Mesmo que eu falasse: “aí, meu nome é Luana.” Ele sempre me chamava pelo meu nome civil, independente de qualquer coisa. E eu sempre ficava desconfortável com aquilo e, então, acabei: “não, não vou... não tem como eu começar agora. É impossível começar isso agora. Eles não vão aceitar, vai gerar uma comoção enorme e eu não estou preparada pra isso.” Eu me lembro até que uma professora, que foi essa minha coordenadora de curso, né, ela disse: “olhe, a gente quer muito que você seja quem você é aqui nessa escola, mas você tá preparada pro que pode acontecer? Porque virão consequências enormes. Você tá preparada pra isso?” E eu simplesmente parei e pensei: “não, gente, eu tenho... 17 anos”. E o tempo todo eles deixavam claro de que aquilo era apenas uma confusão, né, uma coisa, uma fase da adolescência, que eu iria me descobrir e iria voltar tudo ao normal. Né. O tempo todo eles sempre deixavam isso bem claro e eu comecei a pensar nisso, eu pensei: “ah, não, gente, o problema sou eu. Essa fase... deve ser só uma fase que eu tô passando e tudo isso que tá acontecendo é um problema que eu que tô causando. Eu tenho que parar com isso.” Sabe? E aí, é... eu comecei a... a tentar dar entrada nesse processo. Não deu certo porque eu vi, eu vi resistência no que... no que... eu tava tentando fazer. Né. E aí, simplesmente, eu, eu deixei... sem, sem, sem tomar iniciativa de nada.

Através de suas palavras percebemos um antigo embate que se arrasta historicamente nas sociedades: quem pode ou não acessar a cidadania. Dizendo de outro modo, no que tange a contemporaneidade - quem pode e deve acessar os direitos de gozar uma cidadania plena.

A cidadania, que abrange um conjunto de direitos e deveres, para pessoas como Luana, se apresenta paradoxal. Se, na maioria das vezes, os deveres são cumpridos, como por exemplo, o pagamento de imposto, os direitos nem sempre chegam. Para estes, o artigo 5 da Constituição que lhes garantiria não ser tratados com discriminação, tendo o direito à vida, a igualdade à segurança e à dignidade (BRASIL, 1988), parece algo que permanece morto na letra da lei, pois obtê-los significa uma luta ferrenha, um constante tensionamento dos critérios morais socioculturais que estruturam nossa sociedade e ignoram esses direitos. A luta para tentar equilibrar deveres cumpridos e direitos devolvidos, acordo teoricamente assegurado, permanece em processo de devir a corpos minorizados.

E em relação a essa naturalização que desequilibra a balança Deveres x Direitos, acerca das diferenças, a professora foi enfática - você está preparada para as consequências? Retroalimentando uma cultura do medo e da desinformação que através de uma intervenção educativa, por exemplo, seriam sanadas as dúvidas da escola no que tange às questões sobre diversidade humana, como também das demandas apresentadas pela estudante trans no que diz respeito à transição, o nome social, isto é, direitos conquistados por essas pessoas no decorrer da história.

Embora tenhamos consciência que a lei do nome social oficialmente no Estado do Ceará foi sancionada pelo Governador Camilo Santana apenas em 2019 (CEARÁ, 2019), outras emendas constitucionais já existiam e deixavam nítidas as condições do uso do nome social por pessoas trans menores de idade. A informação, portanto, advinda da “boa vontade” da professora não era lhe amedrontar com fantasias gerais, mas sim exercer seu papel de educadora comprometida com a educação libertadora, como propõe Paulo Freire (2011), e lhes informar após uma vasta pesquisa que, em seu caso específico a consequência mais rápida que sofreria seria os pais ficarem ciente de sua condição, uma vez que para que se possa ter o nome social garantido em instituições escolares, por menores de 18 anos, requer a assinatura dos pais e/ou responsáveis que esteja de acordo.³⁰

Além dessa atitude não convencional a uma educadora advinda “da boa vontade da professora” porta-voz da escola, uma questão começa a causar inquietações em nossa transfada:

³⁰ Ver LEI N.º 16.946, DE 29.07.19 (D.O. 30.07.19). Disponível em: bela.ce.gov.br.

na busca por se tornar para si em um momento próximo a partir do seu autorreconhecimento como uma mulher trans, surge a dúvida sobre sua culpa frente a seus desejos.

Uma semente que ao ser germinada em sua mente, desorganiza conseqüentemente sua autoconfiança e a origina uma percepção de si como alguém desnecessário ao mundo e até mesmo causadora de desordens. Ela estava diante de um desafio, de um combate que todas as pessoas vivenciam, mas que o meio em que vivia começava a fazer com que ela acreditasse que isso acontecia só com pessoas trans - o desafio de vencer a si mesmo, como também o que fizeram com aquilo que você expressa ao mundo e que muitas vezes fogem a expectativas normativas - a sua identidade e subjetividade.

Frases de colegas, de professores, olhares repressores, acusações começavam a dar início a um combate interno que poderia culminar em desastrosas conseqüências. Nossa heroína sabia que necessitava de uma arma, já que na luta contra o social ela já havia descoberto que a arma a usar era a resistência, mas qual usaria consigo mesma, com suas inquietações e autoacusações em relação com o que percebia e sentia vindo do externo?

Do agitado processo que experienciou em seu ensino médio, e que já podemos observar alguns trechos narrados por nossa transfada, ela conseguiu uma arma potente para sua caminhada que poderia juntar-se a resistência na sua luta por reconhecimento: a resiliência³¹. Mas e sua transição, era mesmo uma fase como tentavam convencê-la os agentes da Cisnormatividade? Se não, como ela lidou com o medo de enfrentar sua família em busca de *ser-para-si*?

Ela narra esse momento para nós e enfatiza o relacionamento familiar, mais precisamente na figura paterna:

Bom, é... minha relação com o meu pai foi sempre muito conturbada, né, porque desde criança eu sou assim, sabe? As vezes as pessoas até brincam muito com isso de perguntar: “nossa, como foi que teu pai nunca percebeu que tu era diferente?” Porque eu sempre agi assim. Sempre fui assim. Sabe? Sempre falei assim. Sempre, sempre me gesticulei assim, sempre... sabe? Sempre me apresentei assim. Entendeu? Então, havia um bloqueio com o meu pai em relação a isso, ele não sabia o que eu era. [...] meu pai já chegou a me bater muito, muito, muito mesmo. Sabe? De falar assim: “muda esse teu jeito, não faz isso, não faz aquilo.” Só que aí sempre, como eu sempre fui muito... muito ousada, né, sempre fazia e não tinha problema. Sabe por que? Porque desde sempre eu fui muito independente.

³¹ Denominamos aqui de resiliência a capacidade ou plasticidade do ser humano para superar as contradições presentes na realidade na busca constante do vir - a- ser, tomando como ponto de partida aquilo que Ciampa reconheceu como a “*invencibilidade da substância humana*” (CIAMPA, 1998, p. 182. grifos do autor), denotando que mesmo recuando, se refugiando em si mesma, Luana, ainda assim, seguia lutando por sua autodeterminação.

As lentes binárias de seu pai tentavam decifrar códigos que remetessem a uma percepção da identidade de Luana. Para ela e seus colegas havia uma nitidez na percepção de sua feminilidade expressa em sua prática social, mas para o pai que estava apartado de algumas maneiras de se expressar no mundo que ultrapassasse a binaridade, havia um estranhamento. Juntamente a isso, existia o medo, uma vez que o comportamento do filho transbordava uma questão de homossexualidade, de direcionamento de seus desejos por pessoas do mesmo gênero.

Ali, no gênero, é que estava a incógnita não decifrável ao pai que se desdobrava em inúmeros questionamentos e medos do que seria de seu filho em uma sociedade que a feminilidade já é mal vista, já é interpretada como uma “fraquejada” em corpos de mulheres que “normalmente” nascem assim. Qual era, então, o problema de seu filho? Na ânsia por resolver aquele enigma, indecifrável a sua percepção, ele como pai só tinha uma saída: a punição com uso de violência física e pressões psicológicas, numa tentativa desesperada de “consertar” aquele desejo desenfreado do filho.

Luana, se afastava em seu mundo reservado a suas imaginações sobre si mesma, se afugentava nas gavetas em que seus pais não habitavam, se distanciava e nem queria envolvimento, pois em algum lugar lá fora, longe das prisões comportamentais em que era enquadrada em seu lar ela podia ser uma fada, podia ser uma transfada. Ela nomeava essa postura de independência:

Como, eu já havia dito, né. Esse processo com os meus pais de não querer que eles soubessem de nada da minha vida, de não querer que eles participassem, de não querer que eles estivessem no mesmo ciclo que eu [...] eu sempre fui muito independente, eu me tornei uma pessoa muito independente. Não precisar da minha mãe, do meu pai pra resolverem coisas [...] sabe? [...] Por exemplo, a, a... um exemplo disso seria minha matrícula na escola. Na escola não, na faculdade. É... eu fui sozinha. Sabe? Fui eu e uma amiga minha. E eu via aquela coisa de... a, os pais lá tão felizes e ajudando a, a banhar o filho de tinta e agradecendo por ter entrado na universidade. Eu não passei por isso. [...] Tanto que eu cheguei assim... quase no final da minha matrícula. Né. Fiquei, assim, até muito triste porque quase que eles não me pintavam. E eu acho que é um passo que a gente sempre quer muito, né. Você entra numa universidade e você quer experimentar aquelas... aquelas coisas que, que todo mundo fala. “Ai, me pintaram muito”

A tradição da recepção na universidade fez com que ela refletisse ao olhar ao seu redor famílias comemorando juntamente com seus filhos a vitória por suas aprovações em uma universidade pública renomada. Havia, portanto, em sua forma de se pensar independente um preço a se pagar - o do afastamento dos vínculos familiares em virtude da incompreensão, naquele momento, de sua identidade de gênero. Ela havia contado aos seus pais e lembra de como teria sido a reação do pai:

E quando eu falei pro meu pai: “pai, eu passei na universidade. Passei em engenharia química.” Ele simplesmente... como sempre ele agiu, né. Ele sempre agiu com, com indiferença... comigo. [...] E, assim, é... foi muito contraditório, né, porque... eu fui a primeira pessoa da família toda a entrar na universidade. Fui a primeira a entrar na universidade pública. Entrei em um curso, até então, bem elitista, de primeira. Eu me vanglorio sim, por isso, porque eu acho que tá no meu direito. É... eu não conheço muitas pessoas que tem a mesma situação que a minha e que conseguem mudar isso. E isso é muito triste.

Em meio a tantas indiferenças, nossa transfada nos apresenta sua arma de defesa como exemplo de lidar com os problemas cotidianos em sua existência, a resiliência. Embora todo o descrédito e confusão que faziam acerca de sua personalidade em sua família, ela não se deixava vencer, não se intimidava perante a tantas contradições e punições. Ao contrário, ela agia com assertividade, compreendia que as coisas muitas vezes dependem de tempo, mas que a vida continua, compreendia que, de um modo ou de outro toda existência no mundo terá que saber lidar com problemas e sair deles de cabeça erguida.

Sua atitude frente à vida, aos obstáculos em busca por reconhecimento, metamorfoseando suas personagens dava curso alinhada a sua arma de poder: A resiliência. Com ela, as coisas começaram a dar certo na prática, ela começava a perceber que a independência de seus pais e das incompreensões em seu lar necessitava de tempo e de sua força em transformar sua situação, tendo em vista questões ainda confusas em relação ao meio social e cultural em que sua peculiaridade individual se inseria. Era uma questão de tempo, pensava! E, assim, nos mostra sua força, de como fez uso de sua arma para ressignificar sua existência e servir de inspiração a outros jovens:

Eu passei por muitas coisas. Eu já pensei em desistir da faculdade, da escola. Já fui... quase estuprada. Já fui espancada. Já... já fui ameaçada de vida dentro da escola. E... mesmo assim eu ainda tentei continuar. Foi difícil? Foi. Eu não recomendo isso pra ninguém, eu não quero que ninguém queira passar por isso que eu passei. Mas foi um processo que me amadureceu. [...] com... questão, né, relacionamento com o meu pai, é... ele sempre agiu com essa indiferença, sabe? Tudo o que eu fazia era... como eu posso falar? Não, não tinha muita... muita coisa que influenciava na vida dele, não fazia muita diferença. Né. A gente... eu nunca tive um relacionamento de, de, de... pai e filha com ele. Eu... pra ter noção, nunca nem abracei meu pai. Ele nunca me chamou de filha. Né. E aí eu, eu já me acostumei com isso. Sabe? Me acostumei. Eu sempre cresci muito acostumada porque eu sabia que minha irmã tinha todo o, o... o apoio dele, por mais que também fosse difícil pra ela, porque ele é uma pessoa extremamente difícil de se conviver. Mas, ele sempre apoiou mais ela, né. Ele sempre gostava muito mais dela, isso era perceptível. E aí eu sempre cresci com isso. Sabe? De, de.. de meu pai não me auxiliar em nada. O que... o que eu não nego que ele foi, assim... muito massa, foi de... de, até então, né, me sustentar durante 19 anos... e de me dar tudo o que precisava. Eu nunca precisei trabalhar pra isso. E ele sempre apoiou muito na minha educação. Ele sempre disse que isso era fundamental na minha vida e que eu tinha que fazer alguma coisa pra estudar, sabe? Eu tinha que

fazer faculdade. E aí eu, eu... eu confesso que esse foi um ponto essencial pra mim, ele me ajudou bastante. Ele sempre deixou isso bem claro.

Havia por parte da transfada um ressentimento por não perceber igualdade no tratamento entre ela e sua irmã, muito embora ela não conseguisse ter a dimensão de como seria narrada por sua irmã a sua própria história. O que ela conseguia mensurar, portanto, é que no meio de suas diferenças e indiferenças, seu pai havia cumprido com seu papel a incentivando a estudar, garantindo seu sustento sem que ela precisasse, por exemplo, de trabalhar.

O reconhecimento do esforço do pai em relação a sua educação e ao conselho de que ela deveria se formar demonstra habilidades socioemocionais desenvolvidas por nossa transfada que apontam para um amadurecimento nas relações familiares, o que se relaciona também com as relações sociais.

Do mesmo modo que reconhecia os pontos fortes, emocionalmente falando, em sua relação com seu pai, ela também apontava para a repressiva forma dele lidar com sua “diferença” a ponto de ameaçá-la de diversas maneiras:

Mas, a minha relação com ele sempre foi assim, muito conturbada, né. De ele me bater muito, de ele me ameaçar. Até então, aos meus 17, 18 anos, ele já, já... tentou me colocar pra fora de casa. E ele sempre falava: “olha, se eu ver que você... que isso aconteceu novamente...” Né. Eu ser a pessoa quem eu sou. Por exemplo, é, é... eu não poderia gesticular muito. Por mais que eu [...] goste de gesticular muito. Se ele ficasse com raiva, se ele ficasse olhando muito, ele já queria me bater. Entendeu? Ele [...] já me ameaçava. Teve um dia que eu estava no espelho, olhando porque eu, eu... tava deixando meu cabelo crescer, né, já tava querendo passar pela transição. E aí [...] eu tava deixando meu cabelo crescer, ele tava meio que no... no ombro, mais ou menos, e eu tava ajeitando ele no espelho. Ele simplesmente olhou e achou aquilo muito feminino. E aí disse: “olha, se tu não ajeitar teu jeito tu vai embora. [...] e ele não falava só isso, né. Ele começava uma confusão, botava culpa na minha mãe e era um inferno na casa, era um inferno. Era de passar uma semana toda aquele clima estranho de você não poder falar nada. Sabe? E [...] ele entrava em um recinto, eu saía porque ele poderia me olhar feio novamente e poderia fazer alguma coisa comigo.

A luta para existir do jeito que se percebia, passava por conflitos que desorganizaram toda a família. O simples fato de deixar o cabelo crescer, de ficar se olhando no espelho ameaçava aquilo que era esperado do seu corpo desde o nascimento. Seu pai, por mais que tentasse corrigir tal comportamento não via êxito em suas ações, por vezes, violentas. Ações mais enérgicas foram tomadas pelo pai, mas deixemos que ela mesma nos conte:

[...] teve outra vez que ele me ameaçou mesmo... de dizer que ia me matar. E aí foi um basta que eu tive, falei assim... ele, ele tava se arrumando pra ir pra algum canto, não lembro bem, e aí ele saiu de casa. Na hora que ele saiu eu comecei a chorar, comecei a chorar, comecei a chorar e minha mãe tentando me acalmar, minha irmã também. E aí eu falei: “mãe, eu não posso continuar nesse canto onde constantemente

ameaçam contra a minha vida. Eu tenho que sair daqui, eu tenho que ir embora. Não dá mais. Ele já deixou bem claro que ele pode me matar. Já deixou bem claro isso.” E eu sei que ele era... eu sei que ele é capaz de fazer isso, sabe? [...] eu conheço ele há 19 anos, eu sei do [...] que ele é capaz. E aí eu, eu... arrumei minhas coisas. A minha mãe me apoiou, até então, e aí eu saí de casa. Fui pra casa de uma amiga minha, fiquei lá. E o plano era: sair de casa e morar com os meus amigos, morar na casa de um e de outro. Até então... porque eu não tinha dinheiro pra me sustentar. Né. E eu sei que a minha mãe não tem condições de, de... de, de pagar alguma coisa pra mim. E eu nunca exigi isso dela. E aí eu fui pra casa de uma amiga minha, fiquei lá durante muito tempo e minha mãe chegou à noite, né. Isso tudo aconteceu pela manhã, antes do almoço, bem cedo mesmo. E aí ela chegou, minhas coisas já estavam todas arrumadas, eu já tava decidido... já, já tinha decidido que ia ficar lá... na casa da minha amiga, e ela chegou e disse assim: “vamos voltar pra casa porque eu não aguento ficar sem você e... e muita coisa.” E ela disse, inclusive, que meu pai tava arrependido de ter dito aquilo e que minhas tias tinham conversado com ele e, e... sabe? E eu, assim, muito... ingênua, acabei acreditando que aquilo, que aquilo era verdade. Né. Mas, simplesmente, não foi. Minha mãe, assim... queria que eu voltasse pra casa e ela inventou tudo aquilo e eu acabei voltando. Né. E foi tudo aquilo de novo, sabe? Foi aquele inferno novamente. É... de [...] ele brigar comigo e tentar me bater e me ameaçava bastante. E eu ficava com muito medo. Eu só ficava no meu quarto, eu não podia sair dele porque aí, se eu, se eu sáisse, ele poderia olhar diferente pra mim e ver que eu estava fazendo alguma coisa diferente. E, sei lá, querer me bater. Eu tinha muito medo. Eu tenho muito medo, né. Sei lá. Uma pessoa bater em você é... né.

O desespero materno em ver as proporções que as coisas haviam tomado fez com que sua mãe invertesse a narrativa suavizando a história, bem como acrescentando aspectos que não existiam para que ela se sentisse segura em ficar. Mas sua decisão em acreditar na mãe lhe custaria caro e cada vez mais atrasaria a possibilidade de a personagem de filho estudioso para vivenciar como se percebia, uma Transfada.

As instituições normativas atrasaram seu processo ao ponto dela se submeter a trancar-se em seu quarto, se tornar invisível aos olhos de seu pai para evitar problemas e possíveis ameaças. Em seu quarto, confinada, ela recuperava suas forças, refletia sua existência cotidianamente. Como ficará essa história? Como conseguirá fazer uso de sua arma resiliente sem que afete a família? Parecia óbvio que escolhas e consequências estavam por se aproximarem em sua trajetória e luta por reconhecimento em ser-para-si. Não era apenas um abracadabra como pressupunham os contos de fadas cisnormativos, era mais complexo, mais denso, exigia renúncias e enfrentamentos.

E uma descoberta desencadearia uma sucessão de processos em sua vida o que lhe levou a ser expulsa do seio familiar:

Eu fui expulsa de casa. Né. Isso aconteceu de uma forma, assim... que eu agradeço a Deus por ter acontecido dessa forma, aos deuses [...] porque ele ficou sabendo através de uma foto no Instagram minha, que tinham postado. Né. E eu tava como Luana. E aí ele, ele mesmo disse: “olha, se eu tivesse, se eu tivesse... se ela tivesse naquele momento na minha frente eu não saberia o que fazer com ela.” Né, mas... “Eu ia agir de uma forma bastante agressiva.” Ele chegou a falar isso diversas vezes,

né, com pessoas que conversaram com ele. E aí eu agradeço porque eu tava bem longe, né, quando isso aconteceu. Eu tava na praia com os meus amigos. E aí, é... eu só recebi uma ligação da minha mãe dizendo que ele sabia de tudo e que ele tava muito em choque e... e que... que ele tava passando muito mal e que ele não sabia o que fazer. E eu fiquei até preocupada com isso, né. E minha irmã foi lá pra tentar auxiliar em alguma coisa. Minha irmã e meu cunhado. E, assim, tudo aquilo que eu pensava sobre o meu pai foi diferente, sabe? Porque, até então, ele realmente me expulsou de casa, ele falou: “olha, eu não quero você aqui, não volte pra cá. [...] Não passe em frente à minha casa. Finja que eu não existo.”

Com o episódio da descoberta de uma foto em uma de suas redes sociais, com o nome feminino, aquela situação na convivência com sua família que já estava fragilizada, chegaria ao fim. Por decisão do pai, aquela pessoa cujo filho ousava nomear por Luana, seria o estopim. Ele não a reconhecia, ou pelo menos negava sua existência e em seu pavor ao estranhar o familiar, instantaneamente ligou a personagem Luana, a de uma pessoa trans e, por conseguinte, a todos estigmas que acompanham as transidentidades em sociedade. Então, ele decide expulsá-la.

Luana é expulsa de casa, experienciando aquilo que parecia como um futuro reservado às pessoas trans, que as fazem enveredar pelos caminhos tortuosos comuns na realidade dessas pessoas e as empurram cada vez para um lugar de abjeção e exclusão (BUTLER, 2020).

Ele não concebe que as coisas não sejam tão homogêneas assim, ele reluta em compreender. Ele não sabe, por exemplo, que para além das lutas que Luana travava em casa, ela também cotidianamente tinha que vestir sua armadura, seu escudo de resistência e coragem como armas para enfrentar também no social estes estigmas de enquadramentos acerca de sua identidade que permitiam, como regras do senso comum, a enxergarem como presa fácil, como abjeta a ponto de se tornar vulnerável a tentativas de estupro como nos conta:

Eu, eu acho que isso foi uma fase na minha vida que me deixa bastante triste, mas que hoje eu gosto de falar porque eu quero mostrar que... cara, tu não, não... o que tu tá passando não é uma coisa que tu deve se vangloriar porque, até então, algumas pessoas, gente, pessoas, assim, muito próximas de mim disseram: “ai, mas por que tu não foi? Ah, não sei o quê. Nossa, mas eu gostaria que fizessem isso comigo.” Sabe? É uma invasão total dos seus direitos, né, de você achar que aquilo... “ai, é porque eu sou muito bonita e eu tô chamando a atenção.” Né. Não, não foi assim. É um episódio muito triste quando você passa por isso. É uma coisa que, que te deixa muito... em choque, não sabe o que fazer. Né. E [...] é um episódio que aconteceu na minha vida [...] porque é a minha realidade e... se eu puder ajudar com ela, tá ótimo pra mim.

Ao introduzir em sua narrativa as tentativas de estupro de que foi vítima e as inúmeras situações que ligavam seu corpo a uma coisa hiper sexualizada, Luana nos revela uma cultura permissível de estupro que há no meio daqueles que percebem os corpos trans e/ou LGBTQIA+,

como disponíveis, sem direito a escolhas, sem gostos, animalizados o que os tornam coisas públicas, descartáveis e bestializados como bem nos elucidou Lugones (2014) em relação aos povos originários frente ao processo civilizatório - berço da colonização. Colonização de subjetividades que impõe aos corpos femininos, mesmo os de mulheres trans, a submissão aos desejos masculinos (RICH, 2010).

Desse modo, os preceitos estabelecidos por uma cisheteronorma justificam suas ações de extrema violação a corpos dissidentes por critérios socialmente construídos que os tornam humanos, dignos de respeito em contraposição a corpos desumanos, descartáveis e abjetos. A ação de estupro nesse caso, não remete a ela, em especificidade, apenas uma feminilização em seu modo de se portar no mundo, mas também o quanto ela é bonita e desejada ao ponto do estupro ser interpretado como um prêmio, uma confirmação de que sua beleza “descontrolava os homens”, no caso, rapazes. Após nos revelar tal cultura - e cultura essa enraizada na nossa colonização -, com sua narrativa, a transfada conta o constrangimento desses episódios de assédios e tentativas de estupro:

Mas, foi assim, ó, é... primeiro aconteceu numa escolinha de bairro que eu estudava, eu acho que eu tinha... acho que 10 anos, por aí. Eu estava no, no sétimo ano. É, sétimo ano e ia pro oitavo. Né. E aí a gente é muito criança, [...] eu acho que tinha 14, 15... não, não sei. 13. Acho que seria 13. E aí, a... eu ficava, assim, muito né, tal. Até então, sempre fui assim, gente, tá. Que fique bem claro que eu sempre agi desse jeito, sempre fui muito, muito... como as pessoas dizem, afeminada. Né. E aí teve um dia que eu estava na... na sala, e aí tinha batido, todo mundo já tinha ido embora, e meu pai sempre pegava a gente muito tarde na escola porque ele [...] trabalhava, né, trabalhava muito. Então [...] a minha aula terminava o quê? 11 e 40. E ele só poderia pegar a gente 3, 5 horas da tarde. As vezes até a noite, né. A gente passava muito tempo na escola, eu e minha irmã. E aí teve um dia que eu saí e pra ela tinha décimo tempo, né, e pra mim não tinha. E eu fiquei lá e tal, sentada na, na, na... na mesa. E aí fiquei conversando com os amigos meus, né, enquanto eles não iam embora e eles foram embora. Logo depois eu fui ao banheiro. [...] Aí quando eu cheguei no banheiro eu fiquei me olhando no espelho e tal e aí entrou um grupinho de meninos. E eu já sabia que era um grupinho, assim, que eu deveria ter, ter mais cuidado. Porque, até então, eles destilavam bastante o preconceito deles e... e falavam coisas muito ofensivas. [...] teve uma vez que eu estava na sala, o menino ficou, tipo, excitado, assim com o... o órgão genital à mostra mesmo e disse assim: “eu te dou 10 centavos se tu pegar e botar na boca.” Entendeu? Isso aconteceu. E aí, esse menino, inclusive, tava nesse dia e ele pegou, com o grupinho de amigos dele, [...] começaram a chegar próximo de mim e eu fiquei assim... tava olhando pro espelho, eu fiquei muito assustado e o espelho era no final do corredor do banheiro. E o banheiro tinha o quê? [...] 6 cabines, né. Então era muito distante da porta. Eles entraram e começaram a me acuar. Chegaram e falaram assim: “eita, vai ser agora. Vai ser agora. Tira o short dele, né. Vamos começar.” E eles começavam mesmo... e eles começaram, realmente, a tirar meu short, a tirar minha blusa e aí eu comecei a gritar, tipo, gritava muito, gritava, gritava, gritava e eles não paravam e eu gritava [...] pedindo por socorro: “gente, alguém me ajuda, alguém me ajuda.” E aí entrou... entrou, assim, um grupo de meninas que eu não conhecia. Entraram e me ajudaram a sair daquela situação. Tipo, foi muito... foi muito desesperador porque precisou, precisou delas, sabe? Eles poderiam ter feito o que eles quisessem, até porque eles eram... eles, eles eram, tipo assim, do último ano. Eram aqueles meninos mais desenvolvidos, né. E eu

sempre fui muito magrinha, sempre fui muito pequenininha e aí... eu não sabia o que poderia acontecer, eu não tinha, eu não conseguia segurar 6 meninos. Né. [...] E eu consegui sair dali. Muito... em choque, minha blusa rasgou. Coisa de eu ter... eu, eu chegar em casa e falar: “ai, mãe, eu tava brincando, né. Eu tava brincando e acabou rasgando sem querer.” Mas, foi um... um evento que aconteceu que eu fiquei muito triste e até hoje eu ainda [...] revejo um menino, né, os outros já morreram porque... eles, entraram em mundos diferentes do meu, né, começaram a vender drogas, essas coisas. E aí, foi isso, foi um passado assim bem... difícil pra mim.

O episódio do banheiro e o sentimento de desconforto e violação que Luana teve, aconteceria outras vezes no percurso de sua luta social em expressar quem seria ou como se percebia. Sua feminilidade era interpretada por seus colegas do gênero masculino como permissibilidade para servir aos seus desejos sórdidos. Vejamos:

E aconteceu outro momento, né, quando eu tava... no último ano também da escola. [...] No 9º ano os meninos chegaram e... tinha um, um grupo [...] era um menino e ele tinha um primo. Né. E eles eram aqueles meninos que todo mundo queria, queria ficar porque eles eram... assim, eles tavam no terceiro ano, né, eles eram muito maduros. Saíam pra festa, era, era aquela representação do, do, do veterano, né, daquele menino que todo mundo queria ficar. Forte, eles eram bastante fortes, fortes mesmo e aí teve um dia que... eu sempre percebia que eles olhavam bastante, né. E eu sempre me precavi muito quando eu ia no banheiro. Eu sempre chamava um amigo meu. “Ai, vamo, vamo comigo. Vamo fazer isso.” Né. Sempre ia porque eu tinha bastante medo devido a esse episódio que já aconteceu. E aí eu, eu sempre fui muito prevenida e chamava. Só que aí teve um dia que eu tava muito apertada e não tinha como eu sair. Até então, eu também... no banheiro masculino, eu sempre tentava ir não nos intervalos, sabe? Porque aí eu me sentia, eu me sentia mais vulnerável. Eu ia mesmo no horário de aula porque quase ninguém saía, era muito difícil alguém sair. E eu explicava isso pros professores pra eles deixarem eu sair, né, porque eu tinha, eu tinha muito medo... de alguém entrar, de alguém fazer alguma coisa. Né. Eu também não gostava de ser vista no banheiro masculino. Eu tinha muita vergonha de, sei lá, os meninos [...] pra eles era supernatural, pra mim era super vergonhoso. Né.

Conseguimos perceber no início do relato de Luana, que o drama enfrentado por pessoas trans ao usarem o banheiro é bem mais complexo do que simplesmente avaliar a partir dos limites do sexo. Diz respeito, pois, a um conjunto de questões psicossociais que vão desde o medo a violação do seu corpo - como prática sociocultural punitiva a feminilidades (RICH, 2010)- até o absurdo do constrangimento em frequentar um local que fere sua existência, que lhe causa angústia, incoerência com sua percepção de ser.

É importante, portanto, que na sua narrativa, sobre esse fato ocorrido, possamos vislumbrar arestas que nos desloquem da simplificação moral cisheteronormativa ampliando o campo de análise para dimensões biopsicossociais, no mínimo. Sendo assim, vejamos como ela dá continuidade a este triste episódio:

E aí eu entrei nesse banheiro... eu fui, fui no horário, já tava quase perto de tocar pra gente ir [...] pra casa e eu tava muito apertada, não tava aguentando, eu fui no banheiro. [...] E depois eles chegaram. Né. Chegou ele e esse primo dele. E aí eles

chegaram e começaram a olhar demais e eu percebia que [...] eles tavam se comunicando através de olhares e que ia dar alguma coisa. [...] E aí eles começavam a olhar muito, eu percebi isso, e aí eu... eu ia sair. Né. Só que ele fechou a porta. Tinha uma porta, ele trancou essa porta. E aí eu fiquei: “abre essa porta agora.” E ele ficou na frente. Como ele era muito forte, né... e fazia academia e tal, ele era muito forte, eu fiquei sem reação, não poderia empurrar ele, simplesmente ele sair. Né. E ele começou a tirar a blusa... e tirou a blusa e: “tu gosta disso?”- Né. Tirou a blusa. O [...] primo dele também tirou a blusa e já tava abrindo a calça. Né. E aí começou a falar: “tu gosta disso? Eu sei que tu gosta disso.” Né. “Quer pegar?” Falava coisa... falavam coisas assim. E aí, é... fiquei assim, né, bastante em choque. E [...] a única reação que eu tive foi de me manter firme naquilo, eu não queria mostrar pra eles que eu estava me sentindo insegura, fraca, desprotegida e com muito medo. E aí, [...] ele começou a tirar a roupa e eu já tava muito preocupada, né, de, de ficar tipo... com muito medo, mas eu tentei não transparecer isso. Eu acho que uma coisa, também, que eu tenho muito, assim... que eu levo muito pra minha vida é não demonstrar estar fraca, né, porque as pessoas já, já me julgam muito e já me inferiorizam muito. Eu não quero mostrar que eu sou uma pessoa fraca ao ponto de, sabe? De eles ficarem falando que eu estou me vitimizando. E eu sempre tive isso, né, de não... não chorar muito na frente de alguém que eu não, não conheça. E de sempre me demonstrar forte. E aí [...] Ele já tava mostrando o órgão genital dele e aí a porta ainda continuava trancada, ele falando que eu ia gostar e começou a puxar meus braços. Né. E aí [...] disse que se ele não me soltasse naquele exato momento eu ia gritar muito alto e ele ia ser expulso daquela escola. Né. E aí ele, ele ficou, assim, meio parado, mas ainda tava continuando. Aí eu disse, né, fui mais ríspida ainda e enfatizei que isso era sério e que se ele não parasse com isso eu ia começar a gritar. E aí foi o momento que ele me soltou, eles me soltaram e disseram que estavam apenas brincando e aí eles deixaram eu sair. [...] E eu saí, assim, extremamente em choque, me tremi muito. Tanto que eu cheguei na sala chorando e disse apenas que, que tinha acontecido alguma coisa na minha casa e que eu tava chorando muito. Sabe? Tanto de eles, de eles pegarem um copo com água lá na cantina pra tentar me acalmar e eu simplesmente falei que: “ah, não, tinha acontecido uma coisa na minha casa, eu tô muito triste.”

A perseguição ao seu corpo “inconforme” (VERGUEIRO, 2015) por suas expressões gestuais e sua delicadeza, despertava no centro de poder masculino cishetero um incômodo vantajoso a seu modo perverso socialmente construído que coisificava um corpo trans dentro de limites não humanos, de subserviência aos seus imaginários sórdidos. Tratava-se de um reconhecimento perverso (LIMA, 2010), no que tange a enquadramentos reducionistas a uma existência com possibilidades plurais. Reconhecimento perverso esse que se caracteriza por lhe negar sua existência social como mulher, mas que se utiliza de sua feminilidade para saciar seus desejos.

Com isso narrado, podemos perceber a contradição CISTêmica que pune Luana por sua feminilidade e/ou mulheridade lhe acusando de anormal, pervertido, homossexual etc., mas enxerga como normal, heterossexual e não pervertida a ação desses rapazes em relação ao uso/estupro do corpo de um outro do “mesmo sexo” em razão de sua “diferença” em comportar-se como um “não macho” e, conseqüentemente, um “não humano”.

Tal fato nos remete ao nosso berço civilizatório e de como esses padrões foram impostos a partir da colonização e a ideia de outro pautada na raça (KILOMBA, 2019), bem como nas

suas raízes que se estenderam na colonialidade moderna atravessando nossa contemporaneidade. Nesse sentido, a marca da transvestigeneridade que estigmatiza, desumaniza nossa transfada também está acompanhado a outras marcas como raça, classe e sexualidade que nos leva a compreender a análise de maneira interseccional.

Em sua trajetória, portanto, episódios foram acontecendo a partir de sutilezas percebidas nas ações perante o social que lhes abriu um leque, principalmente, no que concerne a raça que logo se pressupõe classe. Nessa perspectiva ela nos narra um episódio que põe em suspensão o fato de sua transgeneridade, devido a um quesito importantíssimo na análise de opressões a corpos transvestigeneres - a passabilidade. Em contrapartida, sua fala nos leva a uma reflexão da importância da análise interseccional frente a uma teoria crítica.

[...] como eu tenho uma passabilidade muito boa eu não sofro tanto em relação a ser uma mulher trans, a ser travesti, né. Eu só sofro mais em relação... Só quando eu deixo bem claro e acontece mais, assim, com relacionamentos mesmo, quando... ah, sei lá, tem um meninozinho que tá gostando de mim, aí eu já deixo bem claro e ele já, simplesmente, para de falar comigo. Eu acho que interfere mais nisso. Mas em questão da minha cor... inclusive eu tenho até uma história muito... pesada em relação a isso, né. Porque, assim, eu sempre fui uma aluna bastante dedicada [...] na escola. Né. E aí a gente tinha um trabalho que era uma feira científica. A gente teve que desenvolver uma coisa relacionada à ciências, né. E aí como a gente era do curso da área da saúde, o que seria mais provável? A gente fazer corpos de IML e a gente analisar tudo aquilo, né. Já tinha um conhecimento bastante vasto. Isso, eu acho, que foi no nosso terceiro ano. Então a gente já tava com uma carga horária muito grande, já sabia com, com precisão o que, o que fazer e o que não fazer. E a gente decidiu fazer isso. Né. E aí... a gente ficava assim: “nossa, como é que a gente vai poder fazer esses corpos?” [...] E aí eu tive uma ideia, né. Eu cheguei e falei assim: “gente, por que a gente não faz de gesso? Atadura gessada”. [...] e aí eu acabei falando, dando essa ideia, né. [...] A gente conseguiu tirar um 10 no nosso trabalho e o nosso... e, assim, todo o nosso trabalho foi apresentado na SEFOR. [...] A gente tirou o primeiro lugar. E, assim, eu tive muito, muito a desenvolver nesse trabalho. Eu sempre trabalhei muito. Eu dei a ideia principal. [...] E aí quando foram escolher as pessoas para apresentar... o projeto na SEFOR, foram duas meninas, assim, extremamente brancas que nem a professora. E, assim, em nenhum momento eles me consultaram [...] “olha, é... e aí, tu vai querer participar? [...] Inclusive deu até uma coisa com o professor [...] a professora ela fez plágio com o nosso trabalho. Porque, até então, quem tava desenvolvendo o trabalho era eu e outro professor... e alguns alunos. Né. E ela cadastrou, na SEFOR, com o nome dela, como se ela fosse a pessoa que encabeçou tudo aquilo, mas não foi.

Podemos perceber na sua discursiva dois marcos temporais entre o momento atual, em que frequenta uma universidade, e seu passado no ensino médio. O primeiro diz respeito a sua percepção de ser passável, ou seja, ser interpretada a partir de sua aparência como uma mulher cis. Esta possibilidade acerca de sua identidade, porém, é conscientemente revelada sob a hipótese de um interesse sentimental advindo do gênero oposto. Quando isso acontece ela então diz ser uma mulher trans.

Segundo o que ela nos narra após revelar-se, geralmente, há uma ruptura do interesse do rapaz a ponto de deixar até mesmo de falar com ela, o que faz emergir não somente estruturas transfóbicas socialmente falando, mas também estruturas afetivas que afetam uma pessoa trans em dimensões psicossociais. Trata-se, portanto, de um ato de abandono em virtude da matriz transfóbica, que culmina em uma discussão que necessita ser mais difundida aos estudos psicossociais em relação a pessoas trans - a solidão da mulher trans.

O segundo marco temporal, nos convida a compreender um fato ocorrido em sua escola de ensino médio em relação a um trabalho o qual ela se empenhou com uma ideia inovadora, criativa e bem-sucedida, tendo em vista ser eleito para o primeiro lugar, mas que por uma postura de desonestidade por parte de uma professora, que sequer orientou o referido trabalho, os rumos de seu reconhecimento, bem como do professor orientador ficaram comprometidos. Desse ato antiético, por parte da professora, culminou que sua ideia e reconhecimento por seus esforços foram dados a duas meninas brancas.

Episódio esse, bem representativo acerca da discussão que estamos fazendo sobre as estruturas sociais de matrizes colonial-modernas. Neste fato narrado, temos uma intersecção típica de opressão, que a olhos não treinados, pode culminar em uma sobreposição opressiva se fixarmos a análise no racismo. Pois, não foram apenas duas meninas brancas as escolhidas para representarem sua ideia e serem reconhecidas, mas sim, símbolos representativos que conectam ideais de raça, gênero e classe, haja visto serem cis, brancas o que, por sua vez incide em uma pressuposição imagética de pertencimento à classe burguesa.

Na continuidade de sua narrativa, acerca desse episódio, Luana associa a professora a uma das que a comprometeu bastante psicologicamente na sua trajetória estudantil, em seu período de transição, simplesmente por ter coragem de lutar em ser-para-si. Juntamente a essa má impressão transfóbica do passado, agora, ela e seu grupo de amigos atentaram para uma nova faceta da professora - a racista.

Essa professora, no caso, que eu falo, é essa professora que, que me odiava e que fez eu ficar com... muita ansiedade, quase entrar em depressão na, na escola, pensar em desistir por causa dela. Né. [...] ela pegou esse trabalho pra ela, um trabalho que a gente tava desenvolvendo em conjunto, com o professor. E ela pegou, transformou, fez como ela queria, mas ainda utilizando as minhas ideias. E apresentou [...] sem me consultar nada. [...] E eu acho que isso tudo aconteceu por causa da minha cor. Né. Porque, até então, foram duas pessoas muito brancas que representaram o meu projeto [...] ela sempre se demonstrou mais afeiçoada àquelas duas meninas brancas. [...] E eu ficava, assim, muito mal com aquilo, ficava muito mal porque eu não sabia qual era o problema. O problema era comigo. Né. Então, eu acho que... eu acho que esse, esse, esse processo que eu passei, né, foi... acho que teve mais a ver com a minha raça. Né. De eu ser negra. Porque, até então, a gente não conseguia muitas coisas aí. E, na minha sala, só existiam o quê? 4 pessoas negras, de 45 pessoas. [...] a gente não tinha tanto representatividade, a gente nunca teve um professor negro, só teve

uma professora substituta que passou alguns meses. Né. Então, a gente nunca via essa representatividade. Eu, como mulher trans, mais ainda. Eu não conseguia pensar que... tanto que eu me inferiorizava bastante. Eu achava que nunca ia ser possível entrar na Universidade Federal do Ceará no curso de engenharia. Nunca pensei nisso. Mas estou, estou aqui, né, mostrando o contrário. Mas eu acho sim que tem a ver e eu acho que a minha raça também entra muito na frente. Né. Porque eu, eu creio que o preconceito de eu ser travesti, mulher trans... entra mais quando eu conto. Né. Porque, até então, eu tenho... eu consigo passar muito bem, né. E... e aí, quando eu conto, aí é que eu vejo que existe um preconceito muito grande. Mas, até então, o que interfere mais é a minha cor.

Desse entendimento, compreendemos que havia uma nitidez acerca da postura da professora em relação "às minorias", mas também existia algo que atravessava aquele indivíduo com tentáculos estruturais, a sociedade e as matrizes culturais em que estamos imersos em uma luta histórica por representações de nós mesmos tanto como povo, quanto como especificidades de diferenças que nos faz diversos dentro de expectativas universais.

Entretanto, Luana, estava ali mostrando que era capaz mesmo perante os obstáculos estruturais, mesmo com um quantitativo representativo, em termos de raça, muito pequeno já que em termos de identidade de gênero passara todo seu ensino médio sem nenhuma representação trans como docente. Nesse ínterim é surpreendida com a aprovação em uma universidade, algo que para cisgeneridade, branquitude e classe média possa parecer óbvio, isto é, um caminho provável, para ela seria um evento extraordinário, ela se tornava a exceção de um destino selado, socialmente construído para "fracassar."

Mas e na faculdade? Essas estruturas também se ressaltam, estão lá presentes, sobretudo o racismo, mas fortemente e aparentemente percebido por ela:

Inclusive eu ia até contar algumas coisas da faculdade que... sabe? É, é, é... quando eu falava alguma coisa, quando eu me apresentava, quando eu dizia algo, todo mundo dizia: "nossa, você fala muito bem. Nossa, você se expressa muito bem. Como você consegue?" Sabe? Aquele alvoroço, aquela coisa como se fosse um... algo de outro mundo. [...] E eu fiquei pensando: nossa, será que realmente eu falo muito bem ou será que eles não acreditam que eu possa falar tão bem? [...] E eles ficam assim: "nossa, como você consegue? Nossa, porque você fala tão bem, você se expressa muito bem, você é tão comunicativa." E eu fico: "gente, será que realmente é porque eu sou muito comunicativa ou porque eles não acreditam que eu possa ser assim?" Né. Então eu acho que também isso tem bastante a ver com, com a minha... a minha raça, né. Eu acho que tem bastante a ver.

Sem dúvidas as perguntas não devem cessar, Luana, uma vez que o simples fato de se comunicar bem, mesmo com sua passabilidade alta o que representa pressuposições óbvias para cisheteronorma de que se trata de uma mulher com sexo e sexualidade condizente com as expectativas, exista uma exotização em termos da capacidade em acessar uma boa desenvoltura na comunicação, o que diz muito da sua raça que pressupõe também seus acessos em virtude de uma classe.

Essas intersecções estão naturalizadas em nossa cultura como uma marca estrutural que já põe em questão quem está falando, e não somente, lhe situa geograficamente, racialmente antes mesmo que saibam sua identidade de gênero. O espanto em sua capacidade, dessa forma, se traduz em - a que mulher é vinculado à expectativa de produção de um saber que reproduz poder dentro da cisheteronorma, branca e classista.

Luana, vem se reinventando, trabalhando suas habilidades socioemocionais, experienciando na pele as duras regras para aqueles que ousam transbordar os ditames normativos. Mas como ela nos conta como se transformou em quem é hoje? A sua visão é otimista, o que representa as suas armas potentes - a resistência/resiliência de uma transcesa vivenciando os desafios da cisheteronorma que se traduz em uma reflexão:

[...] eu tive que amadurecer, fui obrigada a amadurecer. Tipo, a... com 18 anos, que eu entrei na universidade, né, e eu sempre fui muito comunicativa, como eu já havia dito, de eu, assim... sei lá, organizar alguma coisa do que os, os... os calouros estão entrando, sendo que eu também era caloura. E de eles ficarem: “nossa, tu é muito madura. Tu já veio de outro curso ou alguma coisa assim do tipo?” Né. Que eu tinha posições bastante reflexiva. E aí eu, eu sempre... eu tenho até esse apelido na graduação, né [...] de dizer que eu sou muito madura, que eu sou muito, muito à frente [...] do que as outras pessoas são [...] porque eu sempre tento manter esses questionamentos na vida. [...] pra eu chegar em todo esse processo, né, e hoje em dia me identificar como Luana, ser essa mulher empoderada. Pelo menos tento ser, né. (risos) E uma mulher que luta pelos seus direitos e que sabe sim que pertence a sociedade e que vai mostrar que ela vai ser diferente. [...] E aí eu acho que nesse processo pra eu ser quem eu sou, Luana, foi [...] de muito sofrimento. Sabe? Eu passei por muitas coisas, é [...] que uma pessoa, um jovem comum não passou. [...] ele simplesmente não teve aquilo na sua vida. Ele não sabe como falar porque não teve experiência ou nem conhece alguém que teve. Sabe? E aí eu acho que o que me... o que fez eu ser hoje Luana foi o sofrimento. Foi, foi sempre os não. Foi essa ameaça constante à minha vida, à pessoa que eu sou. Né. E isso fez eu, eu sempre... criar essa, essa, essa rigidez. Sabe? Essa carapuça e não deixar muitas coisas me afetarem. Eu sempre tento ver o lado bom da vida. Tipo, minha graduação tá muito corrida, tô fazendo diversas coisas, tá sendo muito difícil conciliar porque eu vim de escola pública. [...] E o curso exige muito da pessoa [...] ter uma base muito boa, sólida. E aí eu tento procurar bastante ter.

Luana consegue deslocar seu sofrimento para avenidas que classifica como “o lado bom da coisa”, positiva toda a opressão que insiste em lhe destruir, em se fazer presente em sua estrada, ou melhor dizendo em sua transcestralidade. Ela desbrava sua história de vida “pela estrada a fora” e sabe que não está sozinha, reconhece os riscos estruturais. É madura, dura, firme e não se enganará com a CISnorma quando essa ousar bancar o lobo mau que disfarçado de vovozinha está a todo instante a lhe jogar vendas aos olhos para lhe engolir.

Ao contrário, tem consciência da armadura que vem construindo diariamente em seu processo de ser-para-si e como isso a coloca em vantagem perante outros jovens que experienciam privilégios, contos de fadas fantasiosos sem vivenciá-los na pele. Aprendeu a

reconhecer o valor humano, o fazer coletivo e como todos de alguma maneira são necessários e parte do que hoje ela é. A esse respeito ela diz:

[...] o que me transformou basicamente na Luana de hoje foi o sofrimento que eu passei, foram as ameaças constantes à minha vida e também, não vou negar, que foram as pessoas que passaram por ela. [...] desde a diretora que, que sempre me acuou bastante, até a professora que eu odiava. Né. Até o meu amigo que estava lá sempre do meu lado e a pessoa que, sei lá, eu não gostava. Todas essas pessoas [...] foram fundamentais. Hoje em dia eu consigo agir com a diferença de uma forma [...] de não haver diferença, distinção, nem algo do tipo. Sabe? Eu consegui bastante, é... mudar meu pensamento em diversas atitudes. Então, resumindo, como eu já havia dito, foi, foi esse, esse processo de sofrimento, de ameaça constante e também isso [...] das pessoas que passaram na minha vida. Então eu acho que a Luana de hoje é baseada nisso.

Ao vasculhar suas gavetas no exercício de retirada das traças e teias que trazem angústias às mentes, Luana aponta para uma autoconfiança em processo, bem como tem fortificada a ideia de autorrespeito na luta que deve permanecer travando dentro do processo social. Com suas armas carismáticas entrelaçadas na sua comunicação, resistência e resiliência, movimenta-se em direção a novas batalhas, que se traduzem em contos de fadas possíveis aos impossíveis, novos contextos se abrem. Meio que respirando forte e com olhos firmes ensaia um futuro que consegue avistar em relação a sua dor com o rompimento familiar, mais precisamente com seu pai. Faz planos, análises e mira no que ela sempre enxerga nas situações: “o lado bom.”

Ali sentada ao observar sua trajetória ela já sabe que deixou de ser menino e é uma mulher na sua forma de vivenciar essa mulheridade trans, sim, Luana está sendo *para-si!* Entregou-se ao que acredita e se direciona a viver, pois grita não somente a si, mas também ao mundo o desejo e a possibilidade em se libertar e pluralizar na práxis social possibilidades múltiplas de existência. E quanto ao seu Pai? Com os olhos confiantes, um sorriso de lado, típico de pessoas de atitude, ela nos conta:

[...] Ele começou a dar sinais, sabe? De que, queria só o meu bem. [...] E o que mais incomodava pra ele era o fato de ele não saber o que eu era. Sabe? E aí ele falou: “olha, eu vou te ajudar.” Não falou pra mim, né. Isso [...] foram coisas que eu fiquei sabendo pela minha irmã e pelo meu cunhado e pela minha mãe. “Olha, eu vou [...] ajudar ela, vou auxiliar ela no que eu puder, vou mandar dinheiro, vou, vou mandar comida, vou mandar, é... produtos de higiene. Vou, vou ajudar no máximo possível. Eu só não quero que ela fique aqui dentro de casa. E eu só não quero que minha família saiba de, de nada.” Porque ele tem muito medo, né, da família souber, assim. Eu acho que o maior medo dele não é nem ele não aceitar, né. Ele tem mais medo da sociedade, do que pode acontecer... porque ele sabe que a expectativa de vida para uma travesti é baixíssimo, de 35 anos. E até então ele tem aquela concepção, né, de que uma travesti tem que se prostituir, né. De que a gente tem que... eu tenho que usar drogas. Sabe? Ele tem essa, essa visão distorcida e limitada da realidade. E aí ele falou: “olha, aconselhe ela...” Pra minha mãe, né, no caso. “Aconselhe ela pra

ela não, não fazer nada de errado. Pra ela continuar nesse caminho dos estudos.” E aí ele começou a reconhecer a pessoa que eu era. Eu fiquei, assim... chocada, surpresa porque eu nunca pensei que isso ia acontecer. E, assim, voltando o relacionamento do meu pai, tá, tá sendo... melhor. [...] Até então ele fala que, [...] tudo isso que aconteceu foi um alívio pra ele, tirou um peso das costas dele. Porque, agora, ele sabe quem eu sou, ele sabe o que eu quero ser. [...] Ele sabe de mim de verdade. Ele não tem mais aquela incerteza. Eu acho que o que mais incomodava ele era aquilo. E ele vê que eu não tô seguindo pra nenhum caminho de, de prostituição, de usar drogas e tal e essas coisas que ele acha que... tem que acontecer. Sabe? E aí ele começou a ver a pessoa que eu era e [...] até surgiu a possibilidade [...] ele mesmo cogitou a ideia, [...] de um dia me rever. Sabe? De me dar um abraço. Ele fala que sente muitas saudades de mim. Então, espero que isso aconteça um dia, né. Mas, durante todo esse período, o relacionamento com o meu pai foi muito conturbado. Precisei sair de casa, ser expulsa de casa, pra ele começar a perceber, né, quem eu era.

Com o que ela sabe sobre o pai, através da irmã, mãe e cunhado, é que ele já começa a demonstrar um reconhecimento de sua identidade, metamorfoseia o menino gay e enxerga a filha. Pois, ao sair de casa e viver sua vida e lutas, igualmente a qualquer cidadão moralmente compreendido como certo, ela desmonta/desmistifica, no imaginário do seu pai que, outrora, reduzia às transidentidades todo um trabalho social que naturaliza essas pessoas em condições perversas e não existenciais.

Embora seja perceptível, no discurso que ela narra sobre o pai, ao exercitar esse perdão e um possível reencontro, resquícios fortes de estruturas patriarcais ao colocar sobre a mãe a responsabilidade em aconselhá-la, papel esse de ambos -, que muralhas estão sendo derrubadas no processo sociocultural desses indivíduos. Quem sabe não seja o ponto de partida para uma metamorfose mais abrangente?

E, assim, Luana, segue firme em seus propósitos e ideais em busca por uma sociedade mais possível de ser vivida aos corpos lidos como execráveis. Assume uma postura de mudança de mentalidades, faz uso de suas armas e ali deixa escapar quase que um último desejo com nosso encontro.

Desejo, esse, que talvez, não termine com um final feliz, mas com a realidade que nos narra acerca de sua vida neste instante - o desejo de um abraço, o abraço do pai aquele que acolhe e reconhece sua mulheridade, seu lugar de filha e lhe aquece a autoconfiança no mundo. E ali, enquanto ela vai fechando suas gavetas, experimentando seu sapatinho de cristal na experiência de ser Luana, concluímos, por enquanto, que não se trata de abracadabra, mas de um processo em devir que iremos acompanhar de perto, já que uma narrativa de história de vida demanda condições atemporais, mas também a dialética entre passado, presente e futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve, desde o início, a iniciativa que foi construída temporalmente para conhecer melhor o universo de uma mulher trans. Enfrentou as intempéries de uma pandemia, mas conseguiu, de certo modo, apontar para mais uma perspectiva, dentre várias, que agregam aos estudos sobre identidade.

Conseguimos, a partir da narrativa de história de vida da Luana, mergulhar na história de como essas personagens foram inquiridas por todo processo da nossa construção social que reverbera na contemporaneidade a representação coletiva, de pessoas trans, frente a uma narrativa de história de vida, em meio a tantas outras. Ancorados nos subsídios teóricos e metodológicos de nossas (os) interlocutores sobre os estudos de identidade como metamorfose, os estudos do reconhecimento, bem como as chaves teóricas da interseccionalidade e decolonialidade a partir dos feminismos e transfeminismos, percebemos o quanto precisamos agregar essa temática sobre mulheres trans às lutas coletivas.

Nesse sentido, recorreremos, em alguns trechos de nossa análise, ao ensaio de uma escrita mais poética, mais aproximada e que ouse transbordar os muros da academia. Para isso, toda parte da análise da narrativa de nossa transfada, foi interpretada por meio de uma música que, historicamente permeia imaginários transcitrados se deslocando da cisgeneridade, embutida aos corpos como natural, e de contos de fadas que fomentam os imagéticos sociais a partir de uma cisheteronorma, mas sempre com o cuidado de desconstruir a colonialidade moderna que nos marca por raízes racistas, machistas, classistas etc., que são amalgamadas a uma estrutura cisheteropatriarcal - capitalista.

Na análise passamos por muitas questões que, em tão pouco tempo de vida, essa jovem teve que lidar como: a descoberta de sua identidade de gênero, a pressão que sofreu por externar esse desejo dentro da escola, a expulsão de casa pela incompreensão do pai em relação ao fenômeno, entre outras. Entretanto, a maneira que nossa colaboradora agiu e age, frente a esse percurso, nos inspirou a refletirmos mais em nossas escritas sobre alguns conceitos chave que muitas vezes ficam ali como traças e teias esquecidas em nossos armários teóricos que com essa prática de existência nos faz retomá-los, a exemplo, do termo resistência.

Ademais, sua capacidade de olhar para os acontecimentos sempre por uma ótica positiva, nos leva a percepção de que habilidades socioemocionais tais como, empatia, autogestão da sua vida, autonomia e autoconhecimento são bem fortificadas em sua personalidade. Nessa direção, sua plasticidade, em adaptar-se ao momento em que sua existência dá de encontro com todo retrocesso político, econômico, social etc., que estamos

vivenciando enquanto sociedade, nos oferece uma boa lição de posicionamento político no que se refere à identidade política, e não o aprisionamento em políticas de identidade, como bem nos elucida os estudos de identidade - metamorfose em busca por reconhecimento e emancipação.

Sobre essa questão, a construção de sua subjetividade perante as normas, percebemos na sua narrativa uma rede de fios entrelaçados de opressão que se retroalimentam em desdobramentos mais sutis, às vezes, outras vezes mais violentos cuja permanência de opressão apontam para os ditames morais da cisheteronorma. Nesse sentido, esse estudo amplia a visão, desta pesquisadora, sobre uma luta por reconhecimento das identidades de mulheres trans, a partir dos fragmentos que aqui foram ricamente narrados por nossa transfada. Essa luta, está em constante movimentação dialética entre a construção de uma subjetividade e as regras impositivas dos limites estabelecidos pelo sexo.

Limites, esses, que intersectados a outras marcas corporais e expressão de comportamentos, podem até mesmo ser fatais. E quando o assunto é este, a fatalidade sobre os corpos de mulheres trans, é perceptível como esse aspecto vai se incorporando às normas ao ponto de ser interpretado por duas frentes, a saber: 1) a naturalização dessas barbáries por uma sociedade transfóbica; e 2) a criação de um modelo único de mulheres trans, ou seja, uma armadilha que já se discute fora e no meio acadêmico - a criação da “trava única” (LEAL, 2021).

Isso não significa dizer que não seja necessária a visibilidade no que tange aos assassinatos, o que estamos dizendo é que não é unicamente importante visibilizar os corpos trans por esse viés. Isto é, existe um universo de vozes ecoando durante todo processo histórico de nossa sociedade em busca por reconhecimento e reparações. Essas vozes são também sobre mortes, mas não somente, a exemplo da narrativa de história de vida trazida por Luana, a este trabalho, que conjugada a outras vozes aqui também citadas deslocam esses corpos de lugares comuns, esperados, projetados na mesmice, para uma nova perspectiva de possibilidade (S), de existir, dentro do CISTema.

Dessa maneira, ao se contar, nossa colaboradora de pesquisa resgatou suas memórias, como também de todo um grupo que no processo social vem ressignificando o não lugar, o não reconhecimento em vistas a um devir mais ampliado, menos exotizado e desumanizado acerca dos corpos de mulheres trans e travestis. Com sua história, devemos redesenhar esse processo doloroso, que circunda essas existências, e ampliar o leque de visões a partir de vozes plurais que nos fornecem conseqüentemente aspectos de vidas, e nesse caso, vida 'S trans como possibilidade de ser-para-si.

E é, desse modo, que nasceu a ideia de construir um conto de fadas às avessas que corrobora para uma frente de debates que representam e sustentam tradicionalmente os imagéticos populares. Nessa perspectiva, os contos de fadas eurocêtricos, brancos e cisheteronormativos também podem simbolizar personagem e trajetórias de vidas reais, ou melhor dizendo, que lutam diariamente por serem reconhecidas a partir de realidades que se contrapõe à hegemonia que se baseia nos limites discursivos dos sexos. Princesas, assim, podem ser também negras, trans, lésbicas e/ou todas essas intersecções juntamente. Pois, o que faz de um bom conto de fada, caso suspendesse as estruturas nortistas, racistas e LGBTfóbicas, são as narrativas, ou seja, como se constrói um enredo dentro de um campo visto a priori como improvável, nesse caso, a sociedade contemporânea em devir.

Isso posto, este estudo aponta para inúmeras possibilidades de vivenciar as transgeneridades/transsexualidades/travestilidades na sociedade contemporânea cisheteropatriarcal-capitalista. Luana, segue sua saga com anseios, esperanças e muitos sonhos, ela não se permite a mesmice, se metamorfoseia e nesse exercício metamorfoseia visões, percepções sociais ao se mostrar para além do desígnio de uma mulher trans. Ela também tem se tornado a filha, a irmã, a cunhada, a estudante de Direito (sua mais recente aquisição), a profissional de enfermagem, a namorada, a que conta e reconta sua trajetória de vida com orgulho e uma capacidade de resistência e resiliência necessária a mudanças de perspectivas cristalizadas perversamente por este CISTema.

Diante dessa exposição poderíamos ressaltar algumas possíveis dúvidas por parte dos nossos interlocutores como: mas cadê o final feliz que tem em todo conto de fadas? A passabilidade da transfada seria para essa sociedade uma aquisição de respeito e, logo, de inclusão? Caso sim, quais as problemáticas essa perspectiva traz as identidades trans? Em se autoafirmar trans e obter o reconhecimento social por via do autorrespeito e autoestima, aqui mencionados, ela conseguirá o reconhecimento total de sua família, mais especificamente do seu pai, e irá interseccionar a esfera da autoconfiança, do autorrespeito e autoestima, em uma totalidade de ser-para-si?

São questões que fomentam um universo de discussões o que nos inclinam para futuros estudos no que concerne a essa temática. O que se pode dizer, agora, é que talvez a perspectiva da narrativa de nossa transfada esteja mais para o estilo de fim de temporada de uma série do que, de fato, para um final feliz que insiste em comparecer nas fantasias desses contos. O que, desse modo, nos leva a refletir sobre um novo formato de construção e desconstrução a fim de alargar essa e outras narrativas de história de vida de mulheres trans em paralaxe em outros futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- ABED, Anita. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.
- ANTRA. Associação de Travestis e Transexuais. Assassinatos e violência contra Travesti e Transexual no Brasil em 2020. **Dossiê**. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N.B. (org.). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA/IBTE, 2021. Disponível em: Cartilhas e Manuais – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (antrabrasil.org). Acesso em: 3 fev. 2021.
- AGAMBEN, G. **Nudez**. 1ª ed. Trad. Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALMEIDA, Juracy A.M. **Anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice**. São Paulo: Som das Palavras, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987
- BENTO, Berenice. “Quando o gênero se desloca da sexualidade: homossexualidade entre transexuais”. In: GROSSI, M.P. e SCHWADE, E.(org.). **Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra, 2006, p.119-142.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, ago. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica do julgamento social**. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal) - 15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília- DF: Senado, 1988.
- BRAVO, Fernanda. Os impactos da violência institucional/estatal no sofrimento ético-político das transidentidades: uma análise decolonial a partir da reivindicação da categoria de gênero. In: LIMA, I. ; FURTADO, A.; BRAVO, F. **Filosofias, feminismos e diversidade**. Belém: RFB, 2021, p. 53-68.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

BUTLER, Judith. **Corpos de que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Trad. Verônica Daminelli e Daniel Yago França. São Paulo: n-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019b.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história de Severina**. 6ª reimpr. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. Originalmente publicado em 1987.

CIAMPA, Antônio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (org.). **Uma Psicologia que se Interroga**: Ensaios. São Paulo: Edicon, 2002, p. 133-144.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Selma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1ª ed. . Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES NETO, José Umbelino. LIMA, Aluísio Ferreira de. Reconhecimento Social, Identidade e Linguagem: Primeiros Fragmentos de uma Pesquisa Sobre Perspectivas Teóricas Atuais no Contexto da Psicologia Social. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 2, n. 1, p. 91-97, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston, Beacon Press, 1987.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Erguer a voz. pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed.34, 2003

HONNETH, A. **La sociedad del desprecio**. Trad. Francesc J. Hernandez Y Benno Herzog. Madrid: Editoria Trotta, 2011.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal, v. 11, n. 2, p. 8-19, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 9 nov. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH, Online)*, v. 1, n. 1, 2018a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Notas sobre a travessia da população trans na história. **Revista Cult [on line]**, 35ª ed., 12 jun. 2018. 2018b. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/umanovapautapolítica>. Acesso em: 15 abr. 2022.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade** - Trad. Clara Fernandes, Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANE, Silvia. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEAL Dodi T. Borges. Fabulações travestis sobre o fim. **Concepcion** Campinas -São Paulo, v.10, e921002, p. 1-19, 2021. Disponível em: Fabulações Travestis Sobre o Fim - Dodi Tavares Borges Leal | PDF | Amor | Transgênero (scribd.com) Acesso em: 25 abr., 2022.

LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: A identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

LIMA, Aluísio Ferreira de. História oral e narrativas de história de vida: A vida dos outros como problema de pesquisa. *In*: LIMA, A. F.; LARA JÚNIOR, N. (org.) **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LIMA. Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa. “Sem pedras, o arco não existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

LORDE, Audre. Sou sua irmã. Escritos reunidos e escritos inéditos de Audre Lorde. **Coleção Audre Lorde**. FERRARI, Florença (coord.). RIBEIRO, Djamila,(org.) São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LUGONES, Maria. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial - **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3. setembro-dezembro/2014.

MATOS, A.; CIDADE, M. L. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia. **Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades**, p. 132-153, 2016.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê , Literatura, Língua e identidade, v. 1, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia**. Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MUDANÇAS. Compositor e Interprete: Vanusa. 1979. Rio de Janeiro. BMG Brasil. Disponível em: (484) Vanusa - Mudanças (Pseudo Video) – YouTube. Acesso em: 05 set. 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra,, 2021.

PLATERO, L. ¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer? *In*: AZKUE, I. M. et al (org.). **Otras formas de (re)conocer**: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Hegoa, Bilbao-Espanha. 2014, p. 79-96. Disponível em:(<https://www.academia.edu/17271774/> Acesso em: 14 de out. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, B.S. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUIVY, R. ,VAN CAMPENHOUDT, L. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle, **Bagoas**, n. 05, p. 17-44, 2010.

ROSSI, Amanda. 'Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico à prisão.**BBC News Brasil** [*online*]. 28 mar. de 2018. Disponível em: 'Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil - BBC News Brasil Acesso em 25 abr. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul. Dez. 1995.

TIBURI, Márcia. Hierarquia de opressão: sobre o lugar da luta. **CULT**, 22 de março de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/hierarquia-de-opressao-sobre-o-lugar-da-luta>. Acesso em 24 out 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRUTH, Sojourner. “E eu não sou uma mulher? “ *in*: HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. 1. ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019, p. 252-253.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. "Manifestações textuais (insubmissas) travestis". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e 75614, 2020.